



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO**

**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA POLÍTICA PÚBLICA EM
DESPORTO DE RENDIMENTO NO ESTADO DE GOIÁS**

PAULO ANDRÉ AIRES MEDEIROS

**Brasília
2023**

**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA POLÍTICA PÚBLICA EM
DESPORTO DE RENDIMENTO NO ESTADO DE GOIÁS**

Dissertação apresentada ao
Departamento de Economia da
Universidade de Brasília para a
conquista do título de Mestre em
Economia do Setor Público.

Aluno: Paulo André Aires Medeiros
Orientador: Prof. Dr. Rafael Terra de Menezes

**Brasília
2023**

FICHA CATALOGRÁFICA

Medeiros, Paulo André Aires

**Avaliação de Desempenho da Política Pública em Desporto
de Rendimento no Estado de Goiás**

Paulo André Aires Medeiros. -- Brasília, 2023, 102p.

**Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Administração,
Contabilidade, Economia e Gestão Pública - Departamento
de Economia – Programa de Pós-Graduação em Economia**

**1. Economia 2. Auditoria 3. Orçamento Público 4. Esporte. 5.
Política Pública**

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AIRES, P.A. (2023). Avaliação de Desempenho da Política Pública em Desporto de Rendimento no Estado de Goiás. Dissertação de Mestrado Profissional em Economia do Setor Público, Publicação MESP, Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 102p.

CESSÃO DE DIREITOS

AUTOR: Paulo André Aires Medeiros.

TÍTULO: Avaliação de Desempenho da Política Pública em Desporto de Rendimento no Estado de Goiás.

GRAU: Mestre ANO: 2023

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação de mestrado e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte dessa dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem autorização por escrito do autor.

Paulo André Aires Medeiros
Rua 82, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 3º andar, Setor Central.
74.015-908 Goiânia – GO – Brasil.

**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA POLÍTICA PÚBLICA EM
DESPORTO DE RENDIMENTO NO ESTADO DE GOIÁS**

PAULO ANDRÉ AIRES MEDEIROS

APROVADA POR:

**Prof. Dr. Rafael Terra de Menezes
(Orientador)**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
(Examinador Interno)**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
(Examinador Externo)**

BRASÍLIA, XX DE XXXXX DE 2023

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Leoana, e ao meu pai, Raimundo, pela dedicação e determinação em me ensinar a importância da educação e da disciplina desde os primeiros anos de minha vida.

À minha esposa, Dayane, pelo amor, companheirismo e paciência durante essa jornada.

Ao meu filho Henrique, que nascerá em algumas semanas e que já tem meu amor incondicional. Aos meus filhos, Matheus e Ana Clara, que estão na minha mente e no meu coração todos os dias. Vocês são o motivo de todo meu esforço.

À Deus, pela Sua grandeza em toda a minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao Governador do Estado de Goiás, Ronaldo Caiado, e ao ex-Secretário Chefe da Administração do Estado de Goiás, Bruno D'Abadia, por patrocinarem o projeto do Mestrado Profissional em Economia do Setor Público para 27 servidores públicos do Estado de Goiás.

À Larissa Neves, Gerente da Escola de Governo do Estado de Goiás, pelo apoio durante todo o período do Mestrado.

Aos professores e às professoras do Mestrado, pelo imenso conhecimento compartilhado e parceria nas aulas, em especial ao meu orientador Rafael Terra, que alimentou de forma brilhante minhas ideias nas aulas de Avaliação de Políticas Públicas e à Rita de Cássia Leal pela sabedoria e didática nas aulas de Finanças e Orçamento Público.

Aos colegas de turma Aline, Armando, Camila, Clau, Daniel, Edir, Erlon, Fábio, Gizelle, Hugo, Janaína, Jorge, Luciane, Marcello, Marcelo, Mariana, Murilo, Nathan, Rafael, Rhaynneman, Rodrigo, Ronaldo, Sherlly, Teddy, Ujeverson e Wesley pelo grupo que formamos e por sermos parte da primeira turma de Mestrado do Governo de Estado de Goiás em parceria com a Universidade de Brasília.

“Os ricos não podem mais viver numa ilha rodeada por um mar de pobreza. Nós respiramos, todos, o mesmo ar. Devemos dar a cada um, uma chance, ao menos uma chance fundamental.”

(Ayrton Senna)

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA POLÍTICA PÚBLICA EM DESPORTO DE RENDIMENTO NO ESTADO DE GOIÁS

RESUMO

Este trabalho apresenta a importância das políticas públicas em Desporto de Rendimento para a sociedade com seus impactos gerados após a realização dos 3 mais relevantes eventos esportivos no país: Jogos Panamericanos e Parapanamericanos, Copa do Mundo de Futebol da FIFA e Jogos Olímpicos e Paralímpicos, que não deixaram legado em gasto público no Desporto de Rendimento.

O planejamento para novas políticas públicas em Desporto de Rendimento deve se guiar por padrões de gasto público identificados através da execução orçamentária e financeira das 27 Unidades da Federação e dos 5.570 Municípios entre os anos de 2015 e 2022.

Os indicadores utilizados foram fundamentados através da metodologia *Sport Policy Factors Leading to International Sporting Success – SPLISS*, que relaciona o programa governamental ao sucesso esportivo internacional.

A avaliação de desempenho da qualidade do gasto público em programas de Desporto de Rendimento apresenta parâmetros para a análise da economicidade através da vantajosidade nas compras governamentais, eficiência com a análise *Data Envelopment Analysis – DEA* e eficácia conforme a relação entre atletas de alto rendimento e a proporção gasta no orçamento público.

Palavras-chave: Economia. Auditoria. Orçamento Público. Esporte. Política Pública.

Códigos JEL: Z20, Z23, Z28, H83

PERFORMANCE EVALUATION OF PUBLIC POLICIES IN PERFORMANCE SPORT BY THE STATE OF GOIÁS

ABSTRACT

This work presents the importance of public policies in Performance Sport for society with their impacts generated after the realization of the 3 most relevant sporting events in the country: Pan American and Parapan American Games, FIFA Football World Cup and Olympic and Paralympic Games, that did not leave a legacy in terms of public spending on high-performance sports.

The planning of new public policies in Performance Sports must be guided by public spending patterns identified through the budgetary and financial execution of the 27 Federation Units and the 5,570 Municipalities between the years 2015 and 2022.

The indicators used were based on the Sport Policy Factors Leading to International Sporting Success – SPLISS methodology, which relates the government program to international sporting success.

The performance evaluation of the quality of public spending on Performance Sport programs presents parameters for the analysis of economy through the advantage in government purchases, efficiency with the Data Envelopment Analysis - DEA and effectiveness according to the relationship between high-performance athletes and the proportion spent in the public budget.

Key-words: Economy, Audity, Public Budget, Sport. Public Policy.

JEL Classification System: Z20, Z23, Z28, H83

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REVISÃO DA LITERATURA	15
2.1. Impacto do Futebol na Economia Brasileira.....	15
2.2. Impacto do Esporte Olímpico e Paralímpico na Sociedade Brasileira	20
2.3. Financiamento Público no Esporte de Alto Rendimento	24
2.4. Avaliação de Política Pública	28
2.5. Qualidade do gasto público	34
3. ASPECTOS INSTITUCIONAIS APLICÁVEIS AO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTES DE ALTO RENDIMENTO EM GOIÁS	42
3.1. Controle Interno do Poder Executivo do Estado de Goiás.....	42
3.2. Programa Esporte Transformando Vidas	44
3.2.1. Esporte e lazer para todos	46
3.2.2. Construção, reforma, manutenção, ampliação e modernização de estádios, praças esportivas e ginásios.....	48
3.2.3. Pró-atleta com alcance de pessoas em situação de vulnerabilidade social	49
3.3. Principais modalidades e atletas de alto rendimento do Estado de Goiás.....	50
3.4. Empregos formais gerados pelo esporte de alto rendimento em Goiás	53
4. METODOLOGIA E DADOS	56
4.1. Abordagem e desenho da pesquisa (Metodologia SPLISS).....	56
4.2. Coleta e análise de dados.....	60
4.3. Definição das Variáveis	64
4.3.1. Análise da variável Liquidado_percapta.....	67
4.3.2. Análise da variável Liquidado_per_total.....	75
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	83
5.1. Análise da economicidade do gasto público em Desporto de Rendimento	84
5.2. Análise da eficiência do gasto público em Desporto de Rendimento	85
5.3. Análise da eficácia do gasto público em Desporto de Rendimento	89
5.4. Análise da efetividade do gasto público em Desporto de Rendimento	91
6. CONCLUSÃO	91
7. REFERÊNCIAS	92

1. INTRODUÇÃO

O esporte brasileiro tem passado por grandes transformações desde a virada do milênio, principalmente motivadas por importantes marcos como os Jogos Panamericanos, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, que além do legado esportivo deixaram também a importância do controle sobre o gasto público.

Em 2007, a cidade do Rio de Janeiro-RJ sediou os Jogos Panamericanos e Parapanamericanos, tendo sido a segunda ocasião em que tal evento aconteceu no Brasil. Desportivamente o Brasil conseguiu destaque, tendo conquistado 157 medalhas nas modalidades olímpicas e 228 nas paralímpicas. Em 2009 o Tribunal de Contas da União – TCU, divulgou que o gasto total do governo federal com o evento foi 18 vezes maior que o previsto e avaliou que a ausência de planejamento, irregularidades nos contratos de montagem das estruturas dos jogos e erros na aplicação do convênio firmado entre o Ministério do Esporte e o Estado do Rio de Janeiro foram responsáveis pelo aumento do custo estimado (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Gastos do Pan são fiscalizados pelo TCU. Voz do Brasil, Brasília, DF, 24 de junho de 2009).

Já em 2014 o Brasil se tornou centro das atenções do mundo ao sediar a Copa do Mundo de Futebol onde a amarga derrota por 7 a 1 para a Alemanha ficou como a principal lembrança desportiva. Em dezembro de 2014 o TCU divulgou que os gastos já ultrapassavam R\$25 bilhões e que dos 32 projetos de telecomunicação, 11 não foram concluídos e das 26 obras em aeroportos, 12 estavam inacabadas. A construção das arenas e da infraestrutura de mobilidade urbana viravam alvos da operação lava-jato e resultou em diversas prisões de empresários e políticos, além de milhões de reais devolvidos aos cofres públicos (AGÊNCIA BRASIL. TCU contabiliza R\$25,5 bilhões de gastos com a Copa do Mundo. Agência Brasil, Brasília, DF, 03 de dezembro de 2014).

Em 2016 o Brasil volta a ter protagonismo esportivo, dessa vez com os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro em meio à operação lava-jato, a um processo de impeachment da presidenta Dilma Roussef e a investigações que resultaram na prisão do então governador Carlos Cabral. Em 2017 o TCU divulgou que o evento custou R\$21,52 bilhões aos cofres públicos e alegou grande dificuldade em obter informações necessárias da Autoridade Pública

Olímpica e dos Governos do Estado e do Município do Rio de Janeiro, principalmente na falta de divulgação do relatório final da evolução da Matriz de Responsabilidade (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Para o TCU, falta transparência na prestação de contas dos Jogos Rio 2016. Secom-TCU, Brasília, DF, 07 de abril de 2017).

Eventos dessa grandiosidade podem deixar legados esportivos e provocar nos Entes Federativos a responsabilidade em investir em políticas públicas que alcancem resultados e provoquem impactos na sociedade. O dever de fomentar as práticas desportivas formais e não formais, observando o tratamento diferenciado entre o desporto comunitário e o de rendimento e com destinação de recursos públicos prioritariamente para projetos educacionais é do Estado, conforme estabelecido no art. 217 da Constituição Federal.

Porém, a má utilização dos recursos públicos nesses eventos esportivos, desde o planejamento, passando pela contratação e execução até ser finalizado pela prestação de contas mostrou a importância do controle interno com seus mecanismos de transparência, inspeção e auditoria, dentre elas a da qualidade do gasto para a avaliação da política pública.

Faz parte da análise da política pública a função informativa, que visa prover informações úteis ao processo decisório e aconselhar o tomador de decisão a escolher a alternativa mais adequada. Já o analista, como ator tecno-político, desempenha tarefas de delimitação de problemas públicos, criação de alternativas, coleta, tratamento e análise de dados e recomendações para o redesenho de políticas públicas (SECCHI, 2020).

Este trabalho demonstra o padrão do gasto público em Esporte e Lazer, com a estratificação em Desporto de Rendimento, em todas as 27 Unidades da Federação – UF, e nos 5.570 Municípios no período entre 2015 e 2022, com o propósito de observar o tamanho do legado esportivo após Jogos Panamericanos e Parapanamericanos, Copa do Mundo de Futebol da FIFA e Jogos Olímpicos e Paralímpicos e a relevância que a área tem dentro do orçamento público.

Esse padrão é o benchmarking para subsidiar a avaliação do gasto público do Poder Executivo do Estado de Goiás quanto à economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na Subfunção Desporto de Rendimento dentro das Políticas Públicas de Esporte e Lazer de forma gerencial, sem adentrar nos elementos e subelementos da despesa.

A avaliação da qualidade do gasto público dentro da auditoria de desempenho compreende um papel importante dentro da estrutura da Controladoria Geral do Estado de Goiás – CGE-GO, que é uma referência nacional em controle interno da administração pública por ser a segunda organização brasileira a atingir o nível 2 do *Internal Audit Capability Model* – IA-CM e pelos resultados do Programa de *Compliance* Público. Sendo assim, esse trabalho utilizou apenas dados abertos de todas as fontes necessárias para demonstrar, também, a importância do Governo Aberto.

O resultado desse trabalho mostra mecanismos para que, através do Controle Social e Participação Cidadã, qualquer associação desportiva, grupo de profissional ou cidadão possam avaliar as políticas públicas do Desporto de Rendimento no Estado de Goiás na forma gerencial, com a visão macro sobre a economicidade, eficiência e eficácia do gasto público, sendo, portanto, uma evidência para outras Unidades da Federação e Municípios.

O trabalho compreende a análise descritiva do gasto em Desporto de Rendimento nas Unidades da Federação e Municípios coletados no Demonstrativo da Execução das Despesas por Função / Subfunção, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, disponível no *site* do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI, vinculado à Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

A economicidade é avaliada quanto à vantajosidade das compras governamentais da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer – SEEL através de dados da gestão de riscos do Programa de *Compliance* Público.

A eficiência é analisada através do modelo *data envelopment analysis* – DEA, com retorno variável de escala com retorno variável de escala (vrs) com a entrada o valor liquidado em Desporto de Rendimento *per capita* e a saída de empregos por 100 mil habitantes. Também é analisada quanto à totalidade dos produtos entregues nas ações de Desporto de Rendimento do programa constante no Plano Plurianual do Governo do Estado de Goiás 2020-2023, em relação aos indicadores calculados das variáveis valor liquidado *per capita* e porcentagem liquidado pelo liquidado total (adaptadas dos indicadores do método do consórcio *Sport Policy Factors Leading to International Sporting Success* – SPLISS).

Já a eficácia é avaliada comparando a relação entre a estimativa da proporção do total de atletas de alto rendimento em atividade nas principais

modalidades esportivas no estado de Goiás em relação ao total nacional pela variável porcentagem liquidado pelo liquidado total. Também é analisado o cumprimento dos objetivos do programa em relação aos fatores críticos de sucesso para o esporte de alto rendimento, conforme a metodologia SPLISS.

Referente à efetividade do gasto público, este trabalho apenas demonstra seu conceito e os impactos publicados nas Confederação Brasileira de Futebol – CBF, Comitê Olímpico Brasileiro – COB e Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB.

Este trabalho está estruturado com a apresentação do atual momento do esporte de alto rendimento, com os relatórios de impacto da CBF, do COB e do CPB, os auxílios do poder público para socorrer o segmento, conceitos de avaliação de política pública e orçamento, panorama da CGE-GO, programas e ações em esporte e lazer no Estado de Goiás, panorama de modalidades e atletas de alto rendimento no estado, coleta e análise dos dados e resultados.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Impacto do Futebol na Economia Brasileira

O Brasil é o país do futebol e, sem surpresas, essa é a modalidade esportiva que mais atrai recursos públicos e privados. Por esse motivo, a análise da importância do esporte na economia brasileira será dividida entre dados da Confederação Brasileira de Futebol – CBF, e dos Comitês Olímpico Brasileiro – COB e Paralímpico Brasileiro – CPB.

Mesmo sendo organizações não-governamentais, a análise de suas atividades e o impacto que geram na sociedade é importante para subsidiar o desenho e os critérios de avaliação de políticas públicas no Desporto de Rendimento.

Dados da Confederação Brasileira de Futebol – CBF, divulgados no Relatório Sobre o Impacto do Futebol Brasileiro de 2018 em parceria com a Ernst & Young mostram que o futebol é um segmento cujo impacto na cadeia produtiva foi de 0,72% (zero vírgula setenta e dois por cento) do Produto Interno Bruto – PIB brasileiro no ano de 2018, movimentando cerca de R\$52,9 bilhões na economia, dos quais R\$3,34 bilhões em salários e encargos sociais e R\$761 milhões em demais impostos.

e estaduais, ídolos, conquistas e experiências, ações sociais, aumento do interesse pelo esporte, de audiência e interações sociais, ingressos e sócio-torcedor e fidelização aos clubes e seleção.

No centro está o círculo azul patrocinadores que está interligado aos outros quatro círculos azuis através de linhas brancas pontilhadas. Com o círculo azul grupos de mídia através com retângulos amarelos escritos com exposição de marca e cotas de patrocínio. Com o círculo azul torcedores através com retângulos amarelos escritos com comercialização de bens e serviços, consumo de produtos e ativações de marca. Com o círculo azul materiais esportivos através com retângulos amarelos escritos com exposição de marca e com o círculo azul CBF, federações estaduais, clubes e atletas através com retângulos amarelos escritos com utilização da imagem dos atletas, exposição da marca e cotas de patrocínio.

Fora dessas interligações estão os círculos azuis fornecedores e governo.

Fornecedores possui retângulos amarelos escritos com setor logístico, alimentação e bebidas, hotelaria, gaming, dentre outros que arrecadam direta ou indiretamente através da realização de competições, bem como utilização do futebol como produto.

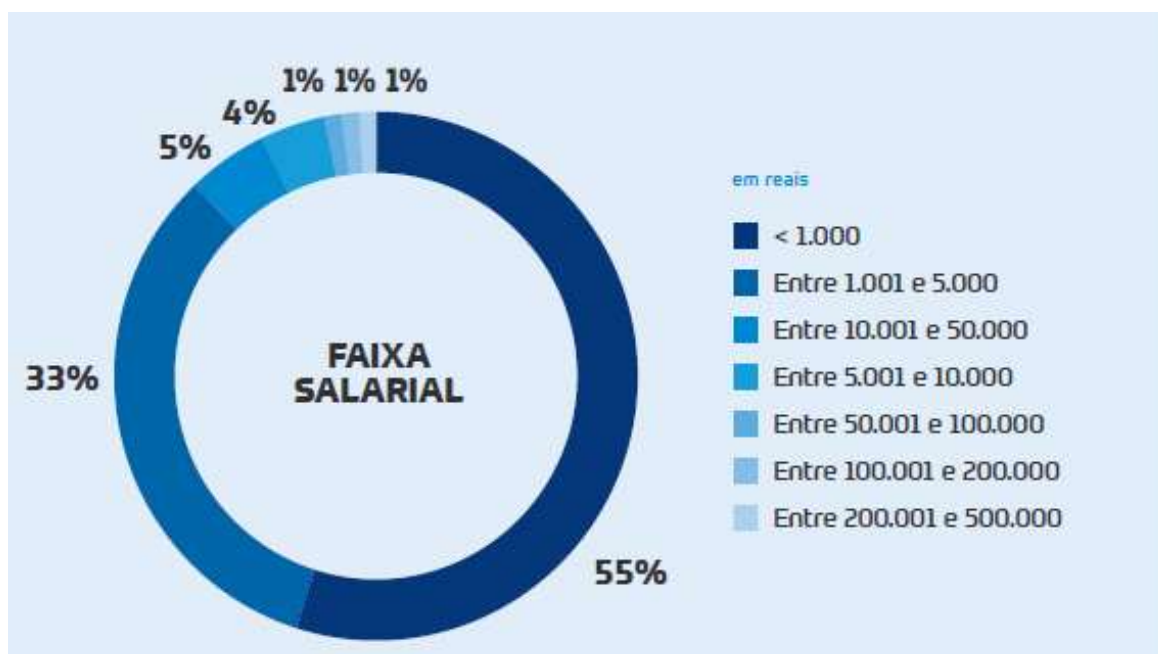
Governo possui retângulos amarelos escritos com arrecadação direta e indireta de tributos e afins, fomento do esporte através de políticas públicas e leis de incentivo bem como a regulamentação do setor.

Fim da áudio descrição da Figura 1.

Ainda segundo o Relatório da CBF, em 2018 havia 360.291 atletas registrados, sendo 11.683 contratos profissionais, dos quais apenas 132 de atletas femininas.

Os dados da CBF mostram que apenas 3,2% dos atletas estavam contratados profissionalmente com uma distribuição salarial mensal entre menor que R\$1 mil e R\$500 mil.

Figura 2 – Faixa salarial dos atletas profissionais



Fonte: Relatório Sobre o Impacto do Futebol Brasileiro, CBF 2019, p.29

Áudio descrição da Figura 2: Gráfico de rosca em degradê azul, com a maior fatia de 55%, em azul mais escuro, equivalente à faixa salarial maior que 1000 reais, a segunda fatia de 33% equivalente à faixa salarial entre 1001 e 5000, a terceira fatia de 5% equivalente à faixa salarial entre 5001 e 10000, a quarta fatia de 4% equivalente à faixa salarial entre 10001 e 50000,

a quinta fatia de 1% equivalente à faixa salarial entre 50001 e 100000, a sexta fatia de 1% equivalente à faixa salarial entre 100001 e 200000 e a última fatia de 1% equivalente à faixa salarial entre 200001 e 500000.

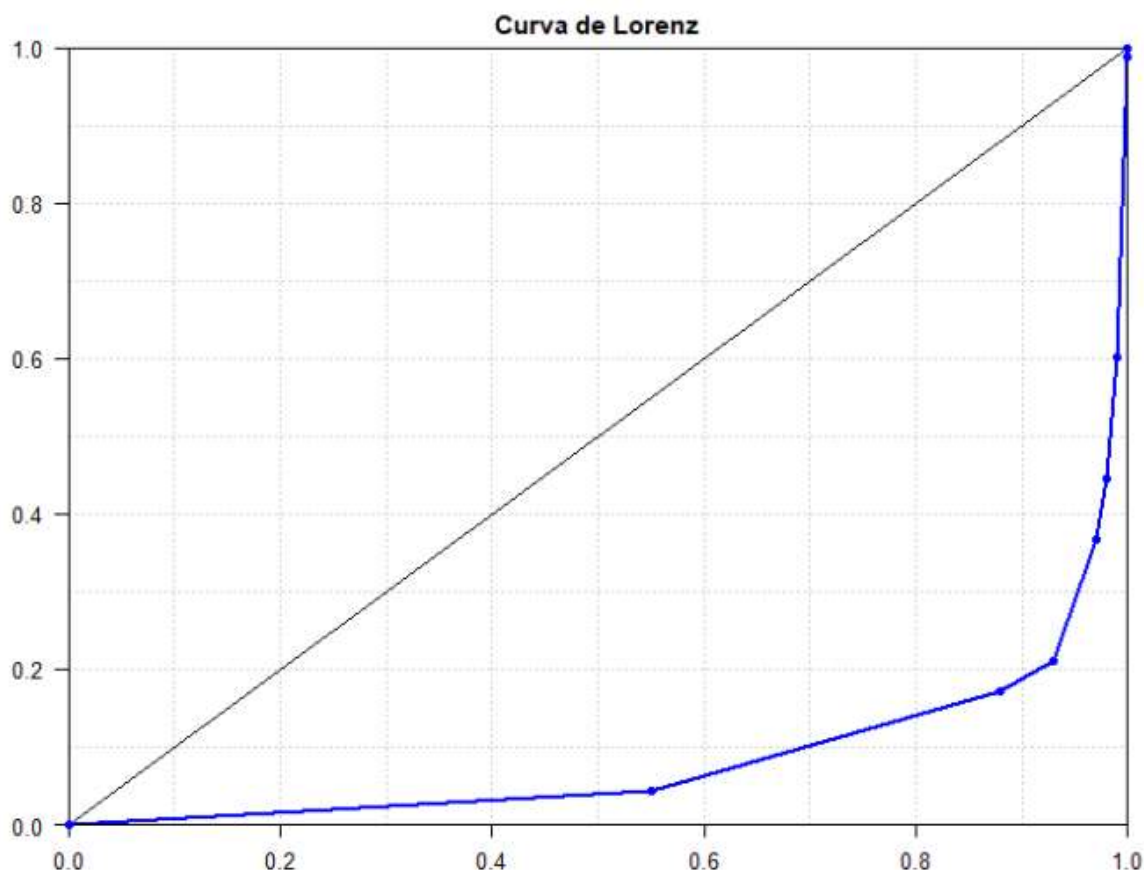
Fim da áudio descrição da Figura 2.

Max Otto Lorenz (1876-1959) publicou o artigo *Methods of measuring the concentration of wealth* em 1905, no qual define uma reta com inclinação de 45° como a igualdade perfeita e a curva gerada pelas frações acumuladas da população pela riqueza como a distribuição analisada.

O Índice de Gini foi desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini (1884-1965), publicado no livro *Variabilità e mutabilità* em 1912, e mede o dobro da área entre a curva de Lorenz da distribuição e a reta da igualdade perfeita. Quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade e quanto mais se aproxima de zero, melhor a distribuição da renda.

A desigualdade salarial do futebol brasileiro em 2018 pode ser demonstrada graficamente, com os dados do Relatório Sobre o Impacto do Futebol Brasileiro, CBF 2019, p.29, através da curva de Lorenz e pelo Índice de Gini, que, por meio do software estatístico R, determinou-se o valor de 0,8282.

Gráfico 1 – Curva de Lorenz



Fonte: Próprio autor

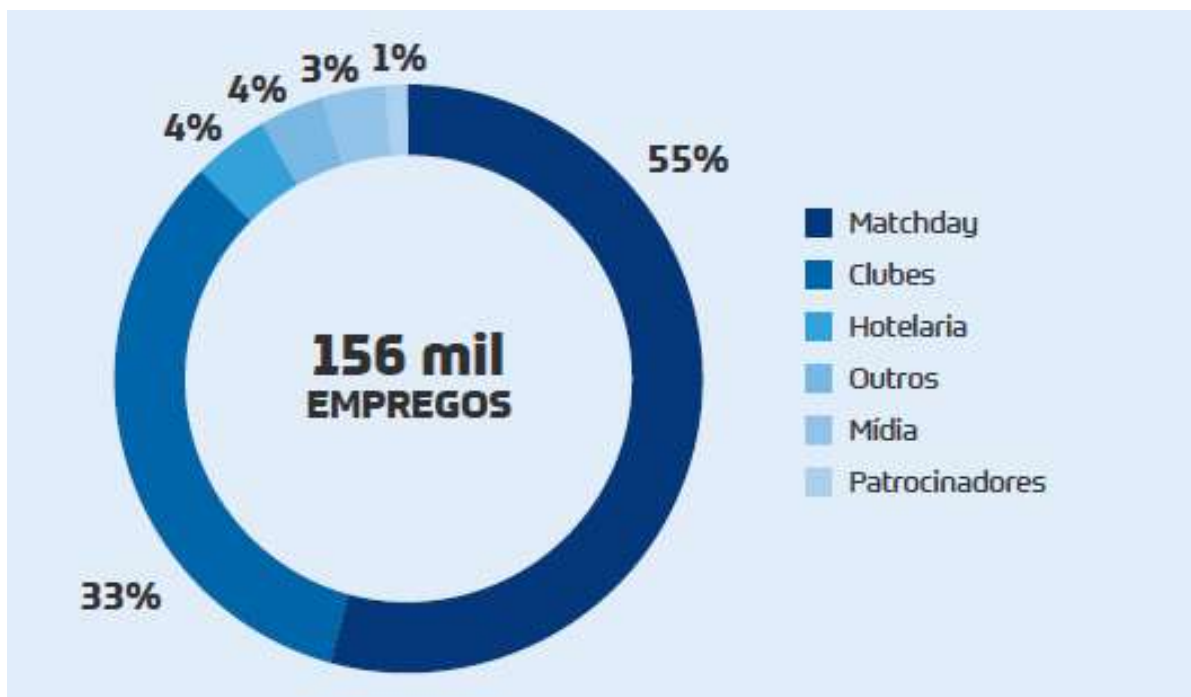
Áudio descrição do Gráfico 1: Curva de Lorenz é uma linha azul com origem no ponto (0,0) com concavidade para cima e término no ponto (1,1). A linha da igualdade perfeita é uma reta em quarenta e cinco graus com origem no ponto (0,0) e término no ponto (1,1). Quanto maior a distância entre a curva de Lorenz e a reta da igualdade perfeita, maior o índice de Gini, cujo valor máximo é 1. O gráfico 1 demonstra o índice de Gini igual a 0,8282.

Fim da áudio descrição do Gráfico 1.

Outro impacto mostrado no relatório da CBF foi referente ao lazer proporcionado pelo futebol à sociedade brasileira no ano de 2018. Foram 253 competições com mais de 19 mil partidas para um público total acima de 7 milhões nos 798 estádios registrados.

Foram mais de 29 mil horas de lazer proporcionado pelo futebol brasileiro no ano de 2018, que também provocaram a geração de mais de 85 mil empregos no *matchday* para um total de 156 mil empregos diretos e indiretos.

Figura 3 – Geração de empregos na indústria do futebol



Fonte: Relatório Sobre o Impacto do Futebol Brasileiro, CBF 2019, p.59

Áudio descrição da Figura 2: Gráfico de rosca em degradê azul que demonstra a distribuição dos 156 mil empregos gerados pela indústria do futebol. A maior fatia de 55%, em azul mais escuro, equivale aos empregos do matchday, a segunda fatia de 33% equivale aos empregos de clubes, a terceira fatia de 4% equivale aos empregos de hotelaria, a quarta fatia de 4% equivale aos empregos de outras áreas, a quinta fatia de 3% equivale aos empregos de mídia e a última fatia de 1% equivale aos empregos de patrocinadores.

Fim da áudio descrição da Figura 3.

2.2. Impacto do Esporte Olímpico e Paralímpico na Sociedade Brasileira

Em seu Relatório Anual 2022, p.8, o Comitê Olímpico Brasileiro – COB, diz que tem como objetivo o investimento no esporte de alto rendimento com a missão de desenvolver e representar com excelência o esporte de alto rendimento do país, trabalhando pela melhoria dos resultados esportivos, elevando a maturidade de sua gestão e das confederações filiadas e fortalecendo a imagem do esporte olímpico brasileiro.

Em 2022, o COB arrecadou R\$385 milhões em recursos das loterias (Lei 13.756) sendo este total aplicado no fomento de diversas modalidades esportivas, diretamente pela entidade ou por intermédio pelas confederações (RELATÓRIO ANUAL 2022. Comitê Olímpico Brasileiro).

Os Jogos da Juventude 2022 contou com a participação de 4.061 atletas e proporcionou renda para mais de 1.400 pessoas de forma direta.

Indiretamente, na hospitalidade foram 32.620 diárias contratadas e 63.531 refeições servidas. Em infraestrutura foram 14 instalações utilizadas para 178 provas esportivas, que resultaram em mais de 150 horas de transmissão ao vivo pelo Canal Olímpico com mais de 80 profissionais envolvidos. O evento ainda impactou mais de 4.000 crianças nos programas Transforma e Você nos Jogos com o objetivo de promover os valores olímpicos e contribuir para a formação integral do ser humano (RELATÓRIO ANUAL 2022. Comitê Olímpico Brasileiro).

Figura 4 – Jogos da Juventude 2022



Fonte: Relatório Anual, 2022, p.93

Áudio descrição da Figura 4: Grupos de atletas de alto rendimento do Comitê Olímpico Brasileiro, com uniformes brancos e utilizando máscaras de proteção contra a COVID-19 em pé na fila de embarque em saguão de um aeroporto brasileiro. Um dos atletas está de pé sendo atendido no balcão por uma funcionária de camiseta vermelha e preta e cabelos longos pretos que está sentada de costas para a foto e olhando para a tela de um computador.

Fim da áudio descrição da Figura 4.

O Centro de Treinamento do COB tem como meta prover serviços de suporte aos atletas das seleções brasileiras de base e adultas por meio das áreas de Saúde do Atleta, Ciência e Tecnologia Esportiva, e Preparação Esportiva, que, juntas, compõem o conceito do Laboratório Olímpico. Em 2022 os profissionais do CT foram responsáveis por 2.929 avaliações em 1.060 atletas e foram foco de 4 artigos científicos para as revistas *International Journal of Sports Physiology and*

Performance, Medicine & Science in Sports & Exercise, Journal of Science in Sport and Exercise e Psychology: Research and Review, além de terem participado em mais de 30 ações educativas, considerando palestras, aulas, e ações diretas com as confederações (RELATÓRIO ANUAL 2022. Comitê Olímpico Brasileiro).

O COB doou 6.251 livros, sendo 4.814 para escolas municipais e outros 94, publicados pela instituição, para a Universidade de Vassouras (RELATÓRIO ANUAL 2022. Comitê Olímpico Brasileiro).

O impacto do esporte na educação ainda é comprovado com a formação de 5.914 alunos pelo Instituto Olímpico Brasileiro – IOB, em 2022, em 121 cursos que abrangem temas da iniciação esportiva até o alto rendimento.

Dentre os cursos oferecidos pelo IOB, a maior parte dos alunos capacitados, 4.398, se formaram em projetos esporte seguro, nas temáticas (RELATÓRIO ANUAL 2022. Comitê Olímpico Brasileiro):

- Curso de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e Abuso no Esporte;
- Abuso e Assédio Fora de Jogo (Jovens);
- Curso Esporte Antirracista: Todo Mundo Sai Ganhando.

Na equidade de gênero houve a formalização da Comissão da Mulher, a realização do 1º Fórum da Mulher no Esporte, lançamento da Cartilha de Equidade de Gênero nos Jogos da Juventude e a criação do canal Saúde da Mulher no *whatsapp* durante os Jogos Panamericanos Jovens, com plantão de médicas ginecologistas esportivas (RELATÓRIO ANUAL 2022. Comitê Olímpico Brasileiro).

O Programa Esporte Cria, que tem o objetivo de mostrar as oportunidades profissionais proporcionadas pelo esporte, foi apresentado para quase 1.000 adolescentes em 24 escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro (RELATÓRIO ANUAL 2022. Comitê Olímpico Brasileiro).

Já o Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB, que define o esporte como uma das ferramentas mais eficazes de inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, divulgou em seu Relatório Técnico e Administrativo de 2022 impactos relevantes na sociedade (RELATÓRIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO 2022. Comitê Paralímpico Brasileiro).

O Projeto Educação Paralímpica, cujo objetivo é ampliar programas de formação de profissionais do esporte difundindo conhecimento nas áreas que abrangem o esporte paralímpico, atingiu 46.000 pessoas certificadas em 95 cursos, sendo 14.212 profissionais com certificado em parceria com a Universidade Federal

de Uberlândia. No total, o programa alcançou 3.467 Municípios de 26 Estados e o Distrito Federal e contou com 157 parceiros, entre associações, universidades, prefeituras e governos estaduais e federal (RELATÓRIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO 2022. Comitê Paralímpico Brasileiro).

Figura 5 – Educação Paralímpica



Fonte: Relatório Técnico e Administrativo, CPB, p.33

Áudio descrição da Figura 5: Uma tela de computador mostrando a página do site Inspiração Paralímpica com 3 adolescentes com uniforme azul praticando atividade esportiva com a supervisão de um técnico adulto careca e usando óculos de grau. A imagem está sobre um plano de fundo azul com 2 raios verdes na diagonal.

Fim da áudio descrição da Figura 5.

O mercado de trabalho para pessoas com deficiência é um objetivo do Programa Inspiração Paralímpica, que fornece uma plataforma digital com mais de 200 cursos de capacitação técnica e profissionalizante e de preparação para o ENEM e concursos públicos, bem como a divulgação de vagas de emprego, conectando empresas às pessoas com deficiência cadastradas (RELATÓRIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO 2022. Comitê Paralímpico Brasileiro).

Atleta Cidadão é um programa do CPB que atendeu 886 atletas e beneficiou 366 com bolsas de estudos em graduação, pós-graduação e cursos de inglês, através de parcerias com a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá, *Cambridge University Press*, *EY Institute* e Adecco (RELATÓRIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO 2022. Comitê Paralímpico Brasileiro).

A Escola Paralímpica de Esportes recebe crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos e cria um lastro psicomotor para identificar em qual modalidade esportiva poderá ter melhor desempenho. Em 2022 a escola atendeu 510 alunos em 12 Municípios do Estado de São Paulo. O projeto ainda realizou 3 festivais com o objetivo aproximar os familiares ao projeto Escola Paralímpica de Esportes e, ao mesmo tempo, fomentar um ambiente de inclusão social (RELATÓRIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO 2022. Comitê Paralímpico Brasileiro).

As Paralimpíadas Escolares, Universitárias e Militares envolveu 1.769 atletas de todas as Unidades da Federação (RELATÓRIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO 2022. Comitê Paralímpico Brasileiro).

2.3. Financiamento Público no Esporte de Alto Rendimento

Mesmo com esse cenário participativo na economia brasileira e sendo centro de exportação de atletas para todos os continentes, os clubes de futebol profissional vem acumulando dívidas e encontrando dificuldades de sustentabilidade financeira há décadas, provocando no Governo Federal a responsabilidade de agir em defesa do segmento.

Em 2008, a Caixa Econômica Federal criou a Timemania, uma modalidade de loteria que destina 22% (vinte e dois por cento) da arrecadação aos times participantes para pagamento de dívidas de impostos e contribuições federais.

Diante de um cenário com clubes de futebol afundados em dívidas tributárias, em 2015 o Governo Federal instituiu a Autoridade Pública de Governança do Futebol, APFUT, através da Lei nº 13.155, com o objetivo de fiscalizar o cumprimento das obrigações do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro – PROFUT, mediante ações administrativas junto às entidades desportivas participantes no programa, elaboração normativa da atividade fiscalizatória, realização de análises documental e econômico-financeira, e instauração de processos administrativos para aplicação de sanções.

No ano de 2018, o Presidente da República Michel Temer sancionou a Lei 13.756 que dispôs sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, sendo que para o esporte ficaram as fatias de:

Art.15 O produto da arrecadação da loteria federal será destina da seguinte forma:

.....
II – a partir de 1° de janeiro de 2019:

-
e) 1,48% (um inteiro e quarenta e oito centésimos por cento) para o COB;
f) 0,87% (oitenta e sete centésimos por cento) para o CPB;

Art. 16 O produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos será destinado da seguinte forma:

.....
II – a partir de 1° de janeiro de 2019:

-
f) 1,73% (um inteiro e setenta e três centésimos por cento) para o COB;
g) 0,96% (noventa e seis centésimos por cento) para o CPB;

Art. 17 O produto da arrecadação da loteria de prognóstico específico será destinado da seguinte forma:

.....
II – a partir de 1° de janeiro de 2019:

-
g) 1,26% (um inteiro e vinte e seis centésimos por cento) para o COB;
h) 0,74% (setenta e quatro centésimos por cento) para o CPB;
i) 22% (vinte e dois por cento) para as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico;

Art.18 O produto da arrecadação da loteria de prognósticos esportivos será destinado da seguinte forma:

.....
II – a partir de 1° de janeiro de 2019:

-
e) 1,63% (um inteiro e sessenta e três centésimos por cento) para o COB;
f) 0,96% (noventa e seis centésimos por cento) para o CPB;
g) 9,57% (nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) para entidades desportivas e para entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos;

Art. 20 O produto da arrecadação de cada emissão da Lotex será destinado da seguinte forma:

.....

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

.....
V - 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) para as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos, seus símbolos e similares para divulgação e execução da Lotex;

Já em 2019, por iniciativa do Senador Rodrigo Pacheco do então partido Democratas de Minas Gerais, o Congresso Nacional protocolou o projeto de lei nº5.516 de criação da Sociedade Anônima do Futebol – SAF, com a justificativa de potencializar a atividade futebolística aproximando-se de exemplos bem-sucedidos da Alemanha, Portugal e Espanha.

Em 2021 o Congresso Nacional aprovou o PL nº 5.516 e o Presidente da República sancionou a Lei 14.193 que instituiu a Sociedade Anônima do Futebol – SAF, e dispôs sobre normas de constituição, governança, controle e transparência, meios de financiamento da dívida futebolística, tratamento dos passivos das entidades de práticas desportivas e regime tributário específico.

Mesmo com o veto do chefe do Poder Executivo, a Lei foi promulgada com sua seção III do Capítulo II, artigos 31 e 32 que tratam do Regime de Tributação Específica do Futebol – TEF, o qual estabelece um recolhimento único mensal de 5% (cinco por cento) da receita mensal recebida, que abrange o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, e contribuições previstas nos incisos I, II e III do caput e no § 6º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. A partir do sexto ano de constituição da SAF a alíquota passa a ser de 4% (quatro por cento).

Outro mecanismo criado na Lei da SAF foi o Regime Centralizado de Execuções – RCE, (art.14 a 24) que estabelece uma forma específica de quitação das obrigações e concurso de credores na qual o Poder Judiciário disciplinará por meio de ato próprio e conferirá ao clube de futebol o prazo de 6 (seis) anos para pagamento das dívidas relacionadas.

Também em 2021, o Governo Federal instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – PERSE, através da Lei

14.148/2021 com o objetivo de estabelecer ações emergenciais e temporárias ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de isolamento e quarentena realizadas para enfrentamento da pandemia da COVID-19. Dentre as medidas estava o desconto de até 100% do valor dos juros, das multas e dos encargos-legais, além de dividir o saldo devedor em até 145 prestações mensais.

Conforme a Portaria 7.163/2021, do Ministério da Economia, pessoas jurídicas em situação regular e com códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, do segmento esportivo poderiam se beneficiar do PERSE, conforme a relação:

Tabela 1 – CNAE esportivos beneficiados pelo PERSE

Código CNAE	Descrição CNAE
7490-1/05	Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas
7721-7/00	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivo
9311-5/00	Gestão de instalações de esportes
9312-3/00	Clubes sociais, esportivos e similares
9319-1/01	Produção e promoção de eventos esportivos
3317-1/02	Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer
8591-1/00	Ensino de esporte
9319-1/00	Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente

Fonte: Próprio autor

Já no final de 2022, o Presidente da República sancionou a Lei 14.439 alterando a Lei 11.438 – Lei de Incentivo ao Esporte aumentando os limites de patrocínio ou doação nos seguintes termos:

Art. 1º A partir do ano-calendário de 2007, até o ano-calendário de 2027, inclusive, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real, os valores despendidos a título de patrocínio ou doação no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério da Cidadania.

§ 1º As deduções de que trata o caput deste artigo ficam limitadas:

I - relativamente à pessoa jurídica, a 2% (dois por cento) do imposto devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, em cada período de apuração;

II - relativamente à pessoa física, a 7% (sete por cento) do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual, conjuntamente com as deduções a que se referem os incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

.....
.....

§ 6º O limite previsto no inciso I do § 1º deste artigo será de 4% (quatro por cento) quando o projeto desportivo ou paradesportivo for destinado a promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades em situação de vulnerabilidade social, nos termos do § 1º do art. 2º desta Lei, conjuntamente com as deduções a que se referem o art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e o art. 1º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993.

2.4. Avaliação de Política Pública

Avaliação é uma estratégia controversa e pouco compreendida de governança pública, controle e tomada de decisão. É o processo de distinguir o valioso e o precioso do inútil. Avaliar implica olhar para trás para poder avançar melhor. (VEDUNG, 2017).

A auditoria interna deve ter autoridade e competência para a avaliação da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade dos programas governamentais para proteger o interesse público (GOODSON, MORY & LAPOINTE, 2012). De tal forma, o trabalho do auditor interno fortalece a governança pública para que o gestor possa agir com transparência, mitigando os riscos e dando qualidade aos recursos aplicados (GOODSON, 2012).

Os auditores internos devem fornecer avaliações retrospectivas da implementação, produção e resultado das medidas do governo, a fim de obter uma compreensão mais profunda e fundamentar as decisões dos gestores públicos (VEDUNG, 2017).

Avaliação de políticas públicas é a atividade que “envolve a decisão entre meios alternativos de resolver controvérsias relativas ao que deve ser feito

com problemas econômicos, tecnológicos, sociais, políticos, internacionais e legais na esfera societal” (NAGEL, 2002, p.11).

A avaliação de política pública deve fornecer uma visão geral das possibilidades e limites da gestão pública. É um mecanismo para monitorar, sistematizar e classificar as atividades do governo e seus resultados para que os agentes públicos, em seu trabalho voltado para o futuro, possam agir da forma mais responsável, criativa e eficiente possível (VEDUNG, 2017).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, (2019, p.11), define que avaliação de políticas públicas é um julgamento, conduzido da maneira mais sistemática e imparcial possível sobre uma atividade, projeto, programa, estratégia, política, tópico, tema, setor, área operacional ou desempenho institucional.

A avaliação de políticas públicas é dividida em quatro ondas (VEDUNG, 2010), a científica, dialógica, gerencial e baseada em evidências.

A Onda científica (1950 a 1970) baseou-se em estudos acadêmicos de avaliação que verificavam a validade e caracterização dos programas governamentais de *Welfare State* e provocou efeitos no Brasil a partir de 1980 com os debates de avaliação nas universidades e experimentos de sistemas avaliativos no governo federal (TREVISAN, VAN BELLEN, 2008; RAMOS, SCHABBACH, 2012).

A onda dialógica (1970 a 1980) teve o cidadão no centro da avaliação das políticas públicas, motivada pelos progressistas e humanistas e a *New Public Administration*. No Brasil, os efeitos só foram sentidos a partir da Constituição de 1988, que trouxe a participação cidadã de conselhos consultivos e deliberativos de políticas públicas com papéis legítimos de fiscalização (CÔRTEZ, 2005).

A onda gerencial (1980 a 1990) foi influenciada pelo neoliberalismo de Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos e tinha princípios de administração com foco na eficiência econômica, avaliação de resultados e a liberdade dos gestores e serviu de fundamento para o encerramento de programas ineficientes, privatizações e terceirização de serviços públicos. Teve influência no Brasil a partir de 1995 com o Ministro Bresser-Pereira através do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE e a Administração Pública Gerencial e a inserção da Emenda Constitucional 19/1998 cujo objeto foi o princípio da eficiência na Administração Pública.

A onda baseada em evidências - *Evidence based wave of valuation* (1990 a 2000) teve foco na avaliação científica e baseada em dados de resultados de políticas públicas, com métodos quantitativos e quase-experimentais (PICCIOTTO, 2015). Essa avaliação enfatiza a coleta e sistematização de dados, baseada em evidências, para a melhoria de programas sociais com ecletismo metodológico com estudos qualitativos e quantitativos (JANNUZZI, 2011).

Até 2019, as avaliações de políticas públicas no Brasil estavam entre a segunda e terceira onda. Os problemas de confiabilidade da base de dados públicos e a descontinuidade na produção de indicadores eram fatores para a baixa adesão a estudos de avaliação quantitativa, baseada em evidências. Naquele momento, havia maior quantidade de avaliações qualitativas de caráter local e análises de políticas específicas (onda dialógica) e voltadas para a prestação de contas, medição de desempenho e busca da qualidade dos serviços prestados (onda gerencial) (OLIVEIRA, & PASSADOR, 2019).

Ainda de acordo com as autoras (OLIVEIRA, & PASSADOR, 2019), dados demonstravam o fortalecimento do estudo da avaliação no Brasil com a criação de uma cultura avaliativa capaz de abarcar a complexidade e especificidade de cada programa. Também havia pesquisas e projetos interdisciplinares de avaliação com base no processamento, integração e análise de grandes volumes de dados (*big data*).

O Poder Executivo do Estado de Goiás já desenvolve as avaliações pautadas na quarta onda, com estudos qualitativos e quantitativos, através do Instituto Mauro Borges – IMB, que publicou no Relatório Anual de Atividades de 2022, p.29 a realização de dois projetos de pesquisa em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG, sendo:

a) Avaliação do Programa Bolsa Universitária (PBU)

Este projeto constitui um subprojeto de pesquisa que tem como objetivo a avaliação dos programas sociais ligados à Organização das Voluntárias de Goiás (OVG). Especificamente, os objetivos são a colaboração técnica no redesenho das regras que disciplinam o funcionamento do programa PBU e avaliação de impacto do PBU, conforme o desenho vigente, em dimensões educacionais e de mercado de trabalho. Além disso, pretende-se também auxiliar no processo de construção dos pilares para o monitoramento e avaliação do futuro programa.

Responsável técnico: Evelyn de Castro Cruvinel

b) Avaliação do Programa Restaurante do Bem

Este projeto constitui um subprojeto de pesquisa que tem como objetivo a avaliação dos programas sociais ligados à Organização das Voluntárias de Goiás (OVG). Especificamente, este projeto tem como objetivo a avaliação do Programa Restaurante do Bem (PRB). Os principais objetivos da pesquisa é a identificação do perfil dos usuários do programa, análise locacional das unidades em operação e a avaliação dos benefícios sociais e nutricionais geradas pelo programa.

Responsável técnico: Murilo Rosa Macêdo

Esta quarta onda já atingiu a avaliação de políticas públicas no Brasil, como se destaca na Revista da CGU de 2022 com o título “Ciência de Dados no Controle Social em Educação”. Essa publicação descreve o processo de desenvolvimento utilizado para a implementação da ferramenta de *Business Intelligence* sobre os dados das despesas com educação básica utilizando como base os dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE (LEITE, TOSCO CUOCO, 2022).

No Desporto de Rendimento, as avaliações de políticas públicas ainda são escassas (SANTOS-LISE, MEZZADRI, CAVALIERI, & WYNNEK, 2022). As produções acadêmicas encontradas utilizam a metodologia *Sport Policy Factors Leading to International Sporting Success* – SPLISS, que relaciona o programa governamental ao sucesso esportivo internacional.

A política pública em Desporto de Rendimento pode gerar impacto no lazer, pois este é vivenciado no tempo isento de obrigações e pode acontecer por meio de experiências esportivas, que proporcionam satisfação sem nenhuma motivação lucrativa ou utilitária, com caráter hedonístico pela busca do prazer e resultam alegria e felicidade através da vivência (NÚÑES CÁRDENAS, FREIRE, NÚÑES PUMARIEGA, & PUMARIEGA TORRES, 2022).

A Constituição Federal, em seu art. 217, define como dever do Estado em fomentar as práticas desportivas:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

O esporte é um direito individual e é baseado em princípios, conforme a Lei Pelé 9.615/1998, em seu Art. 2º:

Art. 2º O desporto, como direito individual, tem como base os princípios:

I - da soberania, caracterizado pela supremacia nacional na organização da prática desportiva;

II - da autonomia, definido pela faculdade e liberdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva;

III - da democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem quaisquer distinções ou formas de discriminação;

IV - da liberdade, expresso pela livre prática do desporto, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não a entidade do setor;

V - do direito social, caracterizado pelo dever do Estado em fomentar as práticas desportivas formais e não-formais;

VI - da diferenciação, consubstanciado no tratamento específico dado ao desporto profissional e não-profissional;

VII - da identidade nacional, refletido na proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional;

VIII - da educação, voltado para o desenvolvimento integral do homem como ser autônomo e participante, e fomentado por meio da prioridade dos recursos públicos ao desporto educacional;

IX - da qualidade, assegurado pela valorização dos resultados desportivos, educativos e dos relacionados à cidadania e ao desenvolvimento físico e moral;

X - da descentralização, consubstanciado na organização e funcionamento harmônicos de sistemas desportivos diferenciados e autônomos para os níveis federal, estadual, distrital e municipal;

XI - da segurança, propiciado ao praticante de qualquer modalidade desportiva, quanto a sua integridade física, mental ou sensorial;

XII - da eficiência, obtido por meio do estímulo à competência desportiva e administrativa.

Parágrafo único. A exploração e a gestão do desporto profissional constituem exercício de atividade econômica sujeitando-se, especificamente, à observância dos princípios:

I - da transparência financeira e administrativa;

II - da moralidade na gestão desportiva;

III - da responsabilidade social de seus dirigentes;

IV - do tratamento diferenciado em relação ao desporto não profissional;
e

V - da participação na organização desportiva do País.

A análise da destinação dos recursos públicos nas políticas de esporte se torna imperiosa, daí a importância da avaliação de desempenho em sua implementação e observação de como o dinheiro público está sendo destinado (COELHO, SANTOS, 2022).

Os fatores de política de esporte que levam ao sucesso esportivo internacional são fundamentados em nove pilares, definidos como: Suporte financeiro para o esporte de alto rendimento; Governança, organização e estrutura de políticas para o esporte; Participação e esporte de base; Sistemas de identificação e desenvolvimento de talentos; Suporte para atletas e pós carreira; Instalações esportivas; Desenvolvimento e suporte para técnicos; Competições nacionais e internacionais; Pesquisa científica e inovação (BÖHME, BASTOS, 2016).

A avaliação da qualidade do gasto público é uma ferramenta que permite analisar como são realizados os investimentos, as prioridades definidas pela Administração Pública e se as metas foram cumpridas (COELHO, SANTOS, 2022).

Programas e pesquisas governamentais mostram que o sucesso do esporte de alto rendimento é cada vez mais dependente das políticas públicas, que quando bem planejadas, aumentaram os resultados em diversos países, com a aplicação de recursos cada vez maiores do orçamento público e das loterias (BÖHME, BASTOS, 2016).

A avaliação da política pública pode ser definida como *ex-ante*, *in-ntinere* ou *ex-post*, quando analisado o momento em que é realizada (SECCHI, 2020).

Ex-ante ocorre antes de sua implementação com objetivo prático para subsidiar o processo de formulação. A *in-itinere* é realizada durante o processo de implementação e tem como propósito gerar informações para decisões de reformulações ou ajustes.

A *Ex-post* ocorre após a implementação e seu objetivo é demonstrar a qualidade e deficiências da política pública aplicada e prover as lições aprendidas para o redesenho do programa. Na avaliação da qualidade do gasto público em esporte de alto rendimento é a forma de se analisar a distância do *status quo* (situação atual) para a situação ideal possível (SECCHI, 2020). Em outras palavras, visa demonstrar se o recurso orçamentário foi corretamente aplicado e se foi suficiente para atingir os resultados e promover o impacto esperado na sociedade.

2.5. Qualidade do gasto público

A qualidade do gasto público é avaliada quanto à economicidade, eficiência, eficácia e efetividade dos recursos aplicados através do orçamento governamental. É a forma de se monitorar como os gestores executam o orçamento para atingir os resultados planejados (JANUZZI, 2011).

A economicidade é a forma de identificar se os processos licitatórios atingiram o objetivo de realizar compras com valor unitário vantajoso, quando possível, em relação aos preços de mercado, sem a perda da qualidade do insumo (JANUZZI, 2011).

Eficiência é a maneira como os recursos foram utilizados para o alcance do resultado da política pública. É definida como a relação entre o produto gerado pelo programa e a despesa realizada (JANUZZI, 2011).

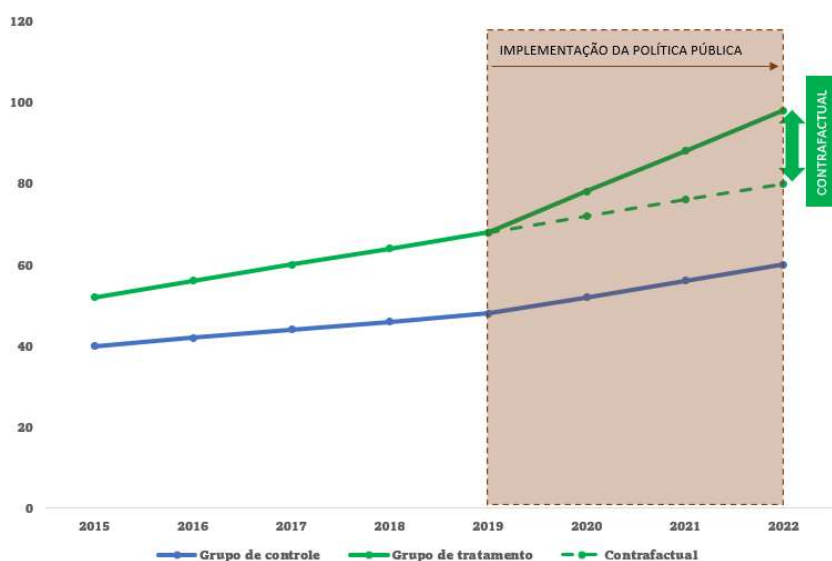
A eficácia está relacionada à capacidade do gasto realizado em atingir as metas da política pública. Resultados negativos devem ser estudados para que se verifique se a causa foi provocada pela má execução do programa ou se este teve metas mal planejadas (JANUZZI, 2011).

Efetividade é a análise dos impactos provocados, a médio e longo prazo, através do gasto público aplicado no alcance dos resultados do programa. O estudo da efetividade compreende uma avaliação ao longo do tempo em resultados esperados, porém não planejados na política pública e necessita de

muita prudência na construção de grupos de controle e contrafactuais para determinar se há causalidade e resultado e o impacto (JANUZZI, 2011).

Contrafactual é a diferença entre o que aconteceu com um cidadão ao ser envolvido por uma política pública e o que teria acontecido com o mesmo caso não tivesse sido atingido pelo programa, quando comparado com grupos de controle, que são aqueles indivíduos que realmente não participaram da ação governamental.

Gráfico 2 – Exemplo de contrafactual



Fonte: Adaptado de Avaliação de Políticas Públicas. Guia Prático de análise ex post, volume 2.

Áudio descrição do Gráfico 2: Gráfico de 3 linhas, sendo uma azul que representa o grupo de controle, uma verde que representa o grupo de tratamento e uma verde pontilhada que representa o contrafactual.

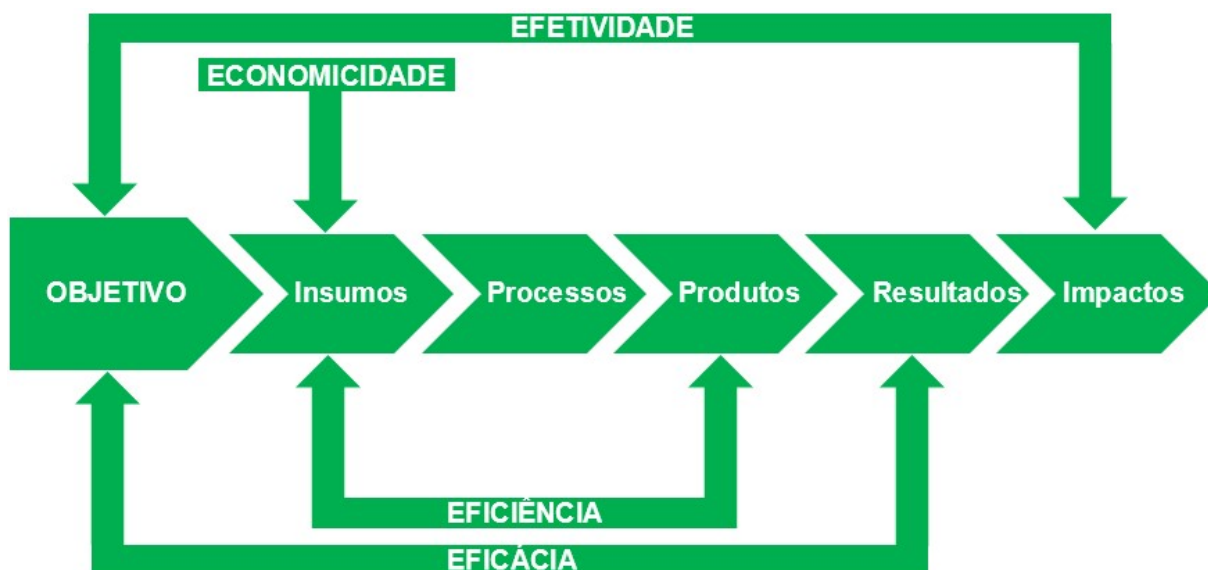
O eixo x é uma série temporal entre 2015 e 2022. A partir de 2019 há uma área hachurada em vermelho com transparência de 70% que representa o período da implementação da política pública.

A reta do contrafactual surge a partir de 2019 sob a reta do grupo de tratamento. A diferença entre a reta verde do tratamento e a reta pontilhada do contrafactual é representada em uma seta dupla como sendo o contrafactual.

Fim da áudio descrição do Gráfico 2.

Os parâmetros de avaliação da qualidade do gasto público (economicidade, eficiência, eficácia e efetividade) possuem inter-relação com os componentes do quadro lógico da política pública.

Figura 6 – Relação dos componentes do quadro lógico com a qualidade do gasto público



Fonte: Adaptado de PFEIFFER, Peter. O Quadro Lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças. Planejamento e orçamento governamental; coletânea / Organizadores: James Giacomoni e José Luiz Pagnussat.– Brasília: ENAP, 2006.

Áudio descrição da Figura 6: O quadro lógico é representado por 6 setas verdes, sendo a primeira, em tamanho maior, denominada objetivo, as demais são menores e possuem tamanhos iguais e são sequencialmente denominados insumos, processos, produtos, resultados e impactos.

Uma seta verde sobre insumos é representada a economicidade.

Uma dupla seta verde, abaixo do quadro lógico, entre insumos e produtos representa a eficiência.

Uma dupla seta verde, abaixo do quadro lógico, entre objetivo e resultados representa a eficácia.

Uma dupla seta verde, acima do quadro lógico, entre objetivo e impactos representa a efetividade.

Fim da áudio descrição da Figura 6.

Após a definição do objetivo da política pública, os gestores são responsáveis por adquirir os insumos, que através de processos de execução, geram os produtos capazes de entregar os resultados esperados e planejados e os não planejados (impactos).

Insumos são recursos do setor público necessários para a implementação da política.

Os processos estão relacionados à execução da política pública que transforma os insumos adquiridos em produtos.

Produtos são bens ou serviços gerados através da execução da política pública com os insumos adquiridos.

Os resultados são as melhorias entregues à sociedade através dos produtos gerados de forma esperada e planejada no desenho da política pública.

Impactos são resultados indiretos, ou seja, melhorias alcançadas pela política pública de forma esperada, porém não planejada.

De forma elucidativa, a qualidade do gasto pública pode ser entendida no exemplo fictício da compra de 5.000 bolas de futebol para um programa municipal que tem como objetivo promover aulas esportivas para a população de crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos.

A prefeitura adquiriu as 500 bolas por R\$25.000,00 com valor unitário de R\$50,00 através de um processo licitatório, cujo valor orçado foi de R\$60,00. Pesquisas de mercado mostraram que a mesma bola foi encontrada à venda no atacado pelo valor de R\$55,00, portanto, o gasto público foi avaliado positivamente quanto à economicidade.

As 500 bolas adquiridas foram utilizadas para as aulas de futebol que aconteciam no único campo da cidade. Neste caso, mesmo com a economicidade não houve eficiência, pois a relação entre o produto gerado (1 aula de futebol) e o valor total gasto de R\$25.000,00 foi alto. Neste exemplo, a eficiência seria atingida se a quantidade adquirida fosse o necessário para não haver desperdício com bolas inutilizadas.

Mesmo com a ineficiência, o gasto público mostrou-se eficaz, pois a compra das bolas foi capaz de atingir a meta em promover aulas esportivas para as crianças entre 7 e 17 anos no município.

Com as aulas de futebol no campo municipal, a prefeitura gerou emprego e renda para os professores e para os profissionais na manutenção do gramado. Os pais puderam dedicar mais tempo em outras atividades enquanto os filhos estavam nas aulas. Houve redução das faltas escolares, pois este era um dos critérios para os alunos participarem do programa de futebol. Esses foram os impactos que o gasto público da compra das 500 bolas pode ter gerado, tendo, portanto, indício de efetividade, que deve ser avaliada por contrafactuais.

Em resumo, mesmo tendo sido bem avaliado quanto à economicidade, eficácia e provável efetividade, o gasto público do exemplo fictício da compra das 500 bolas não foi eficiente. Com essa avaliação, o analista da política pública apresenta para os tomadores de decisão da prefeitura, o cenário ideal para melhorar o *status quo* do programa, como a redução da quantidade de material a ser adquirido.

É através do orçamento público que o governo demonstra aos cidadãos a alocação do que foi recolhido em tributos, fundamentado por princípios que estabelecem regras básicas a fim de conferir racionalidade, eficiência e

transparência aos processos de elaboração, execução e controle (Guia prático de análise *ex post*, p.37).

O modelo da boa governança orçamentária da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) define 10 princípios destinados a orientar e informar os processos e reformas orçamentárias a fim de garantir que o sistema orçamentário atenda a seus múltiplos objetivos com sustentabilidade e continuidade (BIJOS, 2014):

- 1) Os orçamentos devem ser gerenciados dentro dos limites fiscais claros, críveis e previsíveis;
- 2) Os orçamentos devem ser estreitamente alinhados com as prioridades estratégicas de médio prazo do governo;
- 3) O orçamento de capital deve ser projetado para atender às necessidades de desenvolvimento nacional, de forma eficiente, efetiva e coerente;
- 4) Os dados e documentos orçamentários devem ser abertos, transparentes e acessíveis;
- 5) O debate sobre as escolhas orçamentárias deve ser inclusivo, participativo e realista;
- 6) Os orçamentos devem apresentar um retrato abrangente, preciso e confiável das finanças públicas;
- 7) A execução orçamentária deve ser ativamente planejada, gerenciada e monitorada;
- 8) Avaliações de desempenho devem ser parte integrante do processo orçamentário;
- 9) A sustentabilidade de longo prazo e outros riscos fiscais devem ser identificados, avaliados e gerenciados de forma prudente;
- 10) A integridade e a qualidade das projeções orçamentárias, do planejamento fiscal e da execução orçamentária devem ser promovidas mediante rigorosa assecuração de qualidade, incluindo auditoria independente.

Paulo Bijos (2014) propôs a divisão destes princípios em 4 blocos diferenciados com as dimensões: fiscal (princípios 1, 6 e 9), programática (princípios 2, 3 e 8), participativa (princípios 4 e 5) e *accountability* (princípios 7 e 10).

Os princípios da dimensão programática atuam em favor da qualidade do gasto público, sendo o 2 e o 8 extremamente complexos de serem adotados na prática (BIJOS, 2014).

A respeito do princípio 2 (“Os orçamentos devem ser estreitamente alinhados com as prioridades estratégicas de médio prazo do governo”), o Brasil possui o Plano Plurianual – PPA, criado no art. 165 da Constituição Federal de 1988, como mecanismo de planejamento a médio prazo. Cabe ao PPA identificar o montante de recursos comprometidos *a priori* com despesas de duração continuada e seu perfil distributivo por função e subfunção orçamentária, porém, a

falta de comunicação e a baixa sinergia entre os PPAs dos entes federativos tem gerado, há anos, problemas de sobreposição, hiatos, redundâncias e conflitos nas políticas públicas (LEAL, 2020).

O princípio 8 (“Avaliações de desempenho devem ser parte integrante do processo orçamentário”) torna-se complexo pela novidade do tema na administração pública e pelo fato de não haver fundamentação de comparabilidade do desempenho da execução orçamentária em ciclos anteriores ao PPA atual.

Considerando essas complexidades, para subsidiar a avaliação da qualidade do gasto público em esporte de rendimento, faz-se necessário analisar e identificar padrões da despesa nos entes federativos.

A despesa orçamentária é dividida em funções e subfunções que compõem a classificação funcional instituída pela Portaria SOF/SETO/ME n° 42/1999 e disponibilizada no Manual Técnico de Orçamento – MTO, 2023.

A classificação funcional identifica as áreas em que as despesas são realizadas, por atividade, projeto e operação especial à qual é vinculada. Trata-se de uma classificação independente e de aplicação comum e obrigatória para Municípios, Estados, Distrito Federal e União, permitindo a consolidação nacional dos gastos públicos (MTO, 2023) (MCASP 9ª edição, 2022).

O MTO 2023 define que “a função refere-se à principal área de atuação do órgão e deve refletir a sua missão institucional, já a subfunção é relacionada à área da despesa na qual a ação será executada”.

Tabela 2 – Classificação funcional da despesa

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO
01 – Legislativa	031 – Ação Legislativa
	032 – Controle Externo
02 – Judiciária	061 – Ação Judiciária
	062 – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
03 – Essencial à Justiça	091 – Defesa da Ordem Jurídica
	092 – Representação Judicial e Extrajudicial
04 – Administração	121 – Planejamento e Orçamento
	122 – Administração Geral
	123 – Administração Financeira
	124 – Controle Interno
	125 – Normatização e Fiscalização
	126 – Tecnologia e Informação
	127 – Ordenamento Territorial
	128 – Formação de Recursos Humanos
	129 – Administração de Receitas

	130 – Administração de Concessões
	131 – Comunicação Social
05 – Defesa Nacional	151 – Defesa Aérea
	152 – Defesa Naval
	153 – Defesa Terrestre
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento
	182 – Defesa Civil
	183 – Informação e Inteligência
07 – Relações Exteriores	211 – Relações Diplomáticas
	212 – Cooperação Internacional
08 – Assistência Social	241 – Assistência ao Idoso
	242 – Assistência ao Portador de Deficiência
	243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 – Assistência Comunitária
09 – Previdência Social	271 – Previdência Básica
	272 – Previdência do Regime Estatutário
	273 – Previdência Complementar
	274 – Previdência Especial
10 – Saúde	301 – Atenção Básica
	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
	303 – Suporte Profilático e Terapêutico
	304 – Vigilância Sanitária
	305 – Vigilância Epidemiológica
	306 – Alimentação e Nutrição
11 – Trabalho	331 – Proteção e Benefícios ao Trabalhador
	332 – Relações de Trabalho
	333 – Empregabilidade
	334 – Fomento ao Trabalho
12 – Educação	361 – Ensino Fundamental
	362 – Ensino Médio
	363 – Ensino Profissional
	364 – Ensino Superior
	365 – Educação Infantil
	366 – Educação de Jovens e Adultos
	367 – Educação Especial
	368 – Educação Básica
13 – Cultura	391 – Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
	392 – Difusão Cultural
14 – Direitos da Cidadania	421 – Custódia e Reintegração Social
	422 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
	432 – Assistência aos Povos Indígenas
15 – Urbanismo	451 – Infraestrutura Urbana
	452 – Serviços Urbanos
	453 – Transportes Coletivos Urbanos
16 – Habitação	481 – Habitação Rural
	482 – Habitação Urbana
17 – Saneamento	511 – Saneamento Básico Rural
	512 – Saneamento Básico Urbano
18 – Gestão Ambiental	541 – Preservação e Conservação Ambiental
	542 – Controle Ambiental
	543 – Recuperação de Áreas Degradadas
	544 – Recursos Hídricos
	545 – Meteorologia
19 – Ciência e Tecnologia	571 – Desenvolvimento Científico

	572 – Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia
	573 – Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico
20 – Agricultura	605 – Abastecimento
	606 – Extensão Rural
	607 – Irrigação
	608 – Promoção da Produção Agropecuária
	609 – Defesa Agropecuária
21 – Organização Agrária	631 – Reforma Agrária
	632 – Colonização
22 – Indústria	661 – Promoção Industrial
	662 – Produção Industrial
	663 – Mineração
	664 – Propriedade Industrial
	665 – Normalização Comercial
23 – Comércio e Serviços	691 – Promoção Comercial
	692 – Comercialização
	693 – Comércio Exterior
	694 – Serviços Financeiros
	695 – Turismo
24 – Comunicações	721 – Comunicações Postais
	722 – Telecomunicações
25 – Energia	751 – Conservação de Energia
	752 – Energia Elétrica
	753 – Combustíveis Minerais
	754 – Biocombustíveis
26 – Transporte	781 – Transporte Aéreo
	782 – Transporte Rodoviário
	783 – Transporte Ferroviário
	784 – Transporte Hidroviário
	785 – Transportes Especiais
27 – Desporto e Lazer	811 – Desporto de Rendimento
	812 – Desporto Comunitário
	813 – Lazer
28 – Encargos Especiais	841 – Refinanciamento da Dívida Interna
	842 – Refinanciamento da Dívida Externa
	843 – Serviço da Dívida Interna
	844 – Serviço da Dívida Externa
	845 – Outras Transferências
	846 – Outros Encargos Especiais
	847 – Transferências para a Educação Básica

Fonte: Adaptado do MTO 2023.

A análise do padrão do gasto público em esporte de rendimento é através da estratificação da despesa na subfunção 811 – Desporto de Rendimento, que estão detalhadas no Anexo 2, Demonstrativo da Execução das Despesas por Função / Subfunção, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, que é um documento exigido pela Constituição Federal de 1988 em seu art.165, § 3º “O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária”.

3. ASPECTOS INSTITUCIONAIS APLICÁVEIS AO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTES DE ALTO RENDIMENTO EM GOIÁS

3.1. Controle Interno do Poder Executivo do Estado de Goiás

A Controladoria Geral do Estado de Goiás – CGE-GO, foi criada em 2011 pela Lei 17.257 com a determinação legal da manutenção do sistema de Controle Interno conforme a Constituição do Estado de Goiás. Em 2019, pela Lei 20.491, foi definida como órgão central dos sistemas de controle interno, correição, transparência e ouvidoria, integrantes da Administração Direta do Poder Executivo do Estado de Goiás, dirigida pela Secretário-Chefe da CGE-GO.

Em 2021, o então Governador Ronaldo Caiado aprovou a Lei Eudenísio Batista – nº 20.986, que instituiu a organização, as funções e a carreira específica da Controladoria Geral do Estado de Goiás, e, também sobre os sistemas de Controle Interno, cujas funções são executadas por meio de ações de controle divididas em auditoria e inspeção, de atribuição da carreira específica da CGE-GO que é constituída pelo cargo efetivo de Gestor de Finanças e Controle.

Ainda em 2021, o Controlador Geral do Estado, Henrique Ziller, aprovou a portaria 40 que estruturou as ações de controle pela CGE-GO e definiu o *Internal Audit Capability Model – IACM*, desenvolvido pelo *The Institute of Internal Auditors – IIA*, com apoio do Banco Mundial, como o *framework* a ser utilizado com o objetivo de institucionalizar e fortalecer os processos e atividades de gestão que caracterizam um órgão de controle interno eficaz, eficiente e efetivo.

Tabela 3 – Matriz do IA-CM

	Serviços e Papel da AI	Gerenciamento de pessoas	Práticas profissionais	Gerenciamento do Desempenho e <i>Accountability</i>	Cultura e Relacionamento Organizacional	Estrutura de Governança
Nível 5 – Otimizado	AI reconhecido como agente-chave de mudança – KPA 5.1	Envolvimento da liderança com organizações profissionais – KPA 5.3 Projeção de força de trabalho – KPA 5.2	Melhoria contínua de práticas profissionais – KPA 5.5 Planejamento estratégico da AI – KPA 5.4	Resultado e valor alcançados para a organização – KPA 5.6	Relações efetivas e permanentes – KPA 5.7	Independência, poder e autoridade da atividade de AI – KPA 5.8
Nível 4 - Gerenciado	Avaliação geral sobre governança, gestão de riscos e controles – KPA 4.1	AI contribui para o desenvolvimento da gestão – KPA 4.4 A atividade de AI apoia classes profissionais – KPA 4.3	Estratégia de auditoria avançada a gestão de riscos da organização – KPA 4.5	Integração de medidas de desempenhos qualitativas e quantitativas – KPA 4.6	CAI aconselha a influencia a mais alta gerência – KPA 4.7	Supervisão independente das atividades de AI – KPA 4.8

		Planejamento da força de trabalho – KPA 4.2					
Nível 3 – Integrado	Serviços de consultoria – KPA 3.2	Criação de equipe e competência – KPA 3.4	Estrutura de gestão da qualidade – KPA 3.7	Medidas de desempenho – KPA 3.10	Coordenação com outros grupos de revisão – KPA 3.12	CAI informa à autoridade de mais alto nível – KPA 3.15	
	Auditoria de desempenho / <i>value-for-money</i> – KPA 3.1	Profissionais qualificados – KPA 3.4	Planos de auditorias baseadas em riscos – KPA 3.6	Informações de custos – KPA 3.9		Supervisão e apoio gerencial para a atividade de AI – 3.14	
		Coordenação de força de trabalho – KPA 3.3		Relatórios de gestão de AI – KPA 3.8	Componente essencial da equipe de gestão – KPA 3.11	Mecanismos de financiamento – KPA 3.13	
Nível 2 – Infraestrutura	Auditoria de conformidade – KPA 2.1	Desenvolvimento profissional individual – 2.3	Estrutura de práticas profissionais e processos – KPA 2.5	Orçamento operacional de AI – KPA 2.7	Gerenciamento dentro da atividade de AI – KPA 2.8	Acesso pleno às informações, aos ativos e às pessoas da organização – KPA 2.10	
		Pessoas qualificadas identificadas e recrutadas – KPA 2.2	Plano de auditoria baseado nas prioridades da gestão e das partes interessadas – KPA 2.4	Plano de negócio de AI – KPA 2.6		Fluxo de reporte de auditoria estabelecido – KPA 2.9	
Nível 1 - Inicial	<i>Ad hoc</i> não estruturada; auditorias isoladas ou revisão de documentos e transações com finalidade de aferir correção e conformidade; produtos dependem de habilidades específicas de indivíduos que estão ocupando as posições; ausência de práticas profissionais estabelecidas, além das fornecidas por associações profissionais; financiamento aprovado por gerência, quando necessário; falta de infraestrutura; auditores provavelmente são parte de uma unidade organizacional maior; nenhuma capacidade estabelecida; portanto, inexistência de macroprocessos-chave.						

Fonte: Adaptado da Controladoria Geral da União.

O IA-CM é a ferramenta estratégica nacional recomendada pelo Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI, e atende os requisitos propostos pela *International Professional Practices Framework – IPPF*, que é a base conceitual de organização de normas e orientações promulgadas pelo IIA.

Essa ferramenta possui 41 (quarenta e uma) áreas de processo chaves (*Key Process Areas – KPA*) que estão alocadas em uma matriz de 5 (cinco) níveis e 6 (seis) elementos. Atualmente, apenas 4 (quatro) órgãos de controle interno possuem o nível 2 do IA-CM, sendo a Controladorias Geral da União - CGU, do Distrito Federal – CGDF, e dos Estados de Minas Gerais – CGE-MG e Goiás – CGE-GO.

Destaca-se o Controlador Geral Henrique Ziller, que esteve à frente da CGDF em 2017 durante o processo de conquista do nível 2 do IA-CM e desde 2019 comanda a CGE-GO, sendo também o mentor pelo mesmo nível de maturidade no estado goiano no ano de 2022.

Com a reforma administrativa do Estado de Goiás publicada na Lei 21.792/2023, a CGE-GO passa a ter uma nova estrutura para se submeter ao processo de conquista no nível 3 do IA-CM. Dentre os KPA's exigidos, tem-se o 3.1 que é relacionado à auditoria de desempenho - *value-for-money*, que é uma

atividade na qual os auditores avaliam e informam sobre a economicidade, eficiência e eficácia dos programas (MACRAE E GILS, 2014).

Entre 2020 e 2022 a CGE-GO publicou o Plano Operacional das Ações de Controle – POAC, que, conforme sua apresentação da última edição publicada (POAC CGE-GO, 2022, p.5) trata-se de:

[...] um instrumento gerencial, direcionador das ações de controle planejadas para o exercício de 2022, pautado nas diretrizes estratégicas da CGE, incluídas as auditorias e inspeções periódicas, baseada em consulta a stakeholders, materialidade, relevância, criticidade, efetividade e agregação de valor à gestão, inclusive para a inclusão das ações de controle, originalmente não programadas.

Como o objetivo dos anos anteriores era atingir o nível 2 do IA-CM, a CGE-GO não previu em seus POAC's a realização de Auditorias de Desempenho na Avaliação de Políticas Públicas quanto à economicidade, eficiência, eficácia e efetividade do gasto público.

A partir de 2023, a CGE-GO passa a ter em seu POAC as metas de avaliações de políticas públicas, tema que vem ganhando relevância e se institucionalizando em diversas organizações públicas do país (SECCHI, 2020).

3.2. Programa Esporte Transformando Vidas

O Plano Plurianual 2020-2023 do Governo do Estado de Goiás – PPA 2020-2023, justifica o Programa Esporte Transformando Vidas como:

A iniciativa privada oferece produtos e serviços que proporcionam opções diversificadas de esporte e lazer para uma camada da população que tem recursos financeiros. Contudo, as classes sociais menos favorecidas dificilmente podem acessar esta parcela do mercado sem comprometer a renda familiar. Desse modo, cabe ao Estado estimular as atividades recreativas e desportivas, tanto amadoras quanto profissionais. Agindo assim, o poder público contribui para o desenvolvimento das capacidades físicas e intelectuais da população e para o bem-estar social. Destarte, investir em ações que viabilizam um modo de vida mais saudável da população, contribuindo positivamente com as áreas de saúde, educação e segurança. O esporte é um instrumento de inclusão social, bem como o entretenimento que também cumpre esse papel. As ações nesta direção são importantes para manter as crianças, os adolescentes e os jovens na escola e fora de situações de risco, longe das drogas. Elas também contribuem para melhorar a qualidade de vida, sobretudo de deficientes e de idosos, para proporcionar trabalho e renda aos atletas amadores e profissionais, para diversão e entretenimento para toda a população, ao mesmo tempo em que a reunião dos diferentes grupos viabiliza a interação

e fortalece o respeito mútuo, características de uma sociedade pluralista. As ações nas áreas de esporte e lazer devem ser capazes de recriar a sociabilidade cotidiana, produzindo um contexto favorável à valorização dos sujeitos, promoção da saúde e desenvolvimento local.

O Programa tem como objetivo o “aumento da prática esportiva amadora e melhoria do desempenho esportivo profissional” e como indicador a “taxa da população infantil e jovem de 7 a 17 anos atendido com iniciação esportiva por cada 100 mil habitantes”.

As informações orçamentárias do programa estão disponíveis no PPA e nos Relatórios do Órgão Central do Sistema de Controle Interno:

Tabela 3 – Fonte orçamentária para o Programa Esporte Transformando Vidas 2020-2023

FONTE	2020 (R\$)	2021-2023 (R\$)	TOTAL (FONTE) (R\$)
Tesouro Estadual / Recursos Próprios	9.500.000	29.500.000	39.000.000
Convênios / Transferências	5.400.000	16.200.000	21.600.000
Outros Recursos Orçamentários	-	-	-
Investimento das Estatais	-	-	-
Investimento Privado / Parcerias	-	-	-
TOTAL GERAL	14.900.000	45.700.000	60.600.000

Fonte: Plano Plurianual do Governo do Estado de Goiás 2020-2023

Tabela 4 – Meta financeira do Programa Transformando Vidas em 2022

Programa	Orçamento autorizado R\$ (a)	Saldo liquidado R\$ (b)	Índice de liquidação c = % (b/a)	Índice de participação % (b/Σa)
Esporte Transformando Vidas	48.719.715	35.807.106	73,50	0,37

Fonte: Relatório do órgão Central do Sistema de Controle Interno – Exercício 2022, Volume I

Tabela 5 – Meta financeira do Programa Transformando Vidas em 2022

Objetivo Estratégico / Programa	ORÇAMENTO		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA				ÍNDICES DE EXECUÇÃO			
	Inicial	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	Liq. A pagar (c - d)	% (c/Σc)	% (b/a)	% (c/b)	% (c/a)
1027 / Esporte Transformando vidas	18.869	48.720	40.436	35.807	35.754	53	5,43	83,00	88,55	73,5

A Secretaria de Estado de Esporte e Lazer – SEL, é o órgão responsável pelos produtos do Programa, que compreendem:

Tabela 6 – Relação dos produtos do programa Esporte Transformando Vidas

Programa	Produto
Esporte Transformando Vidas	Município assessorado com atividade esportiva
Esporte Transformando Vidas	Espaço esportivo reformado
Esporte Transformando Vidas	Aluno beneficiado com atividades de esporte e lazer
Esporte Transformando Vidas	Atendimento a atleta no paradesporto
Esporte Transformando Vidas	Atleta contemplado com o pró-atleta
Esporte Transformando Vidas	Atleta de rendimento atendido
Esporte Transformando Vidas	Participação de atleta em jogos abertos em Goiás
Esporte Transformando Vidas	Entidade atendida com atividade e lazer
Esporte Transformando Vidas	Espaço esportivo construído
Esporte Transformando Vidas	Município atendido com movicidade
Esporte Transformando Vidas	Atleta ou entidade beneficiadas pelo programa pró-esporte
Esporte Transformando Vidas	Evento esportivo realizado

Os produtos são organizados por atuação, sendo as relacionadas ao Desporto de Rendimento: “Esporte e lazer para todos”, “Construção, reforma, manutenção, ampliação e modernização de estádios, praças esportivas e ginásios” e “Pró-atleta com alcance de pessoas em situação de vulnerabilidade social”.

3.2.1. Esporte e lazer para todos

As principais realizações dessa ação estão descritas nos Relatórios do órgão Central do Sistema de Controle Interno – Exercícios 2021 e 2022, Volume II.

LAZER - Aquisição de equipamentos: futebol de sabão, multiparque, mesa de tênis de mesa, mesa de pebolim, tabela móvel de basquete, cama elástica.

CURSO DE CAPACITAÇÃO: Curso, hospedagem e alimentação para professores GOIÁS SOCIAL; Apoio para realização de curso para juiz nacional de Paraequestre em Brasília.

ALUNOS DE INICIAÇÃO ESPORTIVA: Aquisição de material esportivo e vestuário para o PROJETO LALIGA de futebol; Aquisição de material esportivo para municípios desenvolverem escolinhas de iniciação esportiva.

JOGOS ABERTOS: Aquisição de material esportivo; Realização dos jogos em municípios goianos: Itauçú, Mozarlândia, Senador Canedo, Porangatu, Britânia; Contratação de recursos humanos: árbitros, staff, socorrista, fisioterapeuta, segurança, coordenador, comissão de organização; Transporte.

EVENTOS: Apoio com transporte e uniformes para atletas das PARALIMPÍADAS ESCOLARES – SP; Hospedagem para atletas da LIGA HANDEBOL em Catalão; Apoio ao CAMPEONATO GOIANO DE ATLETISMO com máscara de proteção, premiação, troféu, número de peito; Hospedagem de atletas de Futebol de Salão em Belém – PA; Apoio à COPA MIKASA OPEN de futevôlei em Rio Quente com arquibancada, alimentação, arbitragem, hospedagem, transporte; Passagens aéreas para técnicos e atletas representarem o estado de Goiás em competições em outras unidades federativas

TRANSPORTE: A SEEL tem contrato de locação de veículos, os quais são disponibilizados para transporte de material esportivo e atletas. Em 2021 foram diversos atendimentos, para atletas de variadas modalidades esportivas e também para levar as ruas de lazer aos municípios do estado, conforme segue: Evento esportivo de voleibol em Anápolis; CAMPEONATO BRASILEIRO DE FUTEBOL DE SURDOS em Brasília; CAMPEONATO BRASILEIRO DE KARATÊ JKA em Goiânia; FUTEBOL SOCIETY em Florianópolis – SC; TAÇA DAS FAVELAS em Goiânia; Eventos de karatê do PROJETO CONSTRUINDO CAMPEÕES em Valparaíso, Senador Canedo, Águas Lindas, Trindade, Aparecida de Goiânia, Goiânia; CAMPEONATO GOIANO DE FUTEBOL; CAMPEONATO BRASILEIRO DE TAEKWONDO - Evento esportivo em Aragarças; CAMPEONATO BRASILEIRO DE BMX em Paulínia - SP ; CAMPEONATO BRASILEIRO DE BASQUETE EM CADEIRA DE RODAS em Goiânia; COPA DE FUTEBOL DE SURDOS masculino e feminino em Contagem – MG; TORNEIO LAGO DAS BRISAS de maratona aquática no Tocantins; COPA BRASIL DE KARATÊ no Rio de Janeiro; TAÇA BRASIL DE CLUBES no Maranhão; MUTIRÃO IRIS REZENDE – atletas,

servidores, e apoio a outras secretarias; SUPERLIGA DE CICLISMO em SP; COPA BRASIL DE RUGBY – League Nines; TAÇA BRASIL DE FUTEBOL sub 20.; TAÇA PARANÁ; CAMPEONATO GOIANO SUB 13 em Anápolis; CAMPEONATO GOIANO DE FUTSAL em Ceres; LIGA GOIANA DE CICLISMO em Caldas Novas; Evento esportivo em Morrinhos; CAMPEONATO BRASILEIRO DE BASQUETEBOL ADULTO no RJ; CAMPEONATO BRASILEIRO UNIVERSITÁRIO DE FUTEBOL feminino; COPA DO BRASIL de futsal em Catalão; CAMPEONATO GOIANO DE XADREZ CLÁSSICO; COPA REVELAÇÃO EM Trindade - 4ª Nacional de GFTEAM – jiu jitsu no Rio de Janeiro; CAMPEONATO BRASILEIRO DE FUTEBOL DE 7 em Recife – PE; XXIII TAÇA BRASIL de clubes sub 15; COPA NILTON MATOS de Biribol em SP; CAMPEONATO BRASILEIRO DE MUSCULAÇÃO, FISCULTURISMO E FITNESS em SP; CAMPEONATO BRASILEIRO DE Kickboxing no Rio de Janeiro; CAMPEONATO BRASILEIRO DE AHNDEBOL masculino em Campo Grande – MS; CAMPEONATO BRASILEIRO DE DOWNHILL em Porto alegre – RS.

3.2.2. Construção, reforma, manutenção, ampliação e modernização de estádios, praças esportivas e ginásios

As principais realizações dessa ação estão descritas nos Relatórios do órgão Central do Sistema de Controle Interno – Exercícios 2021 e 2022, Volume II.

SERRA DOURADA: Serviços de limpeza, conservação e manutenção predial; serviços de vigilância armada e desarmada, diurna e noturna; manutenção preventiva e corretiva nos grupos de geradores; revitalização dos campos e manutenção periódica, preventiva e corretiva dos gramados e campos esportivos profissionais; aquisição de ferramentas, máquinas, extintores de incêndio, ar condicionado; aquisição de equipamentos e peças para serviços conforme SINAPI (sistema nacional de pesquisa de custos e índice para construção civil); serviços de limpeza e higienização dos reservatórios de água; aquisição de taça coluna seca e serviços de tanque e reservatórios metálicos; Adequações do guarda corpo e do letreiro, manutenção da Ala Norte, dos sanitários, dos poços artesanais.

AUTÓDROMO: serviços de limpeza e conservação; portaria; jardinagem; manutenção predial, com fornecimento de materiais e equipamentos; serviços de vigilância armada e desarmada, diurna e noturna, visando os eventos

que acontecem no Autódromo – Campeonato de Centro-Oeste de Marcas e Pilotos, Copa Truck, Campeonato Goiano de arrancada, Campeonato de Motovelocidade, Stock Car, Superbike, Eurobike Experience, Porsche GT3. Centro de Excelência e Ginásios: serviços de manutenção preventiva e corretiva de geradores do Estádio Olímpico; manutenção preventiva e corretiva em gramados dos campos esportivos do Centro Olímpico e Praça de Esportes do Setor Pedro Ludovico; manutenção das instalações elétricas dos Ginásios de Trindade, Jussara, Itapirapuã, do centro de Aparecida, do Parque Atheneu, de Faina; manutenção do sistema de alarme de incêndio do Ginásio Rio Vermelho; adequações no Ginásio Rio Vermelho; pintura no Parque Marcos Veiga Jardim; manutenção predial no Ginásio JK de Jaraguá; manutenção do telhado, aquecedor e vestiário da Praça de Esportes setor dos Funcionários. Materiais e equipamentos hidrossanitários para preservação das Praças Esportivas. Limpeza e desinfecção química de reservatórios de abastecimento hídrico de espaços esportivos da SEEL. As adequações são necessárias porque os espaços recebem jogos dos Campeonatos Brasileiros das séries A e B; reforma da sala de yoga do Setor dos Funcionários; manutenção e limpeza das piscinas das praças de esporte do setor dos Funcionários, setor Pedro Ludovico e Centro de Excelência.

ESTÁDIO OLÍMPICO E PRAÇAS ESPORTIVAS: Serviço de manutenção preventiva e corretiva mensal em geradores. A manutenção dos geradores é imprescindível, haja vista, que os mesmos laboram em situações emergenciais, garantindo o fornecimento de energia durante as atividades esportivas e jogos que são realizados em suas dependências. Manutenção das piscinas das praças: Setor Pedro Ludovico, Centro de Excelência, Setor dos Funcionários. Reforma da sala de yoga do Setor dos Funcionários - Reforma do Ginásio da cidade de Faina.

3.2.3. Pró-atleta com alcance de pessoas em situação de vulnerabilidade social

As principais realizações dessa ação estão descritas nos Relatórios do órgão Central do Sistema de Controle Interno – Exercícios 2021 e 2022, Volume II.

Atendimento a 600 atletas, em cada ano, com 12 parcelas da Bolsa Pró atleta durante o ano.

Bolsa nacional: 50 bolsas, valor: 750 reais.

Bolsa estadual: 300, valor: 500 reais.

Bolsa estudantil: 250 bolsas, valor: 250 reais.

3.3. Principais modalidades e atletas de alto rendimento do Estado de Goiás

O COB define 54 modalidades esportivas de alto desempenho praticadas no Brasil, caracterizados como esportes olímpicos, reconhecidos e vinculados, que incluem também as atividades paralímpicas.

Dentre todas as modalidades, as principais no Estado de Goiás, em quantidade de atletas e relevância de conquistas em torneios nacionais e internacionais são o atletismo, automobilismo, *basketball*, ciclismo, desportos aquáticos, futebol e judô. Essas modalidades totalizam 5.375 atletas ativos.

Tabela 7 – Quantidade de atletas de alto rendimento em atividade nas principais modalidades esportivas em Goiás

Esporte	Quantidade de atletas
Atletismo	257
Automobilismo	231
Boxe	12
Ciclismo	579
Desportos aquáticos	295
Futebol	3.580
Judô	421
Total	5.375

Fonte: Relatórios de atividades do ano de 2022 das federações brasileiras de atletismo, automobilismo, boxe, ciclismo, desportos aquáticos, futebol e judô.

Considerando as principais competições esportivas de alto rendimento, Campeonato Brasileiro de Futebol, Jogos Olímpicos e Paralímpicos, tem-se uma representatividade de cada Unidade da Federação no cenário nacional.

Tabela 8 – Representatividade de Goiás a nível nacional, pela quantidade de atletas de alto rendimento nas principais modalidades esportivas praticadas no estado

Unidade da Federação	Campeonato Brasileiro de Futebol Série A 2022	Jogos Olímpicos de Tóquio 2020	Jogos Paralímpicos de Tóquio 2020	Total	Porcentagem do total de atletas no país (%)
AC	1	0	2	3	0,25%
AL	13	5	1	19	1,57%
AM	0	0	1	1	0,08%
AP	0	0	0	0	0,00%
BA	39	10	9	58	4,79%
CE	19	8	4	31	2,56%
DF	10	6	5	21	1,74%
ES	13	5	2	20	1,65%
GO	17	2	13	32	2,64%
MA	9	5	3	17	1,40%
MG	53	19	20	92	7,60%
MS	6	2	6	14	1,16%
MT	18	5	1	24	1,98%
PA	10	2	7	19	1,57%
PB	12	7	10	29	2,40%
PE	22	6	9	37	3,06%
PI	5	1	1	7	0,58%
PR	49	12	22	83	6,86%
RJ	113	52	25	190	15,70%
RN	8	2	10	20	1,65%
RO	1	0	3	4	0,33%
RR	1	1	0	2	0,17%
RS	52	20	8	80	6,61%
SC	18	16	11	45	3,72%
SE	4	1	0	5	0,41%
SP	179	113	61	353	29,17%
TO	4	0	0	4	0,33%

Fonte: CBF, COB e CPB.

Considerando essas modalidades como padrão de comparabilidade, o Estado de Goiás representa cerca de 2,64% dos atletas de alto rendimento em atividade no Brasil.

O Estado de Goiás possui cerca de 3,38% da população brasileira, conforme dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em seu *site* www.cidades.ibge.com.br.

Tabela 9 – Relação entre representatividade esportiva em alto rendimento e a população da Unidade da Federação

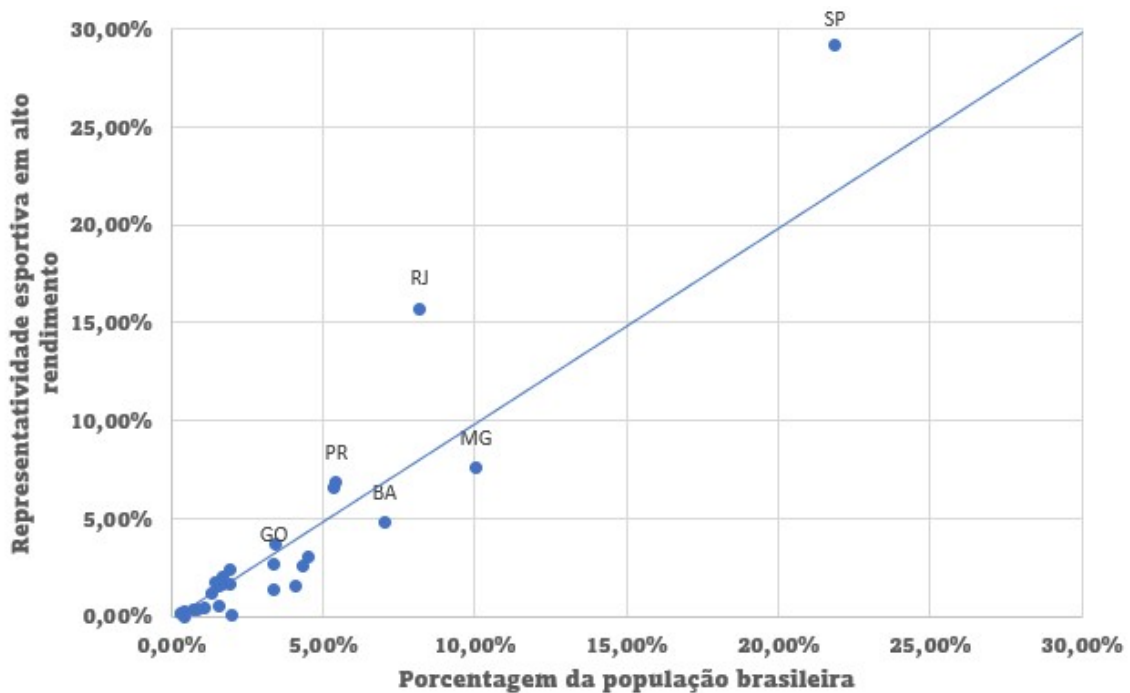
Unidade da Federação	População IBGE	Porcentagem da população brasileira	Representatividade esportiva em alto rendimento
AC	906.876	0,43%	0,25%
AL	3.365.351	1,58%	1,57%
AM	4.269.995	2,00%	0,08%
AP	877.613	0,41%	0,00%
BA	14.985.284	7,02%	4,79%
CE	9.240.580	4,33%	2,56%
DF	3.094.325	1,45%	1,74%
ES	4.108.508	1,93%	1,65%
GO	7.206.589	3,38%	2,64%
MA	7.153.262	3,35%	1,40%
MG	21.411.923	10,04%	7,60%
MS	2.839.188	1,33%	1,16%
MT	3.567.234	1,67%	1,98%
PA	8.777.124	4,11%	1,57%
PB	4.059.905	1,90%	2,40%
PE	9.674.793	4,54%	3,06%
PI	3.289.290	1,54%	0,58%
PR	11.597.484	5,44%	6,86%
RJ	17.463.349	8,19%	15,70%
RN	3.560.903	1,67%	1,65%
RO	1.815.278	0,85%	0,33%
RR	652.713	0,31%	0,17%
RS	11.466.630	5,38%	6,61%
SC	7.338.473	3,44%	3,72%
SE	2.338.474	1,10%	0,41%

SP	46.649.132	21,87%	29,17%
TO	1.607.363	0,75%	0,33%

Fonte: CBF, COB e CPB.

O Estado de Goiás possui uma relação proporcional entre a representatividade esportiva e a população acima da linha ótima que determina a relação constante 1 x 1 entre as variáveis.

Gráfico 2 – Relação entre a representatividade esportiva e a população por UF



Fonte: Próprio autor

Áudio descrição do Gráfico 2: Gráfico de dispersão de pontos azuis sobre plano de fundo branco.

Eixo x é a porcentagem da população por UF e o eixo y é a representatividade esportiva por UF.

Fim da áudio descrição do Gráfico 2.

3.4. Empregos formais gerados pelo esporte de alto rendimento em Goiás

A Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM, é um instrumento de coleta de dados importante para a gestão governamental do setor de trabalho que tem como objetivo suprir as necessidades de controle da atividade trabalhista no país, prover dados para a elaboração de estatísticas e disponibilizar informações de mercado às entidades governamentais.

A coleta de dados das 27 Unidades da Federação, filtrados pelos códigos de ocupação – CBO2002, relacionados ao esporte de rendimento, é possível identificar a quantidade de pessoas empregadas até o dia 31 de dezembro do ano pesquisado, que no caso deste trabalho foram entre 2015 e 2021 (2022 ainda não estava disponível para pesquisa).

Tabela 10 – Códigos de ocupações relacionadas ao esporte de rendimento

Código	Título
223655	Fisioterapeuta esportivo
224125	Técnico de desporto individual e coletivo (exceto futebol)
224130	Técnico de laboratório e fiscalização desportiva
251515	Psicólogo do esporte
377205	Árbitro desportivo
224135	Treinador profissional de futebol
377220	Árbitro de futebol
377225	Árbitro de futebol de salão
377210	Árbitro de atletismo
224115	Preparador de atleta
377105	Atleta profissional (outras modalidades)
377110	Atleta profissional de futebol
377115	Atleta profissional de golfe
377120	Atleta profissional de luta
377125	Atleta profissional de tênis
377140	Profissional de atletismo

Fonte: RAIS.

Tabela 11 – Quantidade de empregos relacionados ao esporte por UF

UF	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
AC	18	24	16	47	29	23	26
AL	114	111	119	114	140	123	120
AM	236	135	117	127	114	113	95
AP	2	3	4	5	5	3	1
BA	627	549	545	592	727	655	511
CE	431	443	416	581	644	716	655
DF	482	363	337	389	450	427	387
ES	466	421	432	373	437	437	419
GO	635	741	742	728	578	640	604
MA	136	96	117	150	143	162	138

MG	2899	2808	2798	2933	3035	2659	2612
MS	232	195	246	283	375	304	318
MT	222	199	234	244	257	240	260
PA	209	243	256	312	331	351	319
PB	180	186	181	264	293	228	212
PE	844	834	798	765	631	674	626
PI	24	34	35	80	65	77	98
RJ	3687	3330	3103	3207	2892	2774	2784
RN	187	194	195	225	200	199	251
RO	25	22	20	21	81	38	42
RR	17	16	22	22	29	20	22
RS	1620	1585	1529	1577	1505	1446	1445
SC	1357	997	1421	1124	1211	1307	1143
SE	60	73	75	132	86	84	137
SP	12376	11931	12053	12261	11790	10985	10776
TO	28	31	42	46	59	39	74

Fonte: RAIS.

Nota: Foi excluído o Estado do Paraná, pois este não possui dados no Siconfi referente ao RREO

O Estado de Goiás apresenta 667 empregos em média por ano, entre 2015 e 2022, sendo 7º do país no segmento esportivo e o 9º quando relacionado a cada 100 mil habitantes, com uma média de 9,8142.

Tabela 12 – Quantidade de empregos por cada 100 mil habitantes relacionados ao esporte por UF

UF	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
AC	2,215942	2,986884	1,959135	5,754959	3,336152	2,607902	2,906749
AL	3,407922	3,322426	3,54276	3,393905	4,213289	3,685551	3,58044
AM	5,968861	3,427844	2,923782	3,173677	2,793699	2,726441	2,257758
AP	0,259556	0,391298	0,511316	0,639145	0,602777	0,354723	0,11604
BA	4,119347	3,610908	3,567556	3,875216	4,907978	4,403935	3,422494
CE	4,827699	4,975036	4,64096	6,481725	7,095911	7,840494	7,12956
DF	16,44822	12,45356	11,3193	13,0659	15,12756	14,16126	12,66714
ES	11,82564	10,71271	10,87149	9,386725	11,00094	10,8743	10,30991
GO	9,575651	11,20913	11,08148	10,8724	8,3512	9,118947	8,49085
MA	1,966512	1,39045	1,682476	2,157021	2,032678	NA	1,939674
MG	13,87109	13,4553	13,32536	13,96829	14,42445	12,56094	12,26713
MS	8,706995	7,355063	9,17094	10,55031	13,64617	10,93924	11,31917

MT	6,798375	6,094039	NA	NA	NA	6,887712	7,373335
PA	2,578693	NA	NA	NA	NA	4,080036	3,670571
PB	4,518405	4,682541	4,525662	6,600965	7,331422	5,674286	5,248464
PE	9,016234	8,924393	8,480037	8,129359	6,644697	7,05237	6,509563
PI	0,748649	1,061164	1,089603	2,49052	1,991098	2,352419	2,986457
RJ	22,16278	NA	18,65232	19,27748	16,85319	16,06724	16,03115
RN	5,420022	5,635971	5,611514	6,474824	NA	NA	NA
RO	1,41018	1,2442	1,119019	1,17497	4,608586	2,138165	2,337931
RR	3,348007	3,16415	4,27825	4,27825	5,029762	NA	3,48553
RS	14,39097	14,09143	13,54716	13,97244	13,28378	12,70959	12,64995
SC	19,63663	NA	NA	16,26498	17,11541	18,24199	NA
SE	2,668425	3,254661	3,31012	5,825811	3,774731	3,654246	5,908172
SP	27,82199	26,87375	26,93426	27,39907	25,88993	23,92253	23,27966
TO	1,842769	2,046034	2,739901	3,000844	3,793654	2,47955	4,653362

Fonte: RAIS.

Nota: Foi excluído o Estado do Paraná, pois este não possui dados no Siconfi referente ao RREO

4. METODOLOGIA E DADOS

4.1. Abordagem e desenho da pesquisa (Metodologia SPLISS)

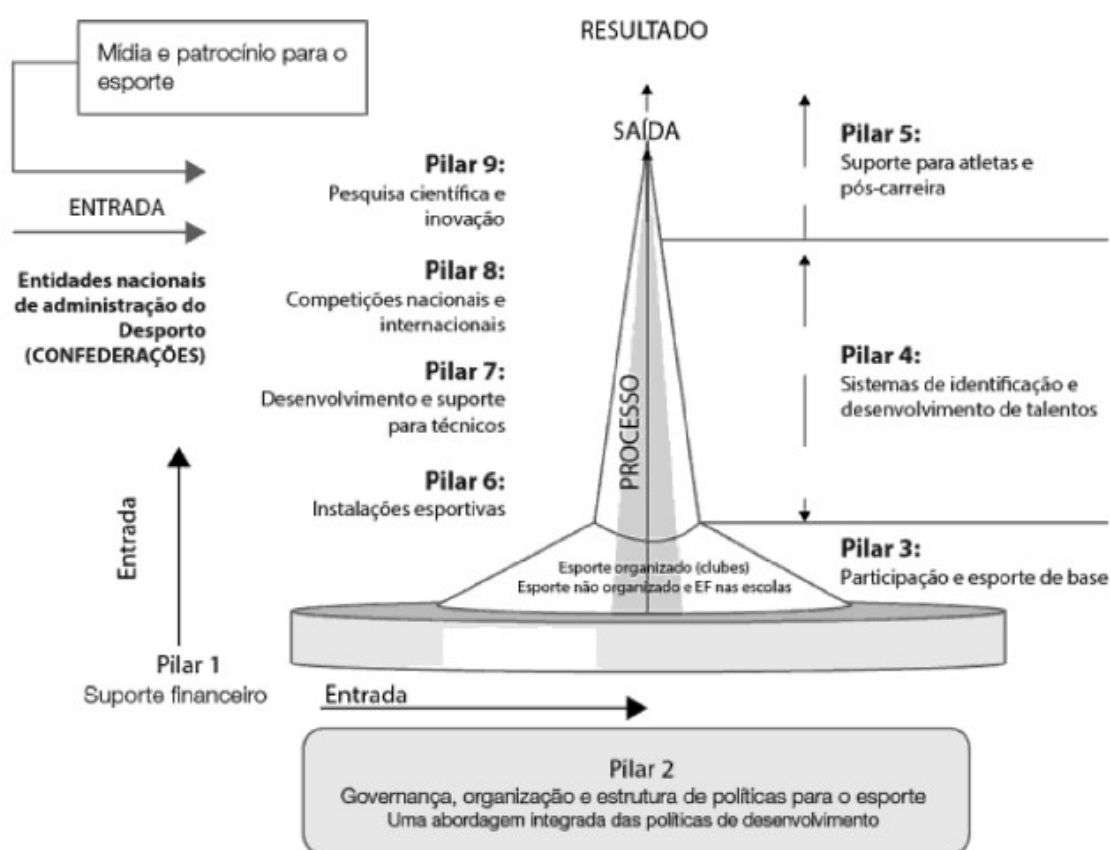
Em 2010, o consórcio SPLISS realizou uma pesquisa no Brasil, intitulada *Competitiveness of nations in elite sport – An international comparison of elite Sports policies and climate*, que teve como objetivos relacionados às políticas públicas (BÖHME, BASTOS, 2016): aumentar e melhorar o conhecimento sobre a efetividade de políticas para o esporte de alto rendimento; informar aos elaboradores de políticas sobre o desenvolvimento internacional num ambiente competitivo crescente; refinar um modelo teórico de fatores de política de esporte que levam ao sucesso; desenvolver um *ranking* de competitividade mundial de políticas públicas de alto rendimento que possa ser utilizado para as nações se autoavaliarem perante critérios definidos que são considerados fatores críticos de sucesso – FCS, na política de esporte de alto rendimento.

Os pilares descritos pelas autoras Maria Tereza Silveira Böhme e Flávia da Cunha Bastos no livro *Modelo de Alto Rendimento* seguem a modelo *Sports Policy Factors Leading to International Sporting Success – SPLISS*. Essa metodologia foi desenvolvida por um consórcio de pesquisadores/professores

Veerle de Bosscher (*Vrije Universiteit Brussel*, Bélgica), Hans Westerbeek (*victoria University*, Austrália), Simon Shibli (*Sheffield Hallam University* e *UK Sports*, Reino Unido) e Maarten van Bottenburg (*Utrecht University*, Holanda).

Conforme BÖHME e BASTOS, a aplicação de recursos públicos é a entrada para o processo de sucesso esportivo nos programas de alto rendimento, sendo, então, fundamental a avaliação de desempenho quanto à qualidade do gasto público.

Figura 7 – Modelo SPLISS: modelo teórico dos nove pilares de fatores de política de esporte que levam ao sucesso esportivo



Fonte: Modelo de Alto Rendimento, (BÖHME, BASTOS, 2016).

Áudio descrição da Figura 7: A figura tem uma pirâmide que representa o modelo teórico SPLISS.

Do lado esquerdo da pirâmide está o pilar 1 com seta na horizontal para a base da pirâmide e seta vertical até o topo da pirâmide.

O pilar 2 está na base da pirâmide.

A pirâmide está dividida ao meio, com os pilares 6, 7, 8 e 9 do lado esquerdo e os pilares 3, 4 e 5 do lado direito.

O meio da pirâmide é denominado processo e o topo é a saída, com seta vertical para o resultado.

Fim da áudio descrição da Figura 7.

Cada pilar é composto por indicadores e seus respectivos FCS.

Tabela 13 – Pilar 1: suporte financeiro para o esporte de alto rendimento

Indicadores	FCS
Há suporte financeiro em nível nacional suficiente para o esporte.	4
Há suporte financeiro em nível nacional suficiente para o esporte de alto rendimento.	6
Há suporte financeiro suficiente para o esporte nacional de diferentes fontes coletivas (loterias nacionais, governo central e COB) por meio das confederações esportivas nacionais e/ou dos clubes esportivos.	1
Há suporte financeiro suficiente de loterias nacionais, governo central e COB para esportes de alto rendimento específicos por meio das confederações esportivas e/ou dos clubes esportivos.	2

Fonte: Modelo de Alto Rendimento, (BÖHME, BASTOS, 2016).

Tabela 14 – Pilar 2: governança, organização e estrutura de políticas para o esporte – uma abordagem integrada das políticas de desenvolvimento

Indicadores	FCS
Há forte coordenação entre todos os órgãos envolvidos no esporte de alto rendimento, com descrições claras de tarefas e sem sobreposição de tarefas diferentes.	4
Há evidências de planejamento em longo prazo para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento, comprometido em subsidiar o esporte de alto rendimento do esporte de alto rendimento profissional.	8
Os recursos são direcionados para relativamente poucos esportes que tem chances reais de sucesso mundial.	1
Um membro da equipe de gestão da autoridade nacional esportiva é responsável em tempo integral pelo processo de desenvolvimento do esporte de alto rendimento.	1
Comunicação eficaz: existe uma linha direta por meio de todos os níveis de órgãos esportivos.	5
Há uma estratégia estruturada de cooperação e comunicação com outros países, parceiros comerciais e a mídia.	3

Fonte: Modelo de Alto Rendimento, (BÖHME, BASTOS, 2016).

Tabela 15 – Pilar 3: participação e esporte de base

Indicadores	FCS
As crianças tem a oportunidade de participar de esporte na escola, durante a aula de Educação Física ou em atividades extracurriculares.	11
Há uma taxa de participação geral no esporte.	4
Há um plano nacional direcionado a promover a implementação dos princípios de gestão da qualidade dos clubes esportivos, referentes à participação em massa e ao desenvolvimento de talentos.	6

Fonte: Modelo de Alto Rendimento, (BÖHME, BASTOS, 2016).

Tabela 16 – Pilar 4: sistemas de identificação e desenvolvimento de talentos

Indicadores	FCS
Há um sistema eficaz de detecção de jovens talentos, de forma que o número máximo de potenciais atletas de elite é alcançado no momento certo (idade).	9
Há um planejamento coordenado nacionalmente para as confederações desenvolverem um sistema eficaz para o desenvolvimento de jovens talentos em seus esportes.	3
Jovens talentos recebem serviços de suporte multidimensional apropriados para a idade e o nível deles, necessários para desenvolvê-los como jovens atletas do mais alto nível.	2
Jovens talentos recebem suporte coordenado nacionalmente para o desenvolvimento da combinação de esportes e estudo acadêmico durante o ensino médio e, quando relevante, ensino fundamental (para esportes de especialização precoce, para os quais tal sistema é necessário).	4
Jovens talentos recebem suporte coordenado nacionalmente para a combinação do desenvolvimento de esportes e do estudo acadêmico durante o ensino superior (faculdade/universidade).	4

Fonte: Modelo de Alto Rendimento, (BÖHME, BASTOS, 2016).

Tabela 17 – Pilar 5: suporte para atletas e pós-carreira

Indicadores	FCS
Há uma definição nacionalmente aceita de atleta de alto rendimento para todos os esportes.	1
O padrão de vida individual dos atletas é suficiente para que eles se concentrem em seus esportes em tempo integral.	4
Existe um programa de suporte coordenado para atletas de alto rendimento.	2
Os atletas podem receber suporte pós-carreira e são preparados adequadamente para a vida após a carreira esportiva.	2

Fonte: Modelo de Alto Rendimento, (BÖHME, BASTOS, 2016).

Tabela 18 – Pilar 6: instalações esportivas

Indicadores	FCS
Planejamento coordenado nacionalmente: instalações para o esporte e para o esporte de alto rendimento são registrados por todo o país, e as necessidades de atletas e técnicos são conhecidas e claramente mapeadas.	5
Existe uma rede de centros de esporte de alto rendimento nacional/regional, nos quais os atletas podem treinar em condições apropriadas a qualquer hora do dia.	3
Há alocação de recursos específicos para a construção e para a renovação de instalações esportivas de alto rendimento.	1

Fonte: Modelo de Alto Rendimento, (BÖHME, BASTOS, 2016).

Tabela 19 – Pilar 7: desenvolvimento e suporte para técnicos

Indicadores	FCS
Há um número suficiente de técnicos de alto rendimento bem treinados e experientes no país.	4
Os técnicos tem oportunidades suficientes para desenvolverem suas carreiras e se tornarem técnicos de nível mundial.	5
O padrão individual de vida dos técnicos é suficiente para que eles se tornem técnicos profissionais.	3
O <i>status</i> dos técnicos: o trabalho do técnico é valorizado em todo o país.	5

Fonte: Modelo de Alto Rendimento, (BÖHME, BASTOS, 2016).

Tabela 20 – Pilar 8: competições nacionais e internacionais

Indicadores	FCS
Há um planejamento coordenado nacionalmente para aumentar o número de eventos internacionais que são organizados no país em uma ampla variedade de esportes.	4
Os atletas podem participar de eventos internacionais (de alto nível) suficientemente.	3
As competições nacionais tem um padrão relativamente alto quando comparadas aos padrões internacionais.	1

Fonte: Modelo de Alto Rendimento, (BÖHME, BASTOS, 2016).

Tabela 21 – Pilar 9: pesquisa científica e inovação

Indicadores	FCS
Pesquisas científicas são conduzidas, coordenadas e disseminadas entre técnicos e confederações.	8
O suporte da Ciência do Esporte é fornecido em cada um dos níveis de desenvolvimento do esporte de alto rendimento.	2

Fonte: Modelo de Alto Rendimento, (BÖHME, BASTOS, 2016).

Os pilares são divididos em 2 níveis, sendo que as entradas estão refletidas apenas no pilar 1, que é o suporte financeiro para o esporte de alto rendimento e os demais como processos para alcançar os resultados esperados e planejados.

4.2. Coleta e análise de dados

A análise do padrão do gasto público em esporte de rendimento é através da estratificação da despesa na subfunção 811 – Desporto de Rendimento, que estão detalhadas no Anexo 2, Demonstrativo da Execução das Despesas por

Função / Subfunção, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, que é um documento exigido pela Constituição Federal em seu art.165, § 3º “O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária”.

Os dados do Anexo 2 do RREO estão disponíveis no *site* do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI, vinculado à Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

O SICONFI disponibiliza os dados do RREO e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, desde 2015, com o propósito de ampliar a transparência das contas públicas e fornecer informações confiáveis e de qualidade para o cidadão.

Os dados do demonstrativo da execução das despesas por função / subfunção são exportados em formato .csv por ano, por Unidades da Federação ou por Municípios e por despesas intraorçamentárias ou orçamentárias.

Entende-se como despesa intraorçamentária, segundo o item 14 da publicação de Perguntas e Respostas do MCASP 2022:

As despesas intraorçamentárias ocorrem quando órgão, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social efetuam aquisições de materiais, bens e serviços, realizam pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desse orçamento, no âmbito da mesma esfera do governo.

Ocorre despesa intraorçamentária, por exemplo, quando o Ministério da Saúde – órgão integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, apropria uma obrigação com a Imprensa Nacional, que também pertence ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.

Observa-se que no momento da apropriação da obrigação ocorre uma despesa intraorçamentária no Ministério da Saúde e no momento do recebimento, pela Imprensa Oficial, ocorre uma receita intraorçamentária.

Para a avaliação do padrão do gasto público em Desporto de Rendimento, considera-se apenas as despesas orçamentárias, excluindo-se a necessidade de *download* das despesas intraorçamentárias da base de dados do SICONFI.

Os dados por Unidade da Federação e por Municípios baixados do SICONFI foram colhidos e organizados por exercício orçamentário no *software* estatístico *R Studio* com as seguintes características:

Destaca-se que o investimento público ao Desporto de Rendimento não se restringe às despesas orçamentárias, pois conforme o art.56 da Lei Pelé, são várias as fontes:

Art. 56 Os recursos necessários ao fomento das práticas desportivas formais e não-formais a que se refere o art. 27 da Constituição Federal serão assegurados em programas de trabalho específicos constantes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além dos provenientes de:

- I – fundos desportivos;
- II – receitas oriundas de exploração de loteria;
- III – doações, patrocínios e legados;
-
- V – incentivos fiscais previstos em lei;
-
- VI – outras fontes.

Porém, considerando que no ciclo da política pública o trajeto entre a definição do objetivo até o alcance dos resultados e impactos estão inter-relacionados com a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade do gasto público, entende-se que as despesas orçamentárias é que devem ser analisadas.

Com a técnica *data wrangling* os dados do SICONFI foram formatados com a inserção das variáveis da execução orçamentária e financeira: Dotação Atualizada, Empenhado, Liquidado e Restos a Pagar Não Processados.

Figura 8 – Fases da execução da despesa orçamentária



Fonte: Adaptado de LEAL, R.C., (2020). Agenda formal e agenda substantiva na adesão do Brasil às recomendações de governança orçamentária da OCDE. IPEA, Brasília, DF, 2021.

Áudio descrição da Figura 8: A figura mostra as 4 fases da execução da despesa orçamentárias através de retângulos na cor laranja distribuídos horizontalmente.

O primeiro retângulo é denominado dotação orçamentária e sobre ele tem uma seta na cor laranja escuro ligando-o ao segundo retângulo denominado empenho.

Sobre o retângulo empenho tem uma seta na cor laranja escuro ligando-o ao terceiro retângulo denominado liquidação.

Sobre o retângulo liquidação tem uma seta na cor laranja escuro ligando-o ao quarto retângulo denominado pagamento, que é a última fase da despesa orçamentária.

Sob o início do retângulo liquidação há um outro retângulo denominado restos a pagar não processados. Eles estão ligados por uma seta fina vertical na cor laranja.

Sob o final do retângulo liquidação há um outro retângulo denominado restos a pagar processados. Eles estão ligados por uma seta fina vertical na cor laranja.

Fim da áudio descrição da Figura 8.

A fixação da despesa orçamentária se dá com a dotação autorizada na Lei Orçamentária Anual – LOA, conforme definido no art. 165 da Constituição Federal.

O empenho é o ato do ordenador de despesa que cria a obrigação de pagamento, dentro de uma dotação orçamentária planejada, para um credor pré-definido.

Liquidação é o fato gerador da execução da despesa, dando o direito ao credor e a obrigação ao poder público em efetuar o pagamento.

O pagamento é a entrega do valor ao credor, pela administração pública, após a liquidação da despesa, através de procedimentos bancários.

Restos a pagar são as despesas empenhadas, porém não pagas no próprio exercício e podem ser definidas como processadas, quando já foram liquidadas ou não processadas, quando estavam em processo de liquidação até o último dia do exercício.

Os bancos de dados após *data wrangling* com a inserção das variáveis da execução da despesa orçamentária foram denominados RREO_UF (base de dados das despesas orçamentárias dos Estados e do Distrito Federal entre 2015 e 2022) com 32.616 observações e RREO_MUN (base de dados das despesas orçamentárias dos Municípios entre 2015 e 2022) com 1.842.644 observações, ambos com 19 variáveis cada.

Tabela 22 – Descrição das variáveis dos bancos de dados RREO_UF e RREO_Mun

VARIÁVEL	TIPO	RÓTULO
ORGANIZACAO	Texto	Nome do Governo ou Prefeitura
COD_IBGE	Numérico	Código do local no IBGE
UF	Texto	Unidade da Federação
POPULACAO	Numérico	População local no ano do RREO
CONTA	Texto	Descrição da classificação funcional da despesa
INFORMACAO	Texto	Base de dados do Siconfi
ANO	Numérico	Ano do RREO
COD_CONTA	Numérico	Código da classificação funcional da despesa
FUNCAO_DUMMY	Numérico	Dummy se a classificação da despesa é função = 1
SUBFUNCAO_DUMMY	Numérico	Dummy se a classificação da despesa é subfunção = 1
DOTACAO_ATUALIZADA	Numérico	Valor, em R\$, da dotação atualizada no ano do RREO para a classificação funcional da despesa por organização
EMPENHADO	Numérico	Valor, em R\$, empenhado no ano do RREO para a classificação funcional da despesa por organização
LIQUIDADADO	Numérico	Valor, em R\$, liquidado no ano do RREO para a classificação funcional da despesa por organização
RPNAOPROC	Numérico	Valor, em R\$, de restos a pagar não processado no ano do RREO para a classificação funcional da despesa por organização
EMPENHADO_PER_TOTAL	Numérico	Porcentagem do empenhado no ano do RREO para a classificação funcional em relação ao total empenhado no mesmo ano por cada organização
LIQUIDADADO_PER_TOTAL	Numérico	Porcentagem do liquidado no ano do RREO para a classificação funcional em relação ao total liquidado no mesmo ano por cada organização
EMPENHADO_PERCAPTA	Numérico	Valor, em R\$, empenhado no ano do RREO para a classificação funcional da despesa por organização em relação à população local do mesmo ano
LIQUIDADADO_PERCAPTA	Numérico	Valor, em R\$, liquidado no ano do RREO para a classificação funcional da despesa por organização em relação à população local do mesmo ano
RPNAOPROC_PERCAPTA	Numérico	Valor, em R\$, de restos a pagar não processados no ano do RREO para a classificação funcional da despesa por organização em relação à população local do mesmo ano

Fonte: Próprio autor

4.3. Definição das Variáveis

Os fatores de sucesso no esporte de alto rendimento podem ser divididos em três níveis, que se interagem continuamente e não podem ser isolados do contexto social e cultural (BÖHME, BASTOS, 2016), micronível, mesonível e macronível.

O micronível são fatores individuais de cada atleta, sejam por características físicas ou pelo ambiente social onde está inserido. O mesonível é determinado pela efetividade das políticas públicas enquanto o macronível depende de fatores macroeconômicos, como o porte populacional e o PIB.

Apesar de mais de 50% da eficácia da política pública em esporte de rendimento ser explicada pelas variáveis do macronível, são as interações entre o micronível e mesonível que devem ser avaliadas, pois estão sujeitas às mudanças em curto e médio prazo (BÖHME, BASTOS, 2016).

A entrada do modelo SPLISS é o pilar 1, cujos indicadores para o fator de sucesso são referentes ao suporte financeiro para o Desporto de Rendimento. As variáveis definidas para a avaliação do gasto público são referentes aos indicadores “Há suporte financeiro em nível nacional suficiente para o esporte” e “Há suporte financeiro em nível nacional suficiente para o esporte de alto rendimento” que são divididas em 5 e 7 variáveis, respectivamente (BÖHME, BASTOS, 2016).

Tabela 23 – Pilar 1: FCS Há suporte financeiro em nível nacional suficiente para o esporte

Código	Variável
FCS 1.1A	Despesa nacional total com o esporte (em dinheiro, incluindo esporte de alto rendimento) de loterias, do governo central e do comitê olímpico.
FCS 1.1B	Despesa nacional com o esporte por habitante.
FCS 1.2	Despesa nacional total do governo com o esporte proporcionalmente à despesa total do governo.
FCS 1.3	Redução/aumento das despesas nacionais totais com o esporte nos últimos 12 anos (3 ciclos olímpicos).
FCS 1.4	Despesa governamental total com o esporte nos níveis regional e local (estados e municípios).

Fonte: Adaptado do Modelo de Alto Rendimento, (BÖHME, BASTOS, 2016).

Tabela 24 – Pilar 1: FCS Há suporte financeiro em nível nacional suficiente para o esporte de alto rendimento

Código	Variável
FCS 1.5A	Despesa nacional total com o esporte de alto rendimento (em dinheiro) de loterias, do governo central e do comitê olímpico.
FCS 1.5B	Despesa nacional com o esporte de alto rendimento por habitante.
FCS 1.6	Proporção da despesa nacional total com e esporte de alto rendimento com relação à despesa total no esporte.
FCS 1.7	Redução/aumento das despesas nacionais totais com o esporte de alto rendimento nos últimos 12 anos (3 ciclos olímpicos), originárias de loterias nacionais e do governo central.
FCS 1.8	Total de despesas do governo com o esporte de alto rendimento, se existir algum de maior importância, nos níveis regional e local (estados e municípios).
FCS 1.9	Despesa total de patrocinadores com esporte de alto rendimento.
FCS 1.10	Despesa total da mídia com esporte de alto rendimento.

Fonte: Adaptado do Modelo de Alto Rendimento, (BÖHME, BASTOS, 2016).

Para a avaliação do gasto público em Desporto de Rendimento do Poder Executivo do Estado de Goiás, serão utilizadas, com adaptações, as seguintes variáveis:

Tabela 25 – Variáveis para avaliação do gasto público em nível estadual ou municipal

Código	Variável
LIQUIDADO_PER_TOTAL	Proporção da despesa liquidada total em Desporto de Rendimento com relação à despesa total liquidada.
LIQUIDADO_PERCAPTA	Despesa total liquidada em Desporto de Rendimento por habitante.

Fonte: Próprio autor.

A utilização das variáveis adaptadas do livro Modelo de Alto Rendimento (BÖHME, BASTOS, 2016) é fundamentada em experiências internacionais que mostram que usar metodologias bem aceitas e roteiros padronizados gera resultados confiáveis e permite maior comparabilidade, por homogeneizar e sistematizar a linguagem e as informações. A credibilidade desses

resultados é que contribui para a expansão, o reinvestimento ou a economia de recursos nas políticas públicas avaliadas (Guia prático de análise *ex post*, p.15).

Os bancos de dados após filtro da variável COD_CONTA = 811 (Subfunção Desporto de Rendimento) e seleção apenas das variáveis de interesse reduziram para o RREO_UF_811 com 190 observações e o RREO_MUN_811 com 3.388 observações e 8 variáveis em cada.

Tabela 26 – Banco de Dados RREO_UF_811

ORGANIZAÇÃO	COD_IBGE	UF	ANO	COD_CONTA	LIQUIDADO	LIQUIDADO_PER_TOTAL	LIQUIDADO_PERCAPTA
Governo do Estado de Alagoas	27	AL	2015	811	6.526.700	0,07	
Governo do Estado de Goiás	52	GO	2015	811	26.657.458	0,12	1,9451090
Governo do Estado do Pará	15	PA	2015	811	3.609.604	0,02	4,0018387
Governo do Estado de Rondônia	11	RO	2015	811	7.028.886	0,11	0,4453618
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	43	RS	2015	811	4.075.012	0,01	3,9498614
Governo do Estado do Maranhão	21	MA	2015	811	3.394.519	0,01	0,3635555
Governo do Estado do Espírito Santo	32	ES	2015	811	19.631.537	0,14	0,4924090
Governo do Distrito Federal	53	DF	2015	811	23.449.504	0,10	7,9708377
Governo do Estado de Sergipe	28	SE	2015	811	18.425.755	0,22	8,1558186
Governo do Estado do Amazonas	13	AM	2015	811	27.675.055	0,18	7,0089686

Fonte: Próprio autor

Nota: A tabela apresenta as 10 primeiras observações de um total de 190

Tabela 27 – Banco de Dados RREO_Mun_811

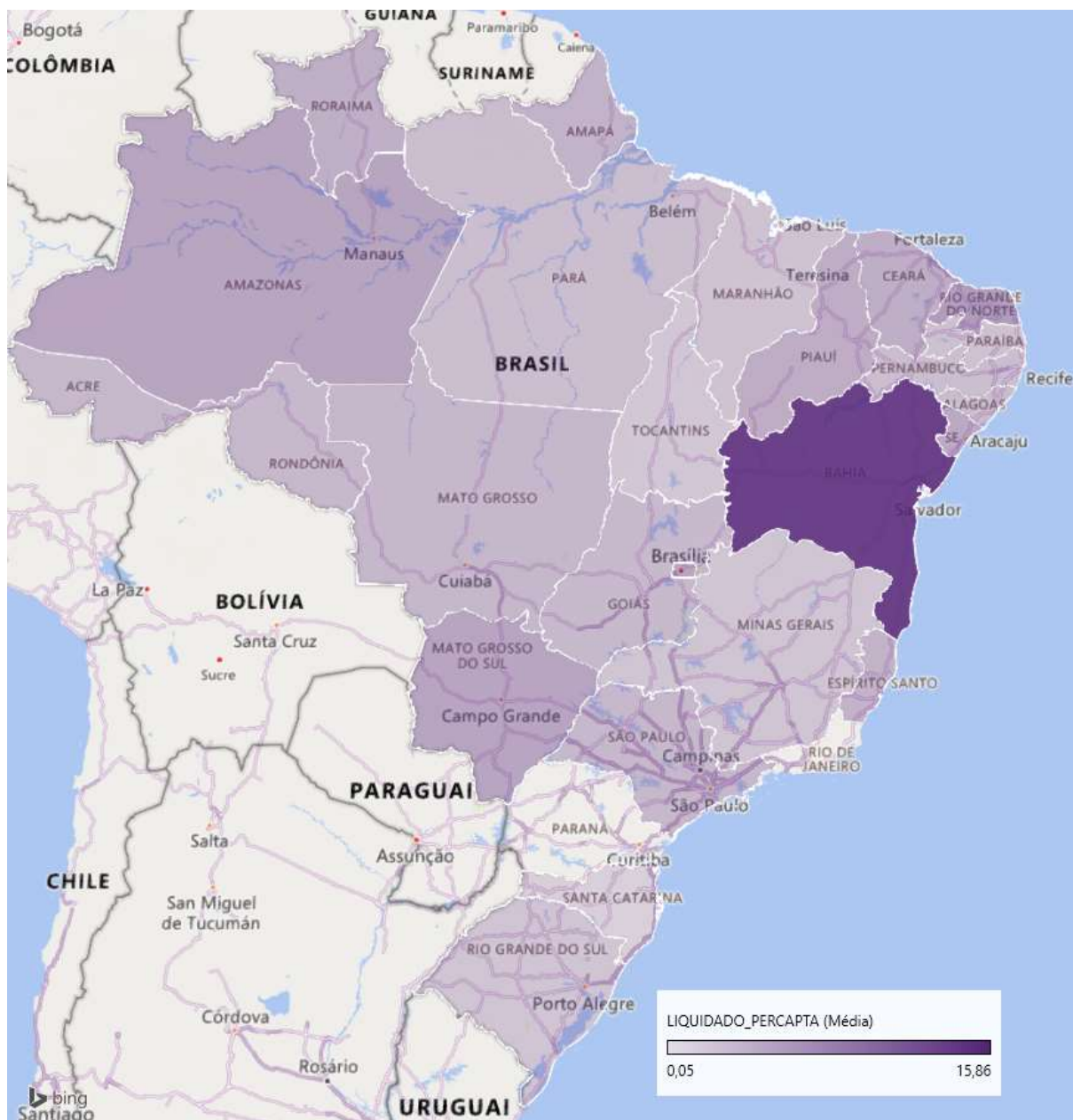
ORGANIZAÇÃO	COD_IBGE	UF	ANO	COD_CONTA	LIQUIDADO	LIQUIDADO_PER_TOTAL	LIQUIDADO_PERCAPTA
Prefeitura Municipal de Taquaruçu do Sul – RS	4321329	RS	2015	811	54.781,60	0,46	17,7631647
Prefeitura Municipal de Santa Tereza – RS	4317251	RS	2015	811	6824,61	0,07	3,8318978
Prefeitura Municipal de Valentim Gentil – SP	3556107	SP	2015	811	220.213,25	0,66	18,0251494
Prefeitura Municipal de Vista Alegre – RS	4323507	RS	2015	811	45.413,87	0,39	15,6978465
Prefeitura Municipal de Ibirá - SP	3519402	SP	2015	811	274.623,75	0,88	23,3921422
Prefeitura Municipal de Ibimirim – PE	2606606	PE	2015	811	25.548,85	0,05	0,8995124
Prefeitura Municipal de Brasilândia – MS	5002308	MS	2015	811	175.829,38	0,40	14,7470754
Prefeitura Municipal de Antonina – PR	4101200	PR	2015	811	3.000,00	0,01	0,1545277
Prefeitura Municipal de Jaguarão – RS	4311007	RS	2015	811	109.346,53	0,19	3,8511792
Prefeitura Municipal de Manaus – AM	1302603	AM	2015	811	960.118,53	0,02	0,4752354

Fonte: Próprio autor

Nota: A tabela apresenta as 10 primeiras observações de um total de 3.388

4.3.1. Análise da variável Liquidado_percapta

Gráfico 3 – Mapa de distribuição da variável Liquidado_percapta por UF, média entre 2015 e 2022 não deflacionada



Fonte: Próprio autor

Áudio descrição do Gráfico 3: Mapa na cor branca da América do Sul com foco no Brasil e o oceano na cor azul claro.

O gráfico apresenta os rótulos com nomes dos países e dos estados.

Os estados brasileiros estão na cor roxa em degradê variando de 0,05 a 15,86, sendo quanto maior o valor mais escuro.

Fim da áudio descrição do Gráfico 3.

Tabela 28 – Média da variável Liquidado_percapta entre 2015 e 2022 não deflacionada

Posição	UF	Liquidado_percapta média 2015-2022
1	BA	15,861
2	RN	4,789

3	DF	4,348
4	MS	3,781
5	AM	3,639
6	SE	3,101
7	PI	2,756
8	CE	2,695
9	RR	2,359
10	ES	1,959
11	AP	1,928
12	MT	1,468
13	SP	1,341
14	AC	1,317
15	PA	1,313
16	RO	1,292
17	GO	1,172
18	AL	0,996
19	PE	0,867
20	PB	0,318
21	MA	0,213
22	RS	0,127
23	MG	0,103
24	TO	0,062
25	SC	0,052

Fonte: Análise de dados coletados no Siconfi

Tabela 29 – Estatística descritiva da variável Liquidado_percapta por UF, média entre 2015 e 2022 não deflacionada

Mínimo	1° quartil	Mediana	Média	3° Quartil	Máximo	NA's
0,052	0,593	1,341	2,315	2,929	15,861	15

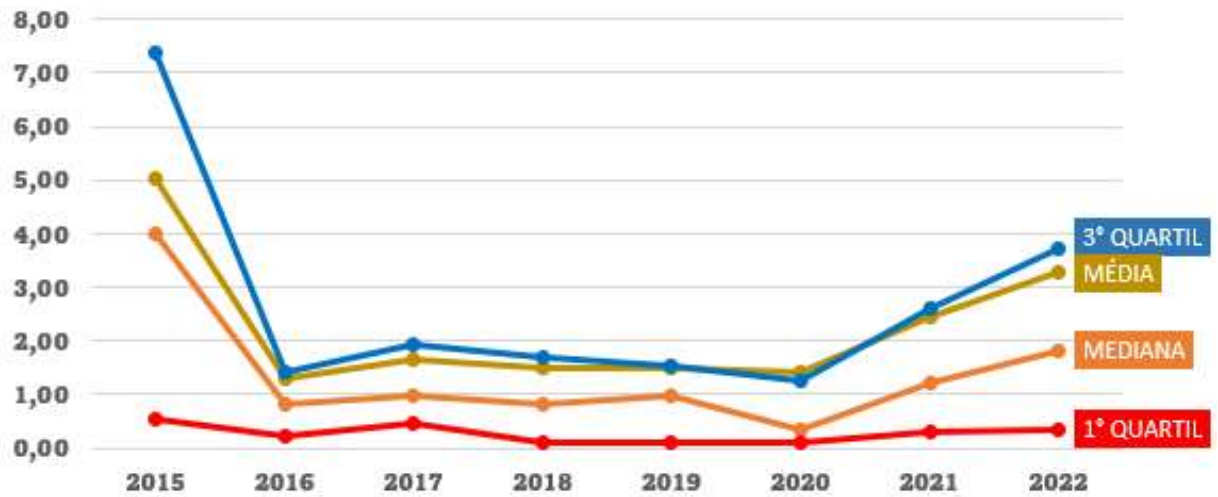
Fonte: Análise de dados coletados no Siconfi

Tabela 30 – Estatística descritiva da variável Liquidado_percapta por UF entre 2015 e 2022 não deflacionada

Estatística	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Média	5,04	1,30	1,67	1,48	1,50	1,40	2,44	3,26
Mediana	3,98	0,83	0,98	0,81	0,96	0,33	1,19	1,83
1° quartil	0,52	0,23	0,48	0,09	0,12	0,09	0,29	0,35
3° quartil	7,37	1,41	1,92	1,68	1,51	1,26	2,60	3,72

Fonte: Análise de dados coletados no Siconfi

Gráfico 4 – Evolução da variável Liquidado_percapta por UF entre 2015 e 2022 não deflacionada



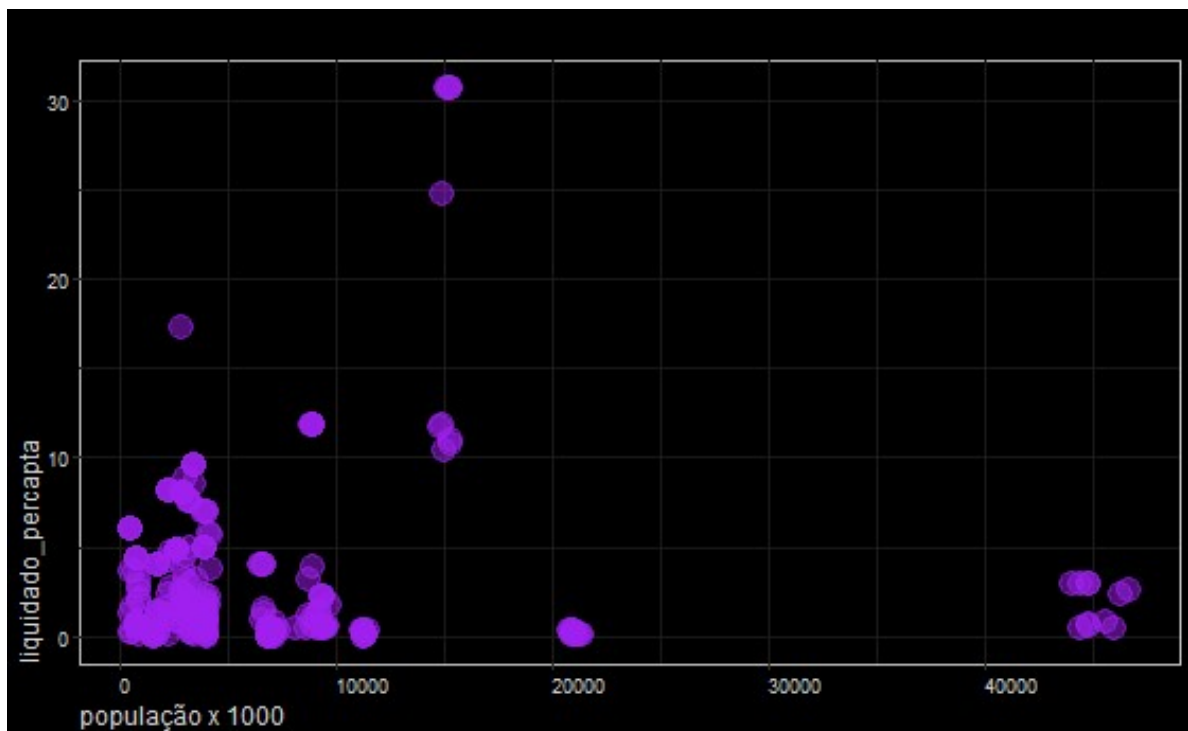
Fonte: Próprio autor

Áudio descrição do Gráfico 4: Gráfico de 4 linhas com plano de fundo branco, eixo x com série temporal entre 2015 e 2022 e eixo y em escala entre 0,00 e 8,00.

A linha vermelha representa o 1º quartil, a linha laranja a mediana, a linha dourada a média e a linha azul o 3º quartil.

Fim da áudio descrição do Gráfico 4.

Gráfico 5 – Dispersão entre as variáveis população e liquidado_percapta por UF -
Correlação Pearson = 0,0308



Fonte: Próprio autor

Áudio descrição do Gráfico 5: Gráfico de dispersão de pontos roxo sobre plano de fundo preto.

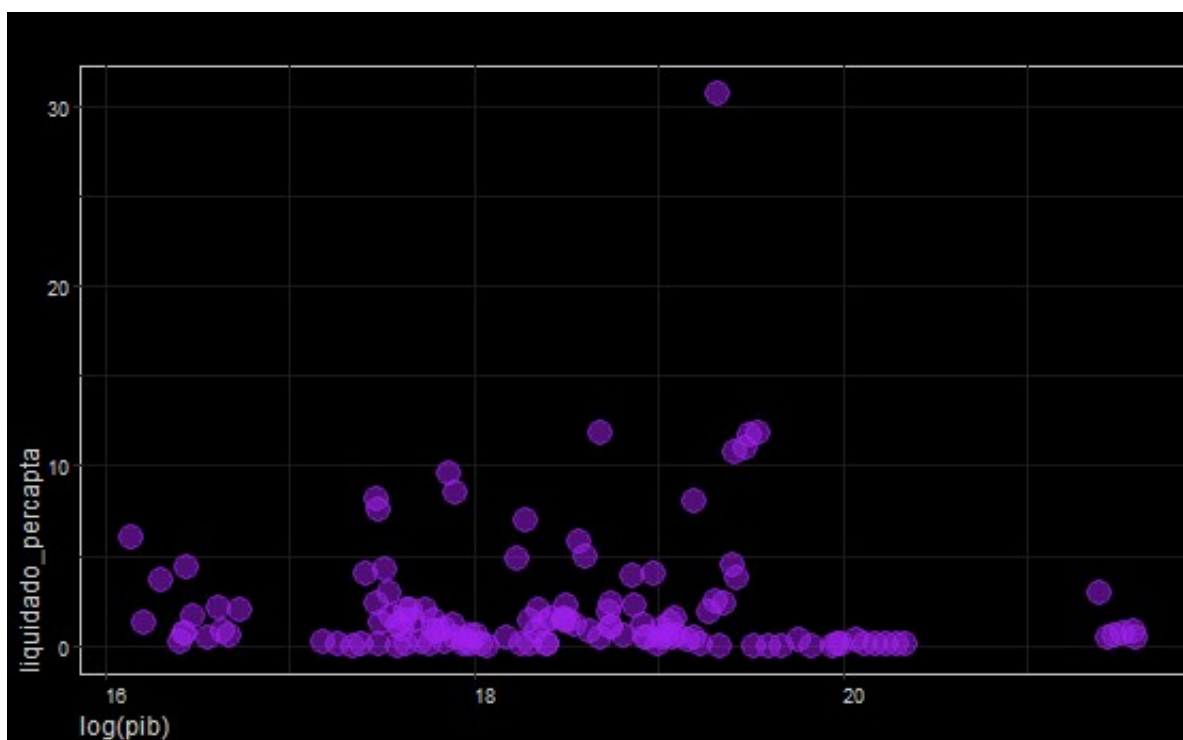
Eixo x é a população por cada 1000 habitantes e o eixo y é a variável liquidado_percapta.

Fim da áudio descrição do Gráfico 5.

O padrão de gasto público em Desporto de Rendimento nos Estados e Distrito Federal *per capita* é em média de R\$2,32 ao ano, ou seja, menos de R\$0,20 por mês para cada cidadão.

O gráfico 4 mostra que o investimento público em Desporto de Rendimento *per capita* despencou após 2015, permanecendo estável (sem a deflação da variável) com elevação após 2020, em plena pandemia da COVID-19. Isso demonstra que os jogos olímpicos, paralímpicos e a Copa do Mundo da Fifa não deixaram legado em política pública no Desporto de Rendimento.

Gráfico 6 – Dispersão entre as variáveis $\log(\text{pib})$ e $\text{liquidado_percapita}$ por UF -
Correlação Pearson = 0,0177



Fonte: Próprio autor

Áudio descrição do Gráfico 6: Gráfico de dispersão de pontos roxo sobre plano de fundo preto.

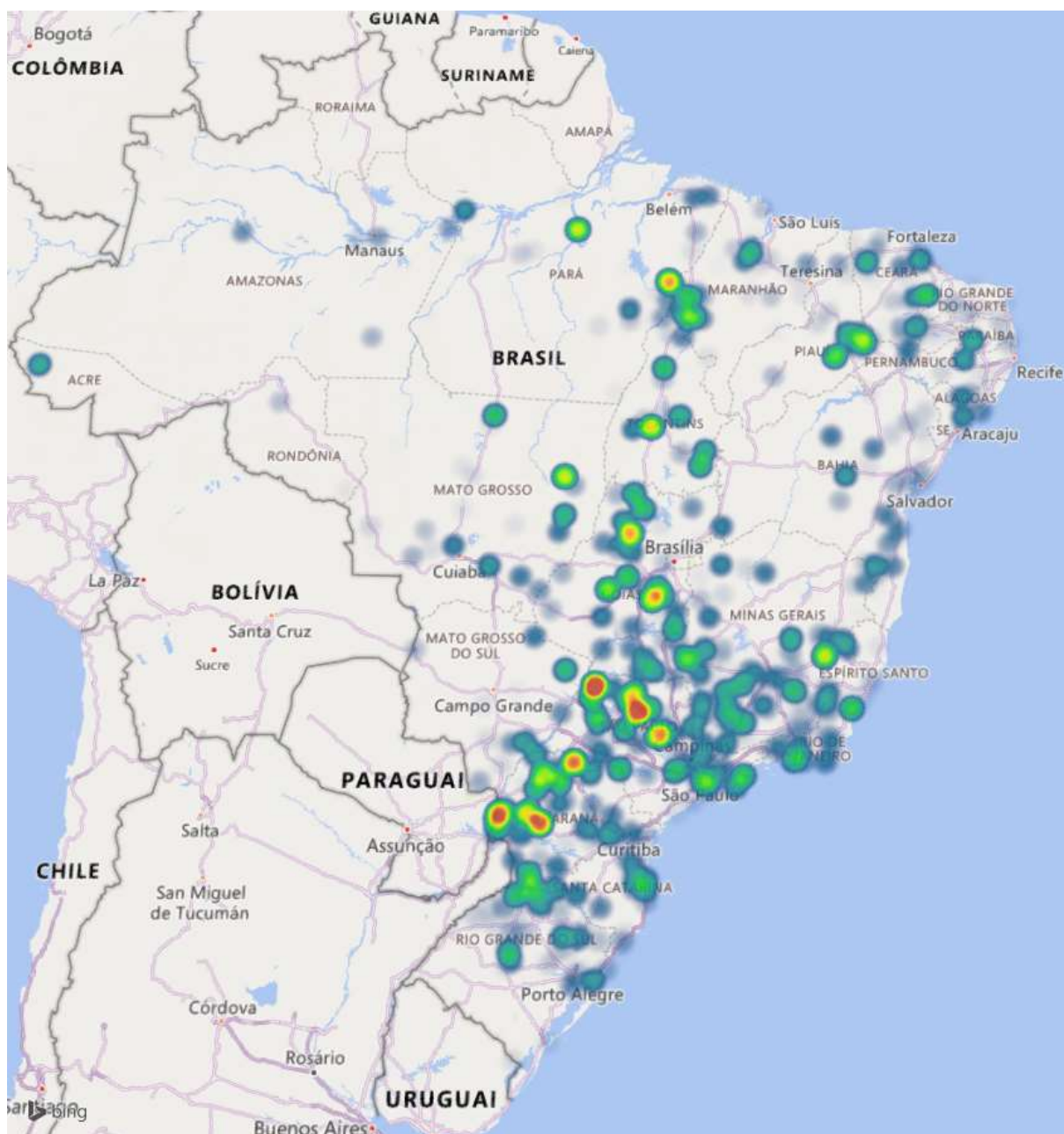
Eixo x é o $\log(\text{pib})$ e o eixo y é a variável $\text{liquidado_percapita}$.

Fim da áudio descrição do Gráfico 6.

Foi utilizado o PIB (Produto Interno Bruto a preços correntes x 1000), disponibilizado no portal de dados abertos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Os gráficos de dispersão da população e do $\log(\text{pib})$ mostram que não há correlação com o $\text{liquidado_percapita}$, justificando uma análise mais

detalhada das variáveis de mesonível e micronível para os fatores de sucesso na política de alto rendimento conforme modelo SPLISS.

Gráfico 7 – Mapa de calor da variável Liquidado_percapta por Município, média entre 2015 e 2022 não deflacionada



Fonte: Próprio autor

Áudio descrição do Gráfico 7: Mapa na cor branca da América do Sul com foco no Brasil e o oceano na cor azul claro.

O gráfico apresenta os rótulos com nomes dos países e dos estados.

O mapa de calor é nas cores azul, verde, amarelo e vermelho.

Quanto mais vermelho, maior a concentração e maior o valor da variável.

Fim da áudio descrição do Gráfico 7.

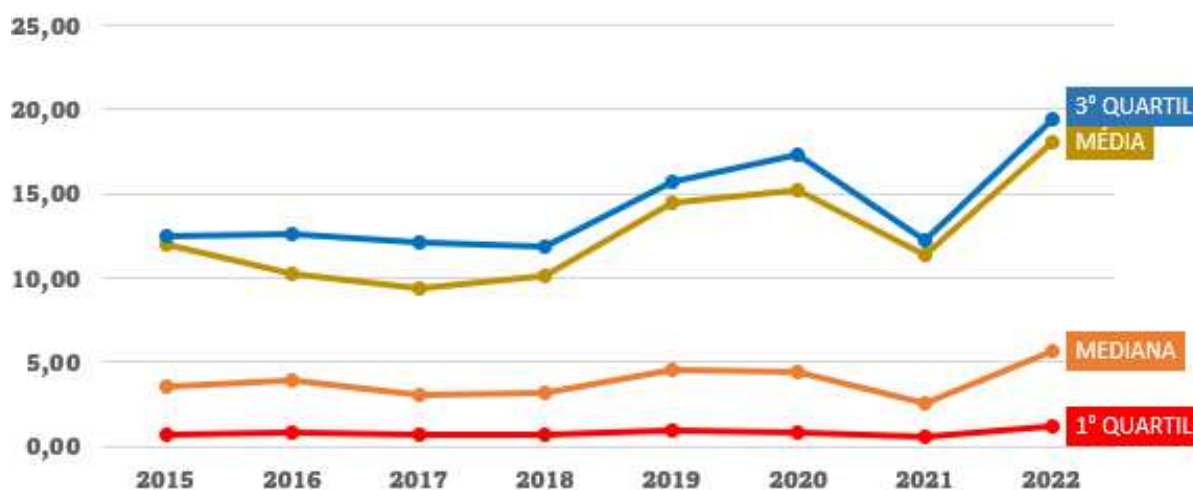
O gráfico de calor mostra a maior concentração da variável nas regiões sudeste e sul, com destaque para o oeste de São Paulo e do Paraná, que pode induzir que a região tem mais cultura esportiva de alto rendimento.

Tabela 31 – Estatística descritiva da variável Liquidado_percapta por Município, média entre 2015 e 2022 não deflacionada

Mínimo	1° quartil	Mediana	Média	3° Quartil	Máximo	NA's
0,025	1,177	4,524	12,990	15,189	482,053	783

Fonte: Próprio autor

Gráfico 8 – Evolução da variável Liquidado percapta por Município entre 2015 e 2022 não deflacionada



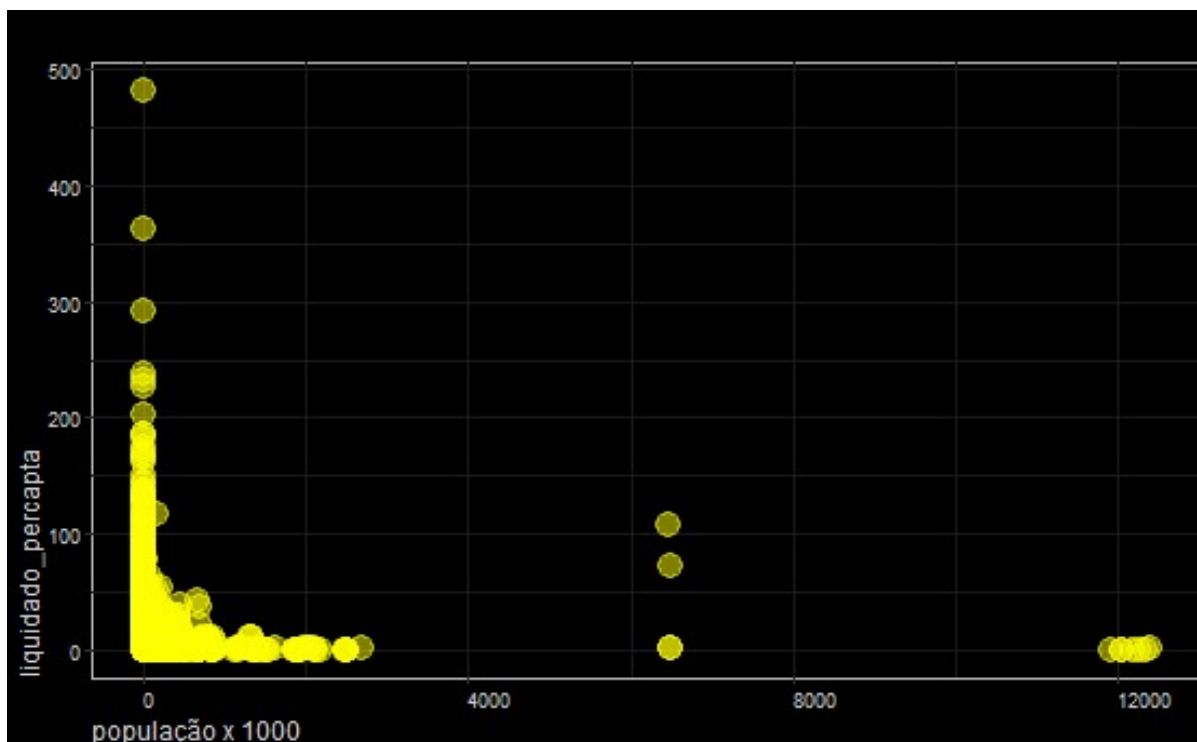
Fonte: Próprio autor

Áudio descrição do Gráfico 8: Gráfico de 4 linhas com plano de fundo branco, eixo x com série temporal entre 2015 e 2022 e eixo y em escala entre 0,00 e 25,00.

A linha vermelha representa o 1º quartil, a linha laranja a mediana, a linha dourada a média e a linha azul o 3º quartil.

Fim da áudio descrição do Gráfico 8.

Gráfico 9 – Dispersão entre as variáveis população e liquidado_percapta por Município - Correlação Pearson = -0,0555



Fonte: Próprio autor

Áudio descrição do Gráfico 9: Gráfico de dispersão de pontos amarelos sobre plano de fundo preto.

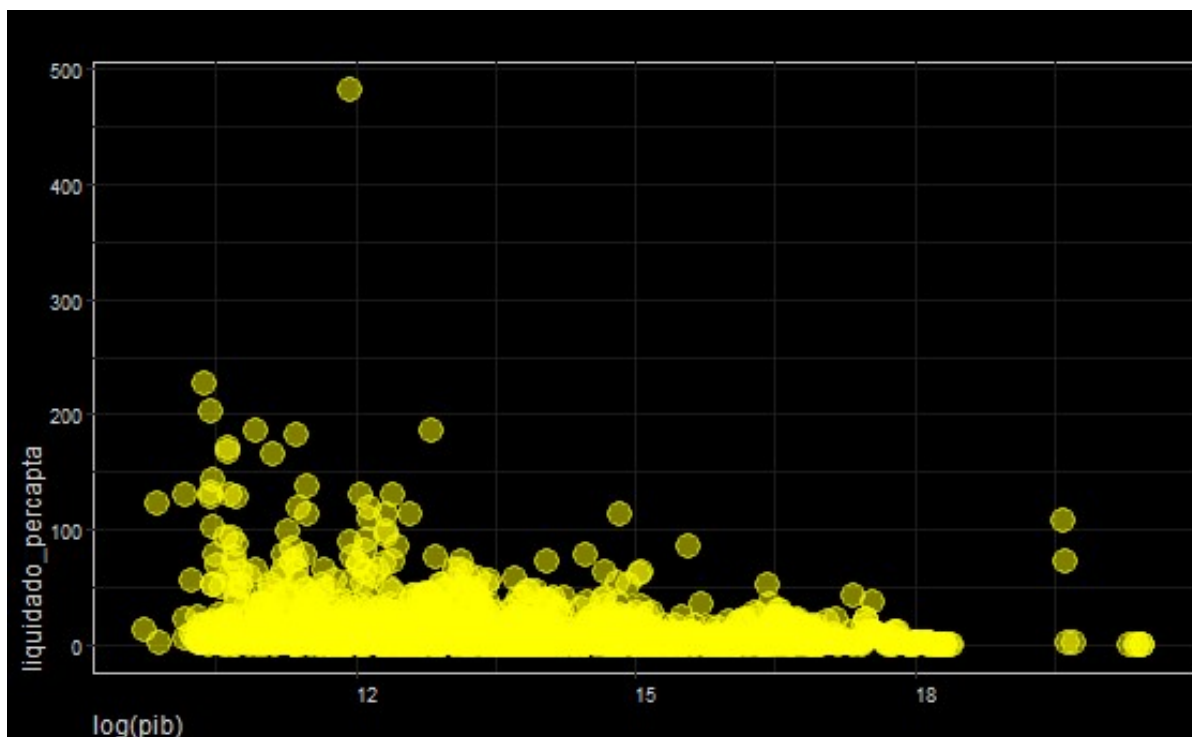
Eixo x é a população por cada 1000 habitantes e o eixo y é a variável liquidado_percapta.

Fim da áudio descrição do Gráfico 9.

Dos 5.570 municípios brasileiros, apenas 851 entregaram políticas públicas em Desporto de Rendimento entre 2015 e 2022, tendo como referência a despesa liquidada no exercício. O padrão de gasto público em Desporto de Rendimento nos Estados e Distrito Federal *per capita* é em média de R\$12,79 ao ano, ou seja, cerca de R\$1,07 por mês para cada cidadão.

O gráfico 8 mostra que o investimento público em Desporto de Rendimento *per capita* aumentou em parte dos municípios após o ano de 2018. Isso demonstra que os jogos olímpicos, paralímpicos e a Copa do Mundo da Fifa não deixaram legado em política pública no Desporto de Rendimento Municipal.

Gráfico 10 – Dispersão entre as variáveis log(pib) e liquidado_percapta por Município - Correlação Pearson = -0,2429



Fonte: Próprio autor

Áudio descrição do Gráfico 10: Gráfico de dispersão de pontos amarelos sobre plano de fundo preto.

Eixo x é o log(pib) e o eixo y é a variável liquidado_percapta.

Fim da áudio descrição do Gráfico 10.

Foi utilizado o PIB (Produto Interno Bruto a preços correntes x 1000), disponibilizado no portal de dados abertos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Os gráficos de dispersão da população e do log(pib) mostram que não há correlação com o liquidado_percapta, justificando uma análise mais detalhada das variáveis de macronível para os fatores de sucesso na política de alto rendimento conforme modelo SPLISS.

4.3.2. Análise da variável Liquidado_per_total

Gráfico 11 – Mapa de distribuição da variável Liquidado_per_total por UF, média entre 2015 e 2022



Fonte: Próprio autor

Áudio descrição do Gráfico 11: Mapa na cor branca da América do Sul com foco no Brasil e o oceano na cor azul claro.

O gráfico apresenta os rótulos com nomes dos países e dos estados.

Os estados brasileiros estão na cor roxa em degradê variando de 0,0 a 0,53, sendo quanto maior o valor mais escuro.

Fim da áudio descrição do Gráfico 11.

Tabela 32 – Média da variável Liquidado_per_total entre 2015 e 2022 não deflacionada

Posição	UF	Liquidado_percapta média 2015-2022
1	BA	0,525
2	RN	0,215
3	CE	0,097
4	PI	0,091
5	SE	0,087
6	AM	0,078

7	MS	0,057
8	DF	0,051
9	ES	0,050
10	RR	0,046
11	GO	0,038
12	RO	0,037
13	PA	0,032
14	AL	0,032
15	AP	0,031
16	MT	0,030
17	AC	0,022
18	SP	0,022
19	PB	0,020
20	PE	0,017
21	MA	0,010
22	RS	0,010
23	MG	0,000
24	RJ	0,000
25	TO	0,000

Fonte: Análise de dados coletados no Siconfi

Tabela 33 – Estatística descritiva da variável Liquidado_per_total por UF, média entre 2015 e 2022

Mínimo	1° quartil	Mediana	Média	3° Quartil	Máximo	NA's
0,0000	0,023	0,037	0,070	0,079	0,525	50

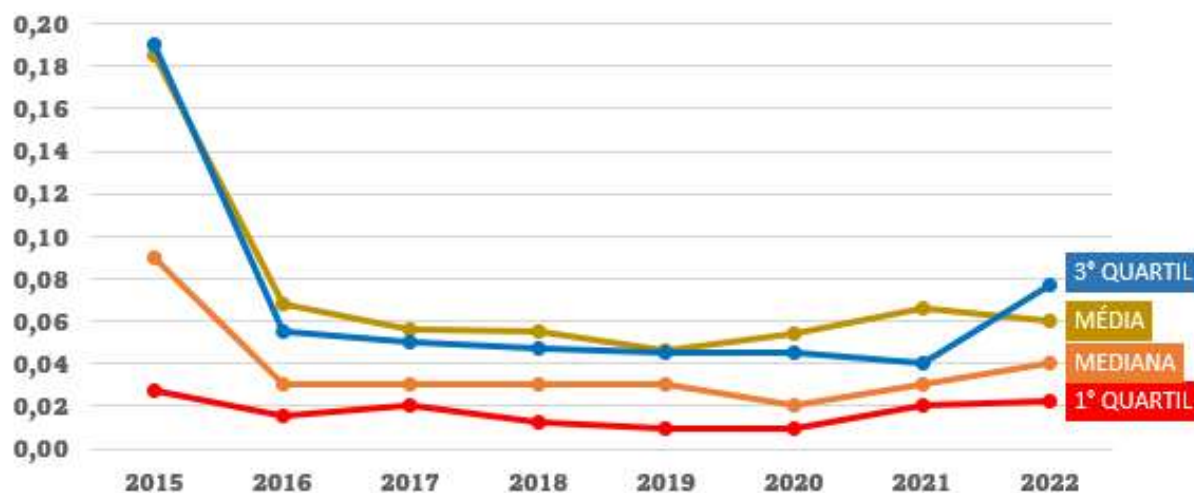
Fonte: Próprio autor

Tabela 34 – Estatística descritiva da variável Liquidado_per_total por UF entre 2015 e 2022 não deflacionada

Estatística	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Média	0,19	0,07	0,06	0,06	0,05	0,05	0,07	0,06
Mediana	0,09	0,03	0,03	0,03	0,03	0,02	0,03	0,04
1° quartil	0,03	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02
3° quartil	0,19	0,06	0,05	0,05	0,05	0,05	0,04	0,08

Fonte: Análise de dados coletados no Siconfi

Gráfico 12 – Evolução da variável Liquidado per total por UF entre 2015 e 2022



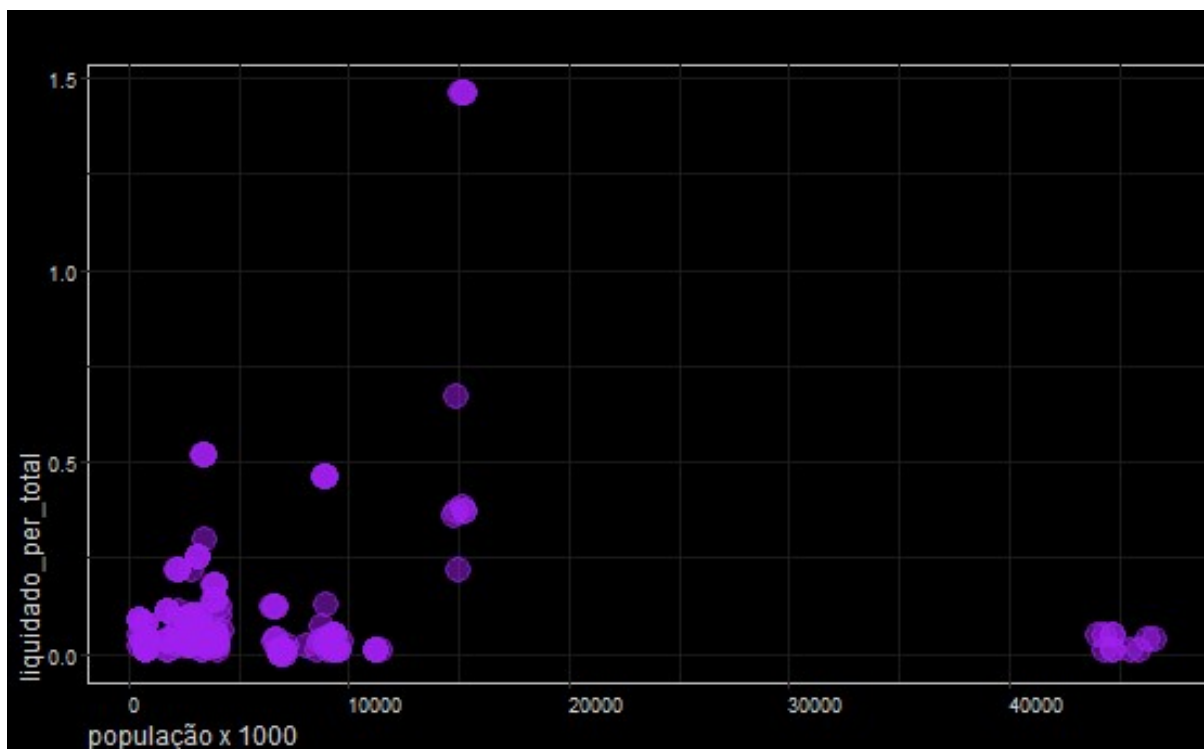
Fonte: Próprio autor

Áudio descrição do Gráfico 12: Gráfico de 4 linhas com plano de fundo branco, eixo x com série temporal entre 2015 e 2022 e eixo y em escala entre 0,00 e 0,20.

A linha vermelha representa o 1º quartil, a linha laranja a mediana, a linha dourada a média e a linha azul o 3º quartil.

Fim da áudio descrição do Gráfico 12.

Gráfico 13 – Dispersão entre as variáveis população e liquidado_per_total por UF
 - Correlação Pearson = 0,0893



Fonte: Próprio autor

Áudio descrição do Gráfico 13: Gráfico de dispersão de pontos roxos sobre plano de fundo preto.

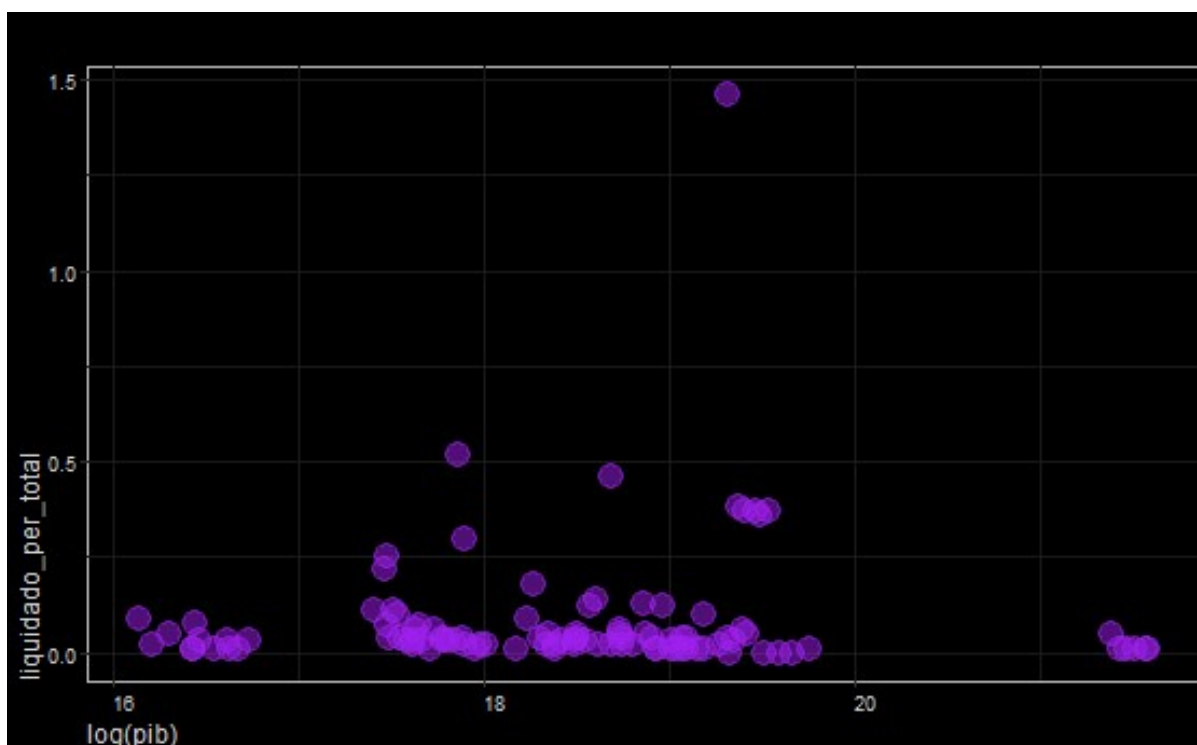
Eixo x é a população por cada 1000 habitantes e o eixo y é a variável liquidado_percapta.

Fim da áudio descrição do Gráfico 13.

O padrão de gasto público em Desporto de Rendimento nos Estados e Distrito Federal quando comparado com o total da despesa liquidada no orçamento é em média de 0,0784%, ou seja, para cada R\$1 milhão gasto, apenas R\$784 são para o Desporto de Rendimento.

O gráfico 12 mostra que o investimento público em Desporto de Rendimento despencou após 2015, permanecendo estável. Isso demonstra que os jogos olímpicos, paralímpicos e a Copa do Mundo da Fifa não deixaram legado em política pública no Desporto de Rendimento.

Gráfico 14 – Dispersão entre as variáveis $\log(\text{pib})$ e $\text{liquidado_per_total}$ por UF -
Correlação Pearson = 0,0714



Fonte: Próprio autor

Áudio descrição do Gráfico 14: Gráfico de dispersão de pontos azuis sobre plano de fundo preto.

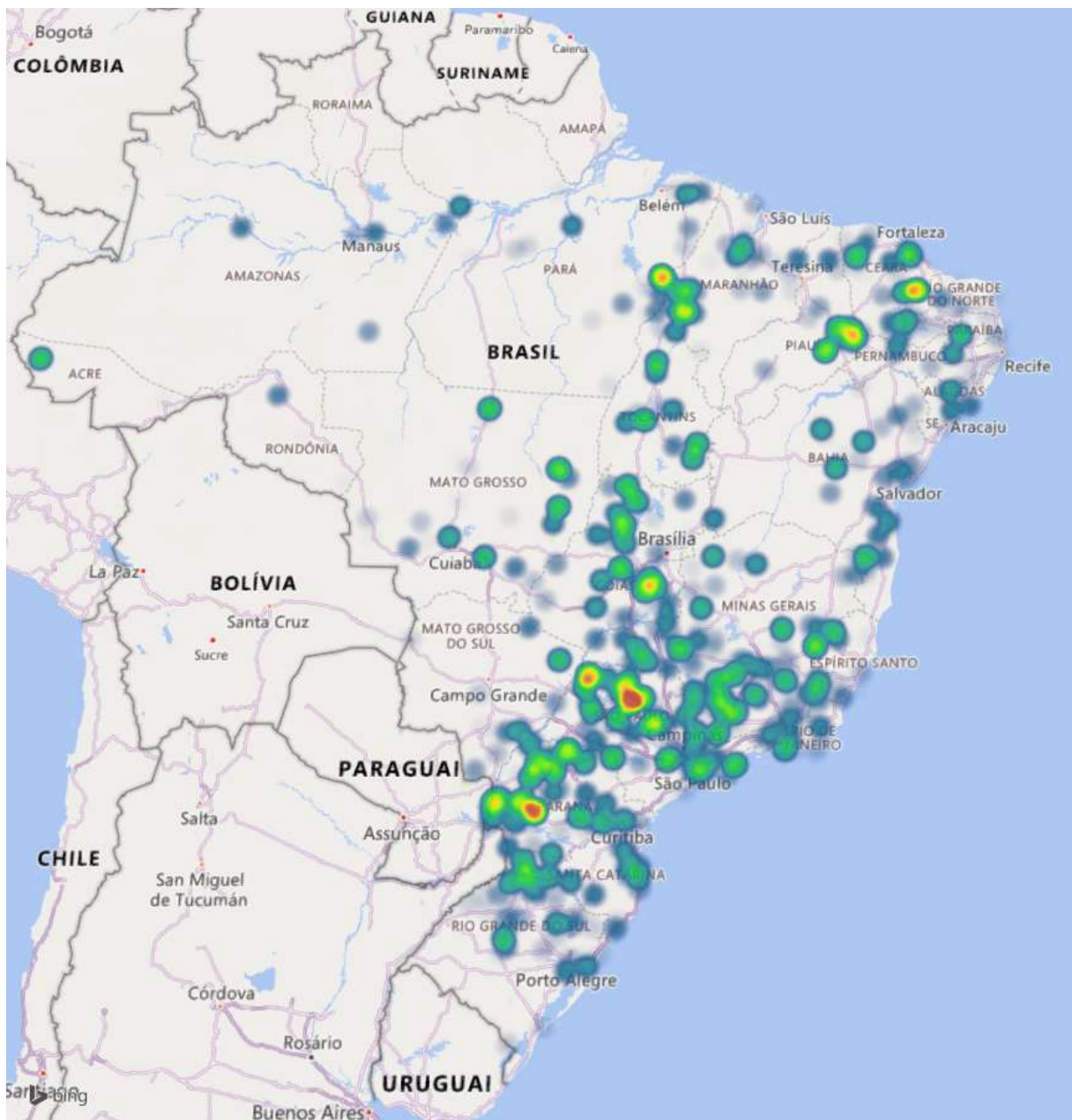
Eixo x é o $\log(\text{pib})$ e o eixo y é a variável $\text{liquidado_per_capta}$.

Fim da áudio descrição do Gráfico 14.

Foi utilizado o PIB (Produto Interno Bruto a preços correntes x 1000), disponibilizado no portal de dados abertos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Os gráficos de dispersão da população e do $\log(\text{pib})$ mostram que não há correlação com o $\text{liquidado_per_capta}$, justificando uma análise mais

detalhada das variáveis de macronível para os fatores de sucesso na política de alto rendimento conforme modelo SPLISS.

Gráfico 15 – Mapa de calor da distribuição da variável Liquidado_per_total por Município, média entre 2015 e 2022



Fonte: Próprio autor

Áudio descrição do Gráfico 15: Mapa na cor branca da América do Sul com foco no Brasil e o oceano na cor azul claro.

O gráfico apresenta os rótulos com nomes dos países e dos estados.

O mapa de calor é nas cores azul, verde, amarelo e vermelho.

Quanto mais vermelho, maior a concentração e maior o valor da variável.

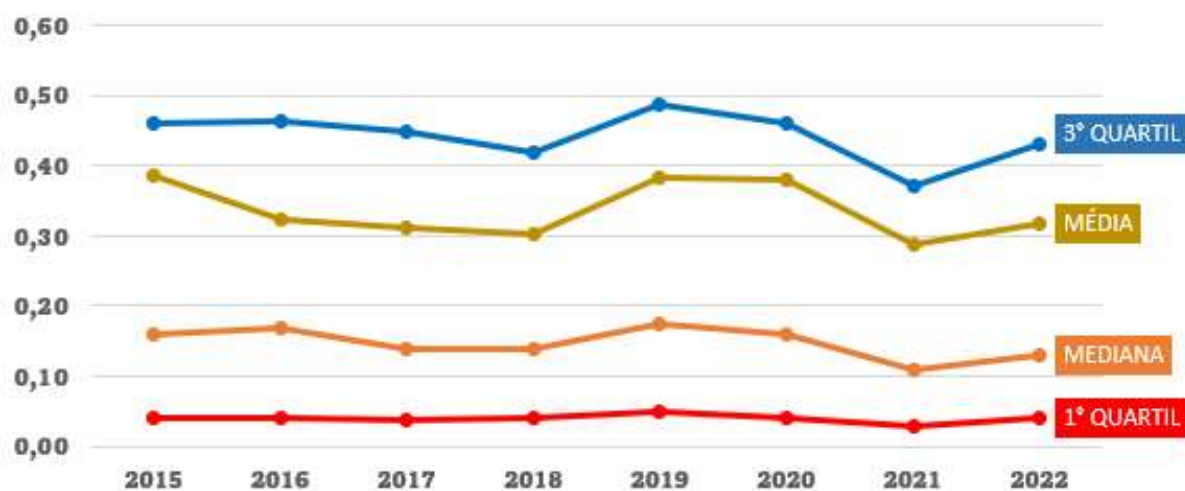
Fim da áudio descrição do Gráfico 15.

Tabela 35 – Estatística descritiva da variável Liquidado_per_total por Município, média entre 2015 e 2022

Mínimo	1º quartil	Mediana	Média	3º Quartil	Máximo	NA's
0,01	0,04	0,15	0,349	0,46	5,34	997

Fonte: Próprio autor

Gráfico 16 – Evolução da variável Liquidado per total por Município entre 2015 e 2022



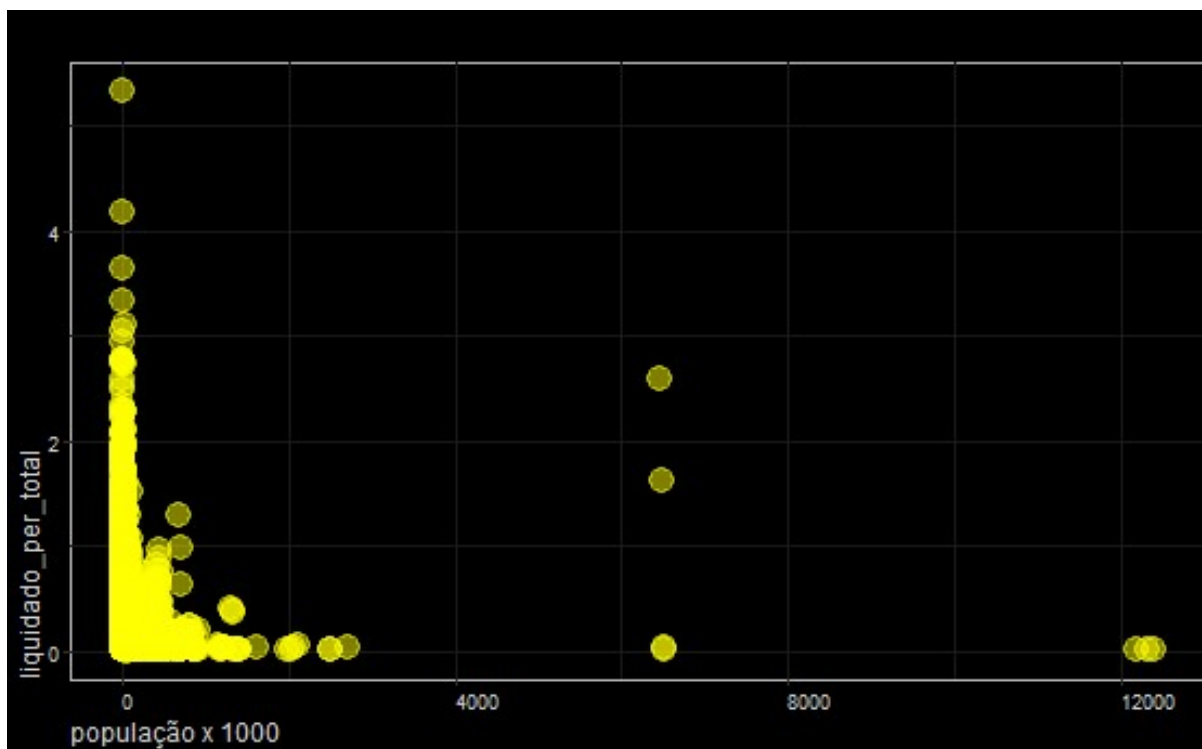
Fonte: Próprio autor

Áudio descrição do Gráfico 16: Gráfico de 4 linhas com plano de fundo branco, eixo x com série temporal entre 2015 e 2022 e eixo y em escala entre 0,00 e 0,60.

A linha vermelha representa o 1º quartil, a linha laranja a mediana, a linha dourada a média e a linha azul o 3º quartil.

Fim da áudio descrição do Gráfico 16.

Gráfico 17 – Dispersão entre as variáveis população e liquidado_per_total por Município - Correlação Pearson = -0,0612



Fonte: Próprio autor

Áudio descrição do Gráfico 17: Gráfico de dispersão de pontos amarelos sobre plano de fundo preto.

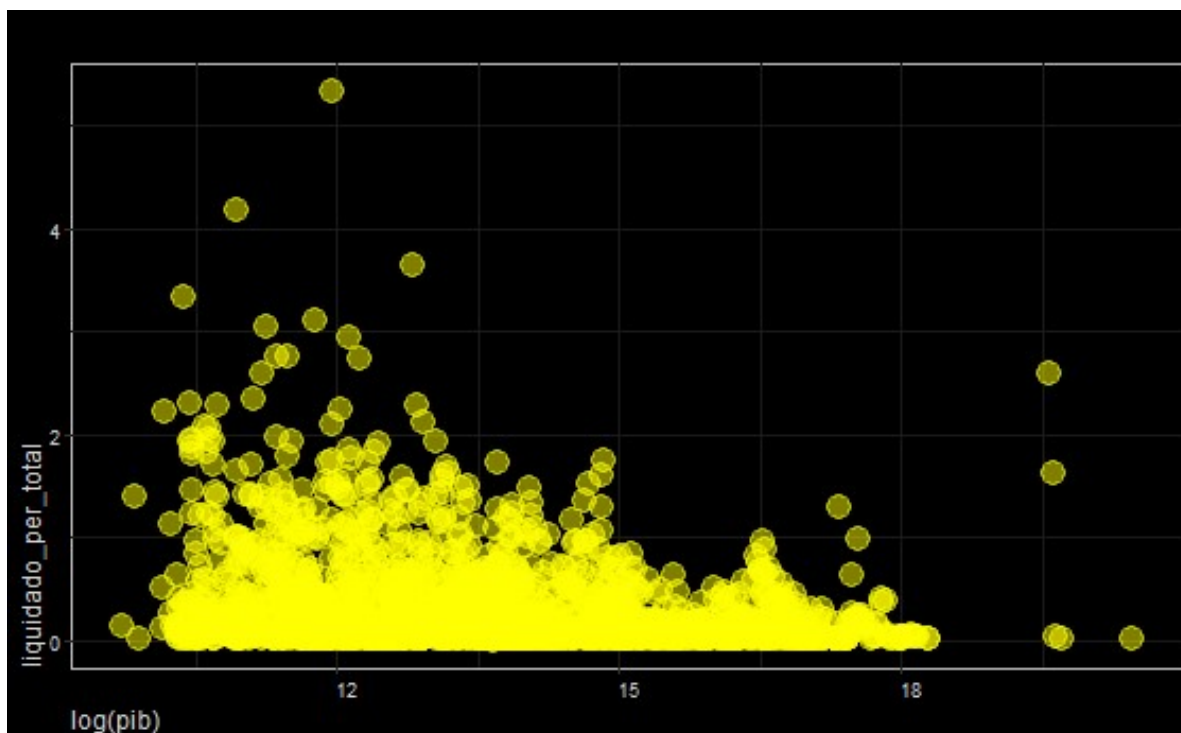
Eixo x é a população por cada 1000 habitantes e o eixo y é a variável liquidado_percapta.

Fim da áudio descrição do Gráfico 17.

O padrão de gasto público em Desporto de Rendimento nos Municípios, quando comparado com o total da despesa liquidada no orçamento é em média de 0,338%, ou seja, para cada R\$1 milhão gasto, apenas R\$3.380 são para o Desporto de Rendimento.

O gráfico 16 mostra que o investimento público em Desporto de Rendimento despencou após 2015, permanecendo estável. Isso demonstra que os jogos olímpicos, paralímpicos e a Copa do Mundo da Fifa não deixaram legado em política pública no Desporto de Rendimento.

Gráfico 18 – Dispersão entre as variáveis $\log(\text{pib})$ e $\text{liquidado_per_total}$ por Município - Correlação Pearson = -0,2787



Fonte: Próprio autor

Áudio descrição do Gráfico 18: Gráfico de dispersão de pontos amarelos sobre plano de fundo preto.

Eixo x é o $\log(\text{pib})$ e o eixo y é a variável $\text{liquidado_percapta}$.

Fim da áudio descrição do Gráfico 18.

Foi utilizado o PIB (Produto Interno Bruto a preços correntes x 1000), disponibilizado no portal de dados abertos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Os gráficos de dispersão da população e do $\log(\text{pib})$ mostram que não há correlação com o $\text{liquidado_percapta}$, justificando uma análise mais detalhada das variáveis de macronível para os fatores de sucesso na política de alto rendimento conforme modelo SPLISS.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O gasto público em Desporto de Rendimento entre 2015 e 2022 nos Estados e no Distrito Federal apresenta o padrão médio de valor per capita de R\$2,32 e a participação na execução financeira anual de 0,0784%.

Já para municípios, o gasto público em Desporto de Rendimento entre 2015 e 2022 apresenta o padrão médio de valor per capita de R\$12,79 e a participação na execução financeira anual de 0,338%.

A análise das variáveis nos Municípios auxilia para o estudo do Estado de Goiás na identificação de como é realizado o gasto público. As prefeituras tem destinado mais recursos do orçamento para as políticas de Desporto de Rendimento, que pode justificar um desenho mais coerente dos programas do Estado de Goiás.

Um fator relevante é que os Estados detem outras fontes de recursos para o fomento ao Desporto de Rendimento, como as Leis de Incentivo ao Esporte estaduais ou outros programas semelhantes, que permitem às empresas privadas destinarem parte do ICMS à Organizações da Sociedade Civil – OSC, sem fins lucrativos cujas atividades e projetos sejam esportivos. Municípios não possuem essa condição, o que pode justificar o fato de destinarem mais orçamento para as políticas públicas em esporte de alto rendimento.

A concentração das variáveis analisadas nos municípios das regiões sudeste e sul também pode explicar o fato da menor participação do Desporto de Rendimento no orçamento estadual, induzindo a uma conclusão de que as prefeituras absorvem esses programas junto à população.

O estado de Goiás representa cerca de 2,64% dos atletas de alto rendimento no país, considerando apenas os atletas que participaram da Série A do Campeonato Brasileiro de Futebol em 2022, os Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 e Paralímpiadas de Tóquio 2022, ou seja, é o 9º dentre as 27 Unidades da Federação, porém, mantem uma proporção com a sua população acima da linha ótima de relação 1 x 1.

5.1. Análise da economicidade do gasto público em Desporto de Rendimento

A Secretaria de Estado de Esporte e Lazer – SEEL, através do Gerenciamento de Riscos implementado pelo Programa de *Compliance* instituído pelo Governo do Estado de Goiás e coordenado pela Controladoria Geral do Estado de Goiás, gerenciou o risco “Precificação desvantajosa” e tornou mais ágil o processo licitatório, proporcionando economia potencial em torno de R\$ 3.695 milhões (23,28%) em 2021 e R\$1.431 milhão (17%) em 2022.

Essa vantajosidade é entendida como a economicidade na avaliação do gasto público da Secretaria de Esporte e Lazer, compreendendo as despesas com os insumos de Desporto de Rendimento, dentro do Ciclo da Política Pública.

5.2. Análise da eficiência do gasto público em Desporto de Rendimento

A eficiência do gasto público em políticas de Desporto de Rendimento é avaliada pelo método *Data Envelopment Analysis* – DEA, que é uma técnica para avaliação da eficiência, com o retorno variável de escala (vrs), através do *software* estatístico R, utilizando a Unidade da Federação como a *Decision Making Units* – DMU, a variável liquidado_percapta como *inputs* e a quantidade de empregos por cada 100 mil habitantes como *outputs*.

Tabela 36 – Data Frame DEA

UF (DMU)	i1	i2	i3	i4	i5	i6	i7	o1	o2	o3	o4	o5	o6	o7
AC	0,619	0,619	0,000	0,000	0,000	2,111	3,119	2,216	2,987	1,959	5,755	3,336	2,608	2,907
AL	1,945	0,151	0,838	0,845	1,148	0,263	0,953	3,408	3,322	3,543	3,394	4,213	3,686	3,580
AM	7,009	1,422	1,920	1,459	2,171	5,812	5,602	5,969	3,428	2,924	3,174	2,794	2,726	2,258
AP	4,369	0,000	0,479	0,779	0,499	2,010	2,603	0,260	0,391	0,511	0,639	0,603	0,355	0,116
BA	30,664	0,000	10,766	11,034	11,680	11,856	24,688	4,119	3,611	3,568	3,875	4,908	4,404	3,422
CE	11,816	1,004	0,520	3,934	1,168	0,438	1,332	4,828	4,975	4,641	6,482	7,096	7,840	7,130
DF	7,971	1,847	2,455	2,338	3,754	4,426	3,133	16,448	12,454	11,319	13,066	15,128	14,161	12,667
ES	4,969	1,385	1,151	1,829	2,362	1,012	1,196	11,826	10,713	10,871	9,387	11,001	10,874	10,310
GO	4,002	0,894	1,285	1,463	0,374	0,105	0,422	9,576	11,209	11,081	10,872	8,351	9,119	8,491
MA	0,492	0,071	0,077	0,091	0,136	0,000	0,286	1,967	1,390	1,682	2,157	2,033	0,000	1,940
MG	0,331	0,036	0,035	0,082	0,072	0,083	0,088	13,871	13,455	13,325	13,968	14,424	12,561	12,267
MS	4,778	0,768	1,234	1,511	1,338	0,843	2,546	8,707	7,355	9,171	10,550	13,646	10,939	11,319
MT	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,054	1,146	6,798	6,094	0,000	0,000	0,000	6,888	7,373
PA	0,445	0,000	0,000	0,000	0,000	0,495	1,195	2,579	0,000	0,000	0,000	0,000	4,080	3,671
PB	0,857	0,479	0,115	0,084	0,106	0,011	0,607	4,518	4,683	4,526	6,601	7,331	5,674	5,248
PE	2,171	0,466	0,480	0,532	0,530	0,493	0,540	9,016	8,924	8,480	8,129	6,645	7,052	6,510
PI	7,493	2,922	1,922	2,002	1,359	0,168	1,238	0,749	1,061	1,090	2,491	1,991	2,352	2,986
RJ	9,579	8,472	0,523	0,584	0,000	0,000	0,000	5,420	5,636	5,612	6,475	0,000	0,000	0,000
RN	3,950	1,267	1,129	1,387	1,361	0,119	0,256	1,410	1,244	1,119	1,175	4,609	2,138	2,338
RO	6,007	1,286	3,584	0,176	1,665	0,000	0,145	3,348	3,164	4,278	4,278	5,030	0,000	3,486
RR	0,364	0,002	0,000	0,006	0,037	0,093	0,040	14,391	14,091	13,547	13,972	13,284	12,710	12,650
RS	8,156	2,330	4,185	1,634	0,960	0,114	2,703	2,668	3,255	3,310	5,826	3,775	3,654	5,908
SC	2,891	0,451	0,609	0,711	0,785	0,396	2,286	27,822	26,874	26,934	27,399	25,890	23,923	23,280
SE	0,156	0,117	0,011	0,028	0,043	0,008	0,073	1,843	2,046	2,740	3,001	3,794	2,480	4,653
SP	0,619	0,619	0,000	0,000	0,000	2,111	3,119	2,216	2,987	1,959	5,755	3,336	2,608	2,907
TO	1,945	0,151	0,838	0,845	1,148	0,263	0,953	3,408	3,322	3,543	3,394	4,213	3,686	3,580

Fonte: Dados coletados e tratados na RAIS e no Siconfi

Nota: Foi excluído o Estado do Paraná, pois este não possui dados no Siconfi referente ao RREO e os Estados do Rio de Janeiro e Santa Catarina

Tabela 37 – índice de eficiência DEA

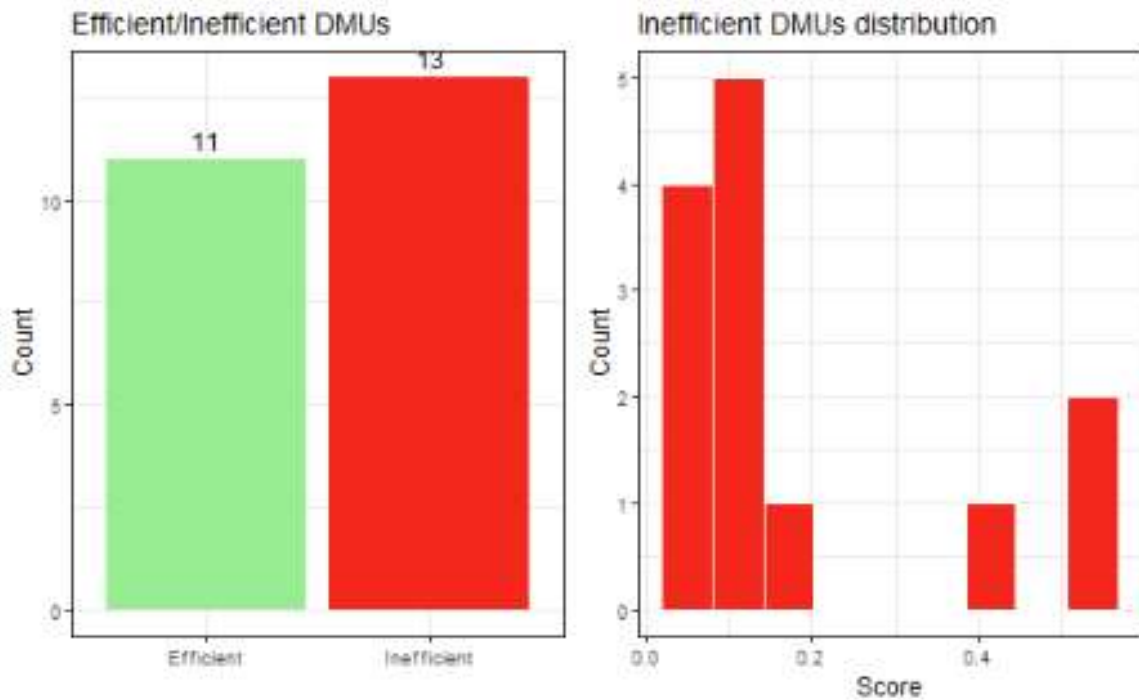
UF (DMU)	Eficiência DEA
AC	1.00000000
AL	0.09165829
AM	0.01899958
AP	1.00000000

BA	1.00000000
CE	0.10399699
DF	0.04836944
ES	0.06989602
GO	0.53671982
MA	1.00000000
MG	1.00000000
MS	0.08732525
MT	1.00000000
PA	0.56804630
PB	1.00000000
PE	0.11124221
PI	0.05082516
RN	1.00000000
RO	0.18062264
RR	1.00000000
RS	1.00000000
SE	0.11398918
SP	0.39360935
TO	1.00000000
AC	1.00000000
AL	0.09165829

Fonte: Dados coletados e tratados na RAIS e no Siconfi

Nota: Foi excluído o Estado do Paraná, pois este não possui dados no Siconfi referente ao RREO e os Estados do Rio de Janeiro e Santa Catarina

Gráfico 19 – DMUs eficientes e ineficientes



Fonte: Próprio autor

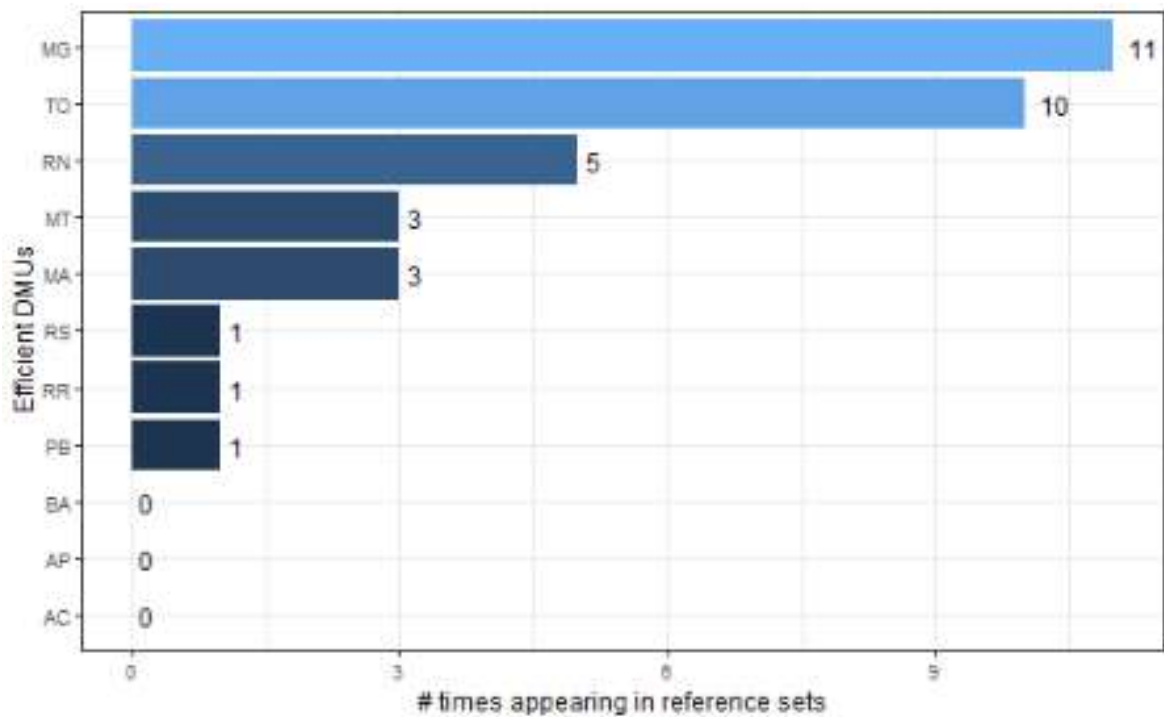
Áudio descrição do Gráfico 19:Dois gráficos de colunas em plano de fundo branco.

À esquerda um gráfico com 2 colunas de frequência, uma verde com contagem igual a 11 relacionada às DMUs eficientes e outra vermelha com contagem igual a 13 relacionada às DMUs ineficientes.

À direita um gráfico de colunas vermelhas com o eixo x da pontuação da eficiência DEA e o eixo y com a contagem da frequência por intervalo de x.

Fim da áudio descrição do Gráfico 19.

Gráfico 20 – DMUs eficientes



Fonte: Próprio autor

Áudio descrição do Gráfico 20: Gráfico de barras horizontais na cor azul com as 2 DMUs eficientes.

Minas Gerais com 11 vezes em que aparece no conjunto de referência.

Tocantins com 10 vezes em que aparece no conjunto de referência.

Rio Grande do Norte com 5 vezes em que aparece no conjunto de referência.

Mato Grosso com 3 vezes em que aparece no conjunto de referência.

Maranhão com 3 vezes em que aparece no conjunto de referência.

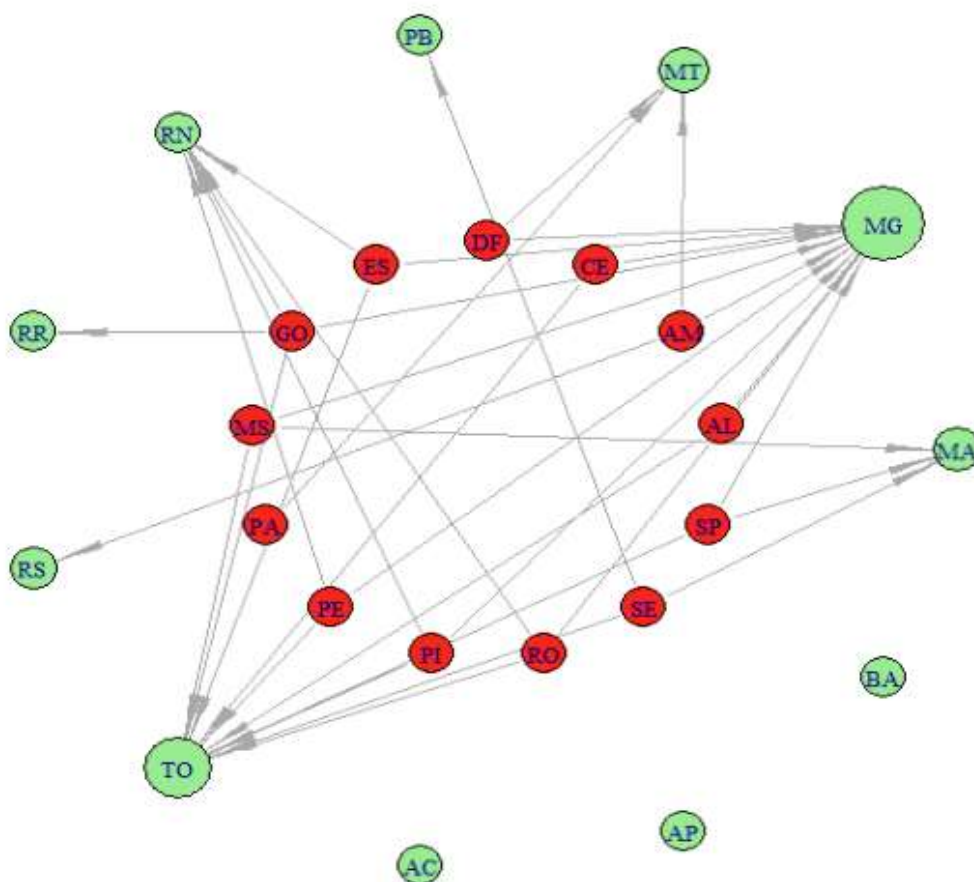
Rio Grande do Sul com 1 vez em que aparece no conjunto de referência.

Roraima com 1 vez em que aparece no conjunto de referência.

Paraíba com 1 vez em que aparece no conjunto de referência.

Fim da áudio descrição do Gráfico 20.

Gráfico 21 – Vínculos entre eficiência e ineficiência



Fonte: Próprio autor

Áudio descrição do Gráfico 21: Gráfico de vínculos com círculos interligados por setas.

Na parte externa círculos verdes com as DMUs eficientes e no centro círculos vermelhos com as DMUs ineficientes.

Fim da áudio descrição do Gráfico 21.

Pela análise DEA, o Estado de Goiás possui índice de eficiência de 0,53671982, mostrando que ainda há espaço para melhoria do gasto público em

Desporto de Rendimento quando estudado o retorno variável de escala entre a quantidade de empregos do segmento e a despesa liquidada por habitante.

A eficiência do gasto público em políticas de Desporto de Rendimento no Governo do Estado de Goiás também pode ser avaliada, de forma macro gerencial, pela quantidade de produtos entregues nas ações “Esporte e Lazer para Todos”, “Construção, reforma, manutenção, ampliação e modernização de estádios, praças esportivas e ginásios” e “Pró-atleta com alcance de pessoas em situação de vulnerabilidade social” com o valor médio de R\$1,17 *per capita* e 0,039% na participação na execução financeira anual entre 2015 e 2022, para valores médios nacionais de R\$2,315 e 0,070%.

Comparando com o que é gasto nas demais Unidades da Federação, o Governo do Estado de Goiás possui o seu desempenho abaixo do 3º quartil (R\$2,93 *per capita* e 0,079% na participação na execução financeira anual), observando o crescimento da quantidade de produtos entregues em mesma escala, principalmente na ação pró-atleta, com a entrega de bolsa-atleta e na ação de eventos esportivos regionais e nacionais.

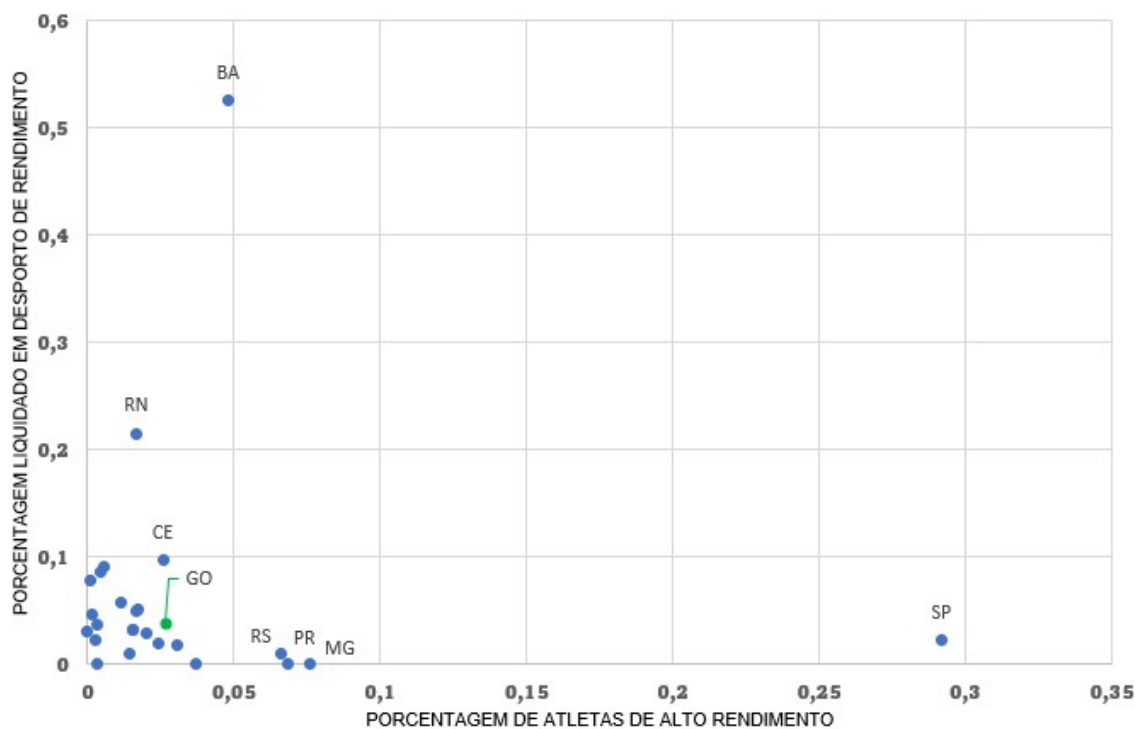
Diante das análises tem-se que o Estado de Goiás ainda está distante da fronteira de eficiência DEA igual a 1 e dos padrões médios de despesa liquidada por habitante e do liquidado proporcional ao seu gasto total.

5.3. Análise da eficácia do gasto público em Desporto de Rendimento

Os atletas de alto rendimento do Estado de Goiás representam 2,64% do total nacional quando analisados os dados dos que disputaram o campeonato brasileiro série A de futebol, Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 e Paralímpicos de Tóquio 2020. Já em relação à porcentagem da despesa liquidada em relação ao total liquidado na execução financeira, Goiás possui o indicador de 0,038%

A dispersão desses dados por Unidade da Federação mostra que o Governo do Estado de Goiás apresenta eficácia acima da maioria dos demais, porém ainda com possibilidades de melhoria para aumentar a participação nacional com a atratividade de políticas públicas no Desporto de Rendimento.

Gráfico 22 – Dispersão entre a porcentagem de atletas de alto rendimento e a variável liquidado_per_total por UF



Fonte: Próprio autor

Áudio descrição do Gráfico 22: Gráfico de dispersão de pontos azuis sobre plano de fundo branco.

Eixo x é a porcentagem de atletas de alto rendimento e o eixo y é a variável liquidado_per_total.

Fim da áudio descrição do Gráfico 22.

Os jogos abertos foram realizados e finalizados com o atingimento das metas e o Pró-Atleta contemplou 600 bolsas a atletas de alto rendimento.

Conforme estimativa das principais modalidades esportivas, Goiás tem cerca de 5.375 atletas em atividade, ou seja, o Estado contempla menos de 11,16% de seus atletas de alto rendimento.

Já em relação ao total da despesa liquidada em Desporto de Rendimento, o Governo do Estado de Goiás realizou 0,015% nas 3 ações do programa Esporte Transformando Vidas.

As reformas e manutenções na infraestrutura esportiva atendem o pilar 6 da metodologia SPLISS (instalações esportivas) e, junto com os outros produtos entregues, reforçam o compromisso da SEEL em atingir o objetivo em melhorar o desempenho esportivo profissional, dando ao gasto público a eficácia planejada.

Essas avaliações demonstram que ainda há espaço para crescimento da política pública em Desporto de Rendimento no Estado de Goiás, principalmente para melhorar a eficácia do gasto público com o redesenho das metas para as melhorias do pilar 5 (suporte para atletas e pós-carreira), pilar 7 (desenvolvimento

e suporte para técnicos) e pilar 8 (patrocínio público para competições nacionais e internacionais).

O pilar 2, referente à governança, organização e estrutura de políticas para o esporte já está em fase de melhoria com os trabalhos que a CGE-GO realiza na segunda linha do controle interno.

Os pilares 3 (participação e esporte da base) e 4 (sistemas de identificação e desenvolvimento de talentos) estão dentro das ações educacionais dos programas das Secretarias de Estado de Esporte e Lazer e da Educação, incluindo os Jogos Estudantis e o Desporto Educa.

O pilar 9 (pesquisa científica e inovação) não foi identificado dentro de nenhuma ação de programas de governo do Estado de Goiás.

Pelas análises, tem-se que o Estado de Goiás é eficaz no gasto público em Desporto de Rendimento.

5.4. Análise da efetividade do gasto público em Desporto de Rendimento

Relacionado à efetividade do gasto público em Desporto de Rendimento, sua avaliação deve ser analisada mais criteriosamente com os impactos esperados e não planejados no Programa Esporte Transformando Vidas, com o estudo dos contrafactuais, considerando como base os relatórios de impacto da CBE, COB e CPB.

6. CONCLUSÃO

O Governo do Estado de Goiás, através do Programa de *Compliance* e dos trabalhos de Auditoria Interna e Controle, coordenados pela Controladoria Geral do Estado de Goiás, tem sido referência nacional relacionado às melhorias de gestão do gasto público.

A análise do padrão de gasto público identificado nesse trabalho serve como referência para Estados, Distrito Federal e Municípios brasileiros planejarem suas políticas públicas dentro da execução orçamentária e financeira.

Mesmo com os Jogos Panamericanos, Parapanamericanos, Copa do Mundo de Futebol Fifa, Jogos Olímpicos e Paralímpicos, percebe-se que não houve

legado em gasto público no Desporto de Rendimento em todas as Unidades Federativas e Municípios brasileiros.

As variáveis utilizadas (*liquidado_percapta* e *liquidado_per_total*) tornam-se como indicadores de eficiência financeira do orçamento público e, junto com a metodologia SPLISS, podem ser utilizadas como indicadores de fator de sucesso na política pública em Desporto de Rendimento.

Por fim, a qualidade do gasto público em Desporto de Rendimento do Governo de Goiás apresenta evidências de economicidade proporcionada pela vantajosidade do Programa de *Compliance* e eficácia acima da maioria das demais Unidades da Federação, porém sem a eficiência necessária demonstrada pela análise DEA.

A metodologia SPLISS apresenta de forma detalhada os indicadores para os fatores de sucesso da política pública em esporte de alto rendimento, restando aos agentes públicos tomadores de decisão, o correto redesenho dos programas, com orçamento e metas mais próximas aos melhores índices brasileiros, para maior qualidade da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

O trabalho realizado serve de base para que as Controladorias Gerais de Estados e Municípios possam se guiar em auditorias de desempenho para a avaliação da qualidade do gasto público nos programas governamentais e, pela complexidade apresentada, reforça a necessidade e importância dos profissionais de auditoria interna e controle na execução das atividades, que, no caso do Governo do Estado de Goiás, são realizadas pelos servidores efetivos da CGE-GO ocupantes do cargo de Gestor de Finanças e Controle.

7. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. TCU contabiliza R\$25,5 bilhões de gastos com a Copa do Mundo. Agência Brasil, Brasília, DF, 03 de dezembro de 2014.

Disponível em:

(<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-12/tcu-contabiliza-r-255-bilhoes-de-gastos-com-copa-do-mundo>). Acesso em: 21/04/2023.

Avaliação de Políticas Públicas. Guia Prático de análise *ex post*, volume 2. Casa Civil da Presidência da República, Brasília, DF, 2018.

Disponível em:

(file:///E:/Download/guiaexpost%20(1).pdf). Acesso em: 25/04/2023.

BIJOS, P.R.S., (2014). Governança orçamentária: uma relevante agenda em ascensão. IPEA, Brasília, DF, 2014.

Disponível em:

(<https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/estudos/tipos-de-estudos/orcamento-em-discussao/edicao-12-2014-governanca-orcamentaria-uma-relevante-agenda-em-ascensao>). Acesso em: 25/04/2023.

BÖHME, M.T.S., & DA CUNHA BASTOS, F. (2017). Esporte de alto rendimento: fatores críticos de sucesso-gestão-identificação de talentos. Phone Editora Ltda.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. LEI 9.615/1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, DF, 24 de março de 1998.

Disponível em:

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615compilada.htm#:~:text=28.,n%C2%BA%2012.395%2C%20de%202011). Acesso em: 22/04/2023.

BRASIL. LEI 11.438/2006. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, DF, 29 de dezembro de 2006.

Disponível em:

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11438compilado.htm). Acesso em: 20/01/2023.

BRASIL. LEI 13.155/2015. Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para

recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva - LOTEX; altera as Leis n.º 9.615, de 24 de março de 1998, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.671, de 15 de maio de 2003, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e os Decretos-Leis n.º 3.688, de 3 de outubro de 1941, e 204, de 27 de fevereiro de 1967; revoga a Medida Provisória n.º 669, de 26 de fevereiro de 2015; cria programa de iniciação esportiva escolar; e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, DF, 04 de agosto de 2015.

Disponível em:

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13155.htm). Acesso em: 20/01/2023.

BRASIL. LEI 13.756/2018. Dispõe sobre a a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa. Presidência da República, Brasília, DF, 12 de dezembro de 2018.

Disponível em:

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13756.htm). Acesso em: 23/04/2023.

BRASIL. LEI 14.148/2021. Dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19. Presidência da República, Brasília, DF, 03 de maio de 2021.

Disponível em:

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14148.htm). Acesso em: 23/04/2021.

BRASIL. LEI 14.193/2021. Institui a Sociedade Anônima do Futebol e dispõe sobre normas de constituição, governança, controle e transparência, meios de financiamento da atividade futebolística, tratamento dos passivos das entidades de práticas desportivas e regime tributário específico; e altera as Leis n.ºs 9.615, de 24

de março de 1998, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Presidência da República, Brasília, DF, 06 de agosto de 2021.

Disponível em:

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14193.htm). Acesso em: 20/01/2023.

BRASIL. LEI 14.439/2022. Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para aumentar os limites para dedução dos valores destinados a projetos desportivos e paradesportivos do imposto de renda e para aumentar a relação de proponentes dos projetos, e a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para permitir que as doações e patrocínios a projeto desportivo ou paradesportivo destinado a promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades em situação de vulnerabilidade social, partilhem os limites de dedução das doações a projetos culturais. Presidência da República, Brasília, DF, 24 de agosto de 2022.

Disponível em:

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14439.htm#art1). Acesso em: 20/01/2023.

BRASIL. PORTARIA 7.163/2021. Define os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE que se consideram setor de eventos nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021. Ministério da Economia, Brasília, DF, 21 de junho de 2021.

Disponível em:

(<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-me-n-7.163-de-21-de-junho-de-2021-327649097>). Acesso em: 23/04/2021.

BRASIL. PROJETO DE LEI 5516/2019. Cria o Sistema do Futebol Brasileiro, mediante tipificação da Sociedade Anônima do Futebol, estabelecimento de normas de governança, controle e transparência, instituição de meios de financiamento da atividade futebolística e previsão de um sistema tributário transitório. Senado Federal, Brasília, DF, 10 de outubro de 2019.

Disponível em:

(https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8023943&ts=1634829035765&disposition=inline&_gl=1*1w

3rvuz*_ga*NDA3NzMxMjA3LjE2NTEzMDE3NTM.*_ga_CW3ZH25XMK*MTY4MjEzZmZQ1MC4yLjAuMTY4MjEzZmZQ1MC4wLjAuMA..). Acesso em: 20/01/2023.

COELHO, A.R.E.P., SANTOS, A.L.P. (2022). Esporte Educacional, de Participação e de Rendimento: Análise Sobre Políticas Públicas e Investimento Municipal.

CONTAS DO GOVERNADOR, 2021, Volume I. Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno. Governo do Estado de Goiás, Goiânia, GO, abril de 2022.

Disponível em:

(<http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/images/Anexos/Volume1.pdf>). Acesso em: 25/04/2023.

CONTAS DO GOVERNADOR, 2021, Volume II. Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno. Governo do Estado de Goiás, Goiânia, GO, abril de 2022.

Disponível em:

(<http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/images/Anexos/Volume2.pdf>). Acesso em: 25/04/2023.

CONTAS DO GOVERNADOR, 2022, Volume I. Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno. Governo do Estado de Goiás, Goiânia, GO, abril de 2023.

Disponível em:

(http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/images/ex2022/1._RELAT%C3%93RIO_VOLUME_I_2022.pdf). Acesso em: 25/04/2023.

CONTAS DO GOVERNADOR, 2022, Volume II. Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno. Governo do Estado de Goiás, Goiânia, GO, abril de 2023.

Disponível em:

(http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/images/ex2022/RELAT%C3%93RIO_VOLUME_II_2022.pdf). Acesso em: 25/04/2023.

CÔRTEZ, S.M.V., (2005). Arcabouço histórico-institucional e a conformação de conselhos municipais de políticas públicas.

GOIÁS. LEI 17.257/2011. Dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências. Casa Civil, Goiânia, GO, 25 de janeiro de 2011
Disponível em:

(http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2011/lei_17257.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20administrativa,Art.). Acesso em: 21/04/2023.

GOIÁS. LEI 20.491/2019. Estabelece a organização do Poder Executivo e dá outras providências. Casa Civil, Goiânia, GO, 25 de junho de 2019.

Disponível em:

(https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/100701/lei-20491).

Acesso em: 21/04/2023.

GOIÁS. LEI 20.986/2021. Dispõe sobre a organização, as funções e a carreira específica da Controladoria-Geral do Estado, também sobre os Sistemas de Controle

Interno, de Ouvidoria e de Correição. Casa Civil, Goiânia-GO, 06 de abril de 2021.

Disponível em:

(<https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/103930/pdf#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20institui%20a,da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20federal%20e%20art.>). Acesso em: 21/04/2023.

GOIÁS. LEI 21.792/2023. Estabelece a organização administrativa básica do Poder Executivo e dá outras providências. Casa Civil, Goiânia, GO, 16 de fevereiro de 2023.

Disponível em:

(https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/106749/lei-21792). Acesso em: 21/04/2023.

GOIÁS. PORTARIA 40/2021. Estrutura as Ações de Controle pela Controladoria Geral do Estado de Goiás na Administração Direta e Indireta do Poder Executivo

do Estado de Goiás, na condição de Órgão Central do Sistema de Controle Interno. CGE, Goiânia, GO, 09 de março de 2021.

Disponível em:

(https://www.controladoria.go.gov.br/files/Normas_cge/Portarias%20CGE/Portaria_40_2021.pdf). Acesso em: 21/04/2023.

GOODSON, S.G., MORY, K.J., & LAPOINTE, J.R. (2012). *The Role of Auditing in Public Sector Governance*.

Disponível em:

(https://na.theia.org/standardsguidance/Public%20Documents/Public_Sector_Governance1_1_.pdf). Acesso em: 21/04/2023.

JANNUZZI, P. de M. Avaliação de Programas Públicos por Meio da Análise Estruturada dos Relatórios de Auditoria da Controladoria Geral da União. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 16, n. 59, 2011. DOI: 10.12660/cgpc.v16n59.3719.

Disponível em:

(<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/3719>). Acesso em: 21/04/2023.

LEAL, R.C., (2020). *Agenda formal e agenda substantiva na adesão do Brasil às recomendações de governança orçamentária da OCDE*. IPEA, Brasília, DF, 2021.

Disponível em:

(https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10967/1/AgendaFormal_cap02_PublicacaoPreliminar.pdf). Acesso em: 25/04/2023.

LEITE, G.F.M, TOSTO CUOCCO, H.L. (2022) *Ciência de Dados no Controle Social em Educação*. Revista da CGU.

Disponível em:

(https://revista.cgu.gov.br/Revista_da_CGU/article/view/551). Acesso em: 22/04/2023.

LORENZ, M.O. (1905). *Methods of Measuring the Concentration of Wealth*.

Disponível em:

(<https://ui.adsabs.harvard.edu/abs/1905PAmSA...9..209L/abstract>). Acesso em 20/01/2023.

LOTERIA TIMEMANIA. Regulamento.

Disponível em: (<https://loterias.caixa.gov.br/Paginas/Timemania.aspx>). Acesso em: 20/01/2023.

MACRAE, E., & VAN GILS D. (2014). *Internal Audito Capabilities and Performance Levels in the Public Sector*.

Disponível em:

(<http://www.interniaudit.cz/download/novinky/InternalAudit-Capabilities-and-Performance-Levels-in-the-Public-Sector.pdf>). Acesso em: 21/04/2023.

MCASP 2022. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Secretaria do Tesouro Nacional. Brasília, DF, novembro de 2021.

Disponível em:

(https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:41943). Acesso em: 24/04/2023.

MTO 2023. Manual Técnico de Orçamento, 6ª versão. Ministério da Economia. Brasília, DF, 26 de dezembro de 2022.

Disponível em:

(<https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2023:mto2023-atual.pdf>). Acesso em: 23/04/2023.

NAGEL, S.S., (2002). *Methods, Substances and Processo f Public Policy*. Nova Science Publishers.

NÚÑES CÁRDENAS, R., FREIRE, I.A., NÚÑES PUMARIEGA, Y., & PUMARIEGA TORRES, C.D. (2022) Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Da Teoria aos Programas e Projetos de Intervenção.

OLIVEIRA, L.R. de, & PASSADOR, C.S., (2019). Ensaio teórico sobre as avaliações de políticas públicas.

PDRAE 1995. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Presidência da República, Brasília, DF, 1995.

Disponível em:

(<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>). Acesso em: 21/04/2023.

PICCIOTO, R., (2015). *Democratic evaluation for the 21st century*.

PLANILHA DE AVALIAÇÃO DO IA-CM. Controladoria Geral da União.

Disponível em:

(https://cgugovbr-my.sharepoint.com/:x:/g/personal/leonardo_donin_cgu_gov_br/Eft8iBR9loxMliF4MjV7EhkBAuSHM3XgjlGsy2SK6zV1tw?rttime=gjlun9Qf10g). Acesso em: 21/04/2023.

PLANO PLURIANUAL 2020-2023 GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Secretaria da Economia, Goiânia, GO, 28 de janeiro de 2020.

Disponível em:

(<https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v1/arquivos/8764>). Acesso em: 25/04/2023.

PNUD 2019, Relatório do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Disponível em:

(<https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr2019ptpdf.pdf>). Acesso em: 21/04/2023.

POAC CGE-GO 2022, Plano Operacional das Ações de Controle da Controladoria Geral do Estado de Goiás. CGE-GO, Goiânia, GO, fevereiro de 2022.

Disponível em:

(https://www.controladoria.go.gov.br/files/poac/2022/PLANO_OPERACIONAL_DAS_ACOES_DE_CONTROLE_POAC.pdf). Acesso em: 21/04/2023.

RAMOS, M.P., & SCHABBACH, L.M., (2012). O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil.

RELATÓRIO ANUAL 2022. Comitê Olímpico Brasileiro. COB, Rio de Janeiro, RJ, abril de 2023.

Disponível em:

(<https://www.cob.org.br/pt/documentos/download/c96f710a7111c/>). Acesso em: 23/04/2023.

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES, Instituto Mauro Borges, Goiânia, GO, dezembro de 2022.

Disponível em:

(https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/relatorio_de_atividades/2022IMB-Relatorioanual2022.pdf). Acesso em 21/04/2023.

RELATÓRIO SOBRE O IMPACTO DO FUTEBOL BRASILEIRO. Confederação Brasileira de Futebol. CBF e Ernst & Young, Rio de Janeiro, RJ, 2019.

Disponível em:

(https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201912/20191213172843_346.pdf). Acesso em: 28/09/2022.

RELATÓRIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO 2022. Comitê Paralímpico Brasileiro. CPB, Rio de Janeiro, RJ.

Disponível em:

(<https://www.cpb.org.br/upload/link/910380ac15a04b658db4eaf9512f7869.pdf>). Acesso em: 23/04/2021.

SANTOS-LISE, N., MEZZADRI, F.M., CAVALIERI, M.A.R., & WYNNEK JUNIOR, S. (2022). A avaliação das políticas esportivas de alto rendimento: uma revisão de literatura.

SECCHI, L. (2020). Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendações de soluções. Cengage Learning.

TREVISAN, A.P., & VAN BELLEN, H.M., (2008). Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Gastos do Pan são fiscalizados pelo TCU. Voz do Brasil, Brasília, DF, 24 de junho de 2009.

Disponível em:

(<https://portal.tcu.gov.br/data/pages/8A81881E77D527270177D5857724727D.htm>). Acesso em: 21/04/2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Para o TCU, falta transparência na prestação de contas dos Jogos Rio 2016. Secom-TCU, Brasília, DF, 07 de abril de 2017.

Disponível em:

(<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/para-o-tcu-falta-transparencia-na-prestacao-de-contas-dos-jogos-rio-2016.htm>). Acesso em: 21/04/2023.

VEDUNG, E. (2010). *Four Waves of Evaluation Diffusion*.

Disponível em:

(<https://www.deepdyve.com/lp/sage/four-waves-of-evaluation-diffusion-sX48K4g2xT?>). Acesso em: 21/04/2023.

VEDUNG, E. (2010). *Public Policy and Program Evaluation*.

Disponível em:

(https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=0UMy6jsAAAAJ&citation_for_view=0UMy6jsAAAAJ:u5HHmVD_uO8C). Acesso em: 21/04/2023.